

JOSÉ DE ANDRADE MATOS SOBRINHO



possibilidades de um programa de lazer-educação com o
Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em
Educação da Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de pesquisa: Educação e Trabalho
Orientador: Prof. Dr. Antonio Julio de Menezes Neto
FAE/Decae/UFMG
Co-orientador: Prof. Dr. Justino de Souza Junior
FAE/DAE/UFMG

Belo Horizonte
2008

Matos, José de Andrade.

Lazer operário nas barrancas do São Francisco: possibilidades de um programa de lazer-educação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora, MG/ José de Andrade Matos Sobrinho. - 2008.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Julio de Menezes Neto

Co-orientador: Prof. Dr. Justino de Souza Junior

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação

1. Lazer; 2. Operário; 3. Rio São Francisco; 4. Norte de Minas Gerais; 5. Pesquisa-Participante; 6. Lazer-Educação.

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação intitulada “*Lazer operário nas barrancas do São Francisco: possibilidade de um programa de lazer-educação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora, MG*”, de autoria do mestrando José de Andrade Matos Sobrinho, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Antonio Julio de Menezes Neto - FAE/Decae/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Justino de Souza Junior - FAE/DAE/UFMG - Co-orientador

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago - EEFTO/UFMG

Prof. Dr. Hormindo de Souza Junior - FAE/DAE/UFMG

Prof. Dr. Oto Neri Borges
Coordenador do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação

Belo Horizonte, 25 de Setembro de 2008.

Dedicatória

Dedico esse trabalho de pesquisa a minha família: a minha companheira AnaThé e especialmente a nosso filho Robinho, pelo apoio fundamental nos momentos mais difíceis dessa elaboração.

Dedico esse trabalho também a toda a classe operária sertaneja do Norte de Minas Gerais, particularmente aos operários da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora, lutadores incansáveis contra os modernos coronéis do sertão.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que essa pesquisa saísse das idéias e se materializasse no papel de forma sistematizada. Agradeço ao Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora pelo apoio incondicional a pesquisa e pela confiança.

Agradeço aos operários que me concederam entrevistas para que eu pudesse levantar as informações necessárias para essa pesquisa.

Queria agradecer especialmente ao professor Antonio Julio de Menezes que confiou nesse trabalho desde o início e me propiciou as diretrizes e a tranqüilidade necessária à produção dessa humilde contribuição.
Muito obrigado.

Agradeço também ao professor Justino pelo companheirismo e o apoio em todos os momentos de elaboração desse. Pessoas que não sabem o quanto foram importantes nesse processo. Obrigado.

Agradeço a banca examinadora, professores Tarcísio, Andréa e Hormindo pela disposição de contribuir com a pesquisa e enriquecê-la ainda mais com as sugestões e críticas.

Não poderia deixar de agradecer a professora Daisy Moreira Cunha que acreditou nessa pesquisa em um dos momentos mais importantes e cruciais para que esse tenha se finalizado, o momento do ingresso no programa. Sem essa confiança essa pesquisa teria morrido no “ninho”. Obrigado.

Por último, agradecer o professor Fernando Fidalgo, coordenador do programa na data de meu ingresso pela oportunidade de permitir que esse trabalho se desenvolvesse até seu final.

Fim de Semana no Parque - Racionais MC's

A toda comunidade pobre da Zona Sul. Chegou fim de semana todos querem diversão. Só alegria nós estamos no verão, mês de Janeiro São Paulo Zona Sul. Todo mundo a vontade, calor céu azul. Eu quero aproveitar o sol. Encontrar os camaradas prum basquetebol. Não pega nada! Estou à 1 hora da minha quebrada. Logo mais, quero ver todos em paz. Um dois três carros na calçada, feliz e agitada toda "prayboyzada". As garagens abertas eles lavam os carros, desperdiçam a água, eles fazem a festa. Vários estilos vagabundas, motocicletas. Coroa rica boca aberta, isca predileta. De verde fluorescente queimada sorridente. A mesma vaca louca circulando como sempre. Roda a banca dos "playboys" do Guarujá. Muitos manos se esquecem, mas na minha não cresce sou assim e estou legal, até me leve a mal, malicioso e realista, sou eu Mano Brown. Me de 4 bons motivos pra não ser. Olha meu povo nas favelas e vai perceber. Daqui eu vejo uma caranga do ano. Toda equipada e o tiozinho guiando. Com seus filhos ao lado, estão indo ao parque, eufóricos, brinquedos eletrônicos. Automaticamente eu imagino a molecada lá da área como é que tá. Provavelmente, correndo pra lá e pra cá. Jogando bola descalços nas ruas de terra. É, brincam do jeito que dá, gritando palavrão é o jeito deles. Eles não têm videogame às vezes nem televisão. Mas todos eles tem um dom São Cosme e São Damião, a única proteção. No último natal papai Noel escondeu um brinquedo, Prateado, brilhava no meio do mato. Um menininho de 10 anos achou o presente, era de ferro com 12 balas no pente, e fim de ano foi melhor pra muita gente. Eles também gostariam de ter bicicleta. De ver seu pai fazendo *Cooper*, tipo atleta. Gostam de ir ao parque e se divertir, é que alguém os ensinasse a dirigir. Mas eles só querem paz e mesmo assim é um sonho. Fim de semana do Parque Santo Antônio. Refrão: (Vamos passear no Parque. Deixa o menino brincar Fim de Semana no parque. Vou rezar pra esse domingo não chover).

Olha só aquele clube que da hora. Olha aquela quadra, olha aquele campo. Olha, olha quanta gente. Tem sorveteria, cinema e piscina quente. Olha quanto "boy", olha quanta mina. Afoga essa vaca dentro da piscina. Tem corrida de kart dá pra ver, é igualzinho ao que eu ví ontem na TV. Olha só aquele clube que da hora, Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora. Nem se lembra do dinheiro que tem que levar pro seu pai bem louco gritando dentro do bar, nem se lembra de ontem, de onde o futuro, ele apenas sonha através do muro. Milhares de casas amontoadas, ruas de terra, esse é o morro a minha área me espera, gritaria na feira (vamos chegando!!!) Pode crer eu gosto disso, mais calor humano. Na periferia a alegria é igual, é quase meio dia a alegria é geral. É lá que moram meus irmãos, meus amigos. E a maioria por aqui se parece comigo. E eu também sou "bam bam bam" e o que manda. O pessoal desde às 10 da manhã está na samba. Preste atenção no repique, atenção no acorde (Como é que é Mano Brown?). Pode crer pela ordem.

A número número 1 da baixa a renda da cidade. Comunidade Zona Sul é dignidade. Tem um corpo no escadão, a tiazinha desse o morro. Polícia a morte, polícia socorro. Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo pra molecada freqüentar, nenhum incentivo. O investimento no lazer é muito escasso. O centro comunitário é um fracasso. Mas aí se quiser se destruir está no lugar certo. Tem bebida e cocaína sempre por perto, a cada esquina, 100, 200 metros. Nem sempre é bom ser esperto. Schimith, Taurus, Rossi, Dreyer ou Campari. Pronúncia agradável, estado inevitável. Nomes estrangeiros que estão no nosso morro pra matar e M.E.R.D.A. Como se fosse hoje ainda me lembro, 7 horas, sábado, 4 de Dezembro. Uma bala, uma moto com 2 imbecis. Mataram nosso mano que fazia o morro mais feliz E indiretamente ainda faz, mano Rogério esteja em paz. Vigiando lá de cima, a molecada do Parque Regina.

Tô cansado dessa porra, de toda essa bobagem. Alcoolismo, vingança, treta malandragem. Mãe angustiada, filho problemático. Famílias destruídas, fins de semana trágicos. O sistema quer isso, a molecada tem que aprender. Fim de semana no Parque Ipê.

Pode crer, Racionais Mc's e Negritude Junior juntos. Vamos investir em nós mesmos, mantendo a distância das drogas e do álcool. Aí rapaziada do Parque Ipê, Jd. São Luiz, Jd. Ingá, Parque Arará, Váz de Lima, Morro do Piolho e Vale das Virtudes e Pirajussara. É isso aí mano Brown (é isso aí Netinho paz à todos)".

RESUMO

De um modo geral, os operários metalúrgicos de Pirapora, cidade do Norte de Minas Gerais, possuem muito pouco tempo para o lazer. O aumento do turno de trabalho de seis para oito horas, a jornada de seis dias diretos de trabalho e a fixação do turno modificaram substancialmente a disponibilidade dos trabalhadores para o lazer e alteraram os dias classicamente destinados ao descanso e ao ócio. Além disso, o baixo rendimento salarial, a necessidade de estudo e as obrigações familiares e sociais diminuem drasticamente as possibilidades de usufruírem vivências diversificadas de lazer no tempo disponível.

Os interesses esportivos, principalmente o futebol, as visitas aos clubes de fábricas, a televisão e as visitas nos espaços de lazer tradicionais do município, como o rio São Francisco e a Feira popular que acontece na praça central todas as sextas-feiras, são as principais atividades de lazer desses trabalhadores. Apesar de apontarem a existência de políticas de lazer no município, os operários afirmaram que as alternativas existentes são repetitivas e em baixo número. A restrição de alternativas públicas, gratuitas e diversificadas, o baixo poder de compra dos salários e a jornada de trabalho excessiva são os fatores que determinam o lazer restrito dos operários metalúrgicos, principalmente para aqueles que são pais e mães e que estudam. Essas limitações permitem a instrumentalização e o controle do tempo de lazer dos trabalhadores pela burguesia, de acordo com seus interesses econômicos e políticos.

Articulando essas análises com cenários mais amplos e pesquisando as políticas públicas brasileiras para o lazer e o programa das entidades que mais estão presentes na promoção de lazer nos evidenciou que a burguesia brasileira enquanto classe, principalmente com a intensificação da industrialização, passou a controlar além do tempo de trabalho dos trabalhadores, o tempo disponível desses com uma plataforma que segue a lógica fiscal e ideológica necessária a aproximar capital e trabalho. Entidades como SESI e SESC, assim como as políticas públicas do governo federal e do Estado corroboram para parcerias com a iniciativa privada e perpetuar a política de lazer a política de esportes, em suas variadas dimensões, secular no país e utilizada ideologicamente em diversos momentos históricos.

Diante da ausência de uma política de lazer por parte do Estado e as iniciativas burguesas de lazer a partir da concepção funcionalista, a vinculação orgânica a movimentos sociais e sindicatos com o objetivo de desenvolver ações culturais e programas de lazer-educação para ampliar e enriquecer o acesso dos trabalhadores, aproximando-se da educação popular e construindo um projeto político pedagógico voltado para a classe trabalhadora.

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. A trajetória e o cenário dos estudos sobre o lazer no Brasil	05
3. Um pequeno retrato do lazer na estrutura política do Estado brasileiro	11
3.1 O Sistema Nacional de Esporte e Lazer	11
3.2 A priorização orçamentária esportivista e a estratégia compensatória do Estado	18
3.3 O Estado burguês determina as circunstâncias de desenvolvimento das políticas de lazer para os trabalhadores e trabalhadoras	21
3.4 A instrumentalização do Estado no tempo de lazer dos trabalhadores: o sistema Sesi e Sesc	32
3.5 O Estado e as políticas públicas de lazer: ineficiência da gestão pública ou gestão eficiente para os interesses da burguesia?	39
3.6 As determinações do trabalho na distribuição social do lazer e do “tempo livre” e o caráter mercadológico que assume na sociedade de classes	59
4. Os objetivos, a organização e a concepção metodológica da pesquisa	70
5. A formação econômica e social do Norte de Minas Gerais	75
5.1 Pirapora: história, industrialização e características gerais	77
5.2 A formação do proletariado e da classe operária fabril piraporense	81
6. O perfil da política de lazer para os trabalhadores em Pirapora	83
7. Alguns aspectos do modo de vida do operário metalúrgico em Pirapora	88
7.1 O tempo de trabalho e a produção dos metalúrgicos	88
7.2 O lazer dos operários no tempo disponível	92
7.3 Sobre os clubes das fábricas metalúrgicas de Pirapora e o lazer dos operários	94
7.4 Sobre o sindicato e o lazer no sindicato	96
7.6 Sobre questões polêmicas e religião	101
8. O elo mais frágil do capitalismo brasileiro: o sertão norte mineiro e o lazer dos operários barranqueiros	103
9. Considerações finais	114
10. Referências Bibliográficas	120

1. Introdução

A forma como se organiza o lazer na sociedade capitalista brasileira é o resultado do desenvolvimento da luta entre as diferentes classes sociais em torno da apropriação dos produtos do trabalho. Submetido aos diversos fatores relacionados ao trabalho específico do atual modo de produção social baseado no capital, o lazer manifesta-se na vida real dos indivíduos, particularmente na vida dos trabalhadores assalariados, como um dos poucos momentos de fruição e descanso de uma jornada de trabalho excessiva, precária e de grande exploração econômica. Os discursos políticos e científicos afirmam que hoje vivemos a aurora da civilização pautada pelo deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade do lazer como dimensão civilizatória e detentora do verdadeiro desenvolvimento humano. Se no trabalho impera a degradação e a desumanização, no lazer é regido pela felicidade e a humanização.

No entanto, quando se apreende a realidade objetiva dos trabalhadores, particularmente quando se analisa o tempo de lazer e de trabalho dos operários metalúrgicos de Pirapora, esses discursos são demolidos pela realidade, principalmente pela excessiva jornada de trabalho que restringe o tempo disponível, pelo baixo poder de compra dos salários, pelo acesso restrito às alternativas de espaços e vivências diversificadas e pelas obrigações sociais, quadro que demonstra o quanto essa “civilização do lazer” está distante da maioria da população sertaneja do semi-árido mineiro. Os escassos investimentos e o direcionamento excessivamente esportivista mostra o quanto as insatisfatórias políticas públicas do Estado relacionadas ao lazer e ao trabalho nas três esferas (municipal, estadual e federal) colaboram para manter esse distanciamento, apesar dos discursos.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada visou demonstrar que a burguesia instrumentaliza e controla sob seus interesses econômicos e/ou ideológicos o tempo de lazer dos trabalhadores, seja através do Estado burguês, da indústria do lazer (PADILHA, 2002) ou pela política responsabilidade social de empresas. Com base nessa premissa, há a necessidade de intervir praticamente nesse tempo social dos trabalhadores com o intuito de lutar organizadamente para ampliar o tempo de não-trabalho, além de ampliar o acesso a atividades e vivências de lazer, promovendo experiências diversificadas do que tem se chamado de programas lazer-educação, vinculados a movimentos sociais e organizações sindicais dos trabalhadores orientados pelos princípios da educação popular e das diversas metodologias de pesquisa-ação e participante.

Estudar o lazer como um fenômeno social significa, na compreensão dessa pesquisa, abordá-lo sustentado por uma teoria e por um programa que se baseie em uma concepção de indivíduo, de sociedade e de mundo. Para não cair nos extremos do teorismo e do pragmatismo que, ao final, se encontram muito próximos, buscamos ser o mais fidedigno possível a dialética como fundamento filosófico do trabalho aqui apresentado, associado a concepção materialista de interpretação da história.

Essa interpretação considera a produção dos meios para a satisfação das necessidades vitais, o próprio processo de produção da vida material como o pressuposto histórico fundamental da existência humana e que a satisfação dessas necessidades pelo trabalho, novas necessidades são criadas. A explicação dada em todo o trabalho partiu sempre da manifestação real do lazer para as classes sociais e buscou compreender a racionalidade implícita na forma como ele se apresenta na sociedade regida pelo capitalismo. Esse raciocínio significa que o lazer, assim como outras esferas sociais e econômicas, em síntese, as formas de organização e as relações entre os indivíduos na sociedade não serão transformadas simplesmente pela crítica e pelas idéias, mas somente pela “demolição prática das relações reais”, ou seja, “uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias” (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Mas a contradição existente entre diagnosticar teoricamente as razões estruturais e as dificuldades práticas para suprimi-las não pode limitar à totalidade de fatores que influenciam o lazer somente àqueles marcos delimitados e permitidos pelo capitalismo. Como manifestação intrínseca da natureza humana, transformado pela natureza histórica da humanidade, esse fenômeno é mais complexo do que suas manifestações nas sociedades industriais capitalistas, dificultando a elaboração de possibilidades novas para um lazer construído em bases sociais completamente distintas das de hoje e onde não haja os antagonismos de classe.

Entre as diversas matrizes do pensamento que buscam interpretar o lazer como fenômeno sociológico, a opção pelo referencial teórico-metodológico construído por Marx e Engels, ao contrário do que afirmam as hegemônicas matrizes pós-modernas das ciências humanas, reafirma a centralidade da categoria do trabalho para compreender as relações sociais advindas dele e na análise específica do lazer é mais atual do que nunca e não significa, em hipótese nenhuma, um elogio ao trabalho assalariado capitalista ou a negação da particularidade do lazer na esfera cultural. De certo modo, esse referencial tem sido “demonizado” sistematicamente pela academia, mas nos últimos tempos tem se experimentado uma retomada de interesse por estudar esses autores e seus sucessores, com o

surgimento de vários núcleos de pesquisas nas universidades públicas e privadas brasileiras abordando esses referenciais para a elaboração de uma possível contribuição relacionada a análise do tempo livre.

Especificamente no campo do lazer há também uma crescente produção teórica, ainda que incipiente e marginal em comparação as produções em geral, que procura investigar essa área do conhecimento sob a ótica da luta de classes (PEIXOTO, 2007; PADILHA, 2003, 2006; MASCARENHAS, 2003; 2005). A grande influência da teoria marxista em diversos campos das ciências e durante muito tempo hegemônico em alguns, sua presença também nos estudos sobre o lazer demonstra que, apesar da tentativa de excluir ou mutilar esse referencial teórico de pesquisa da cena científica, o legado de Marx e Engels continua a existir com força e influencia ainda diversos campos das ciências humanas. Buscando seguir o caminho descrito acima, a divisão da dissertação seguiu uma lógica que precisa ser brevemente explicada.

O primeiro tópico refere-se a toda a investigação e problematização teórica com a realidade do lazer em nosso país, buscando retratá-lo sob diversos aspectos gerais: na política pública de Estado, no mercado, na pesquisa científica e em sua trajetória histórica. O intuito dessa parte foi buscar um sistema explicativo para o lazer e o tempo livre com base nos conceitos fundantes de algumas obras da filosofia de Marx e Engels (2007). A partir desse suporte teórico buscamos explicar as características determinantes no lazer e comprovar a instrumentalização econômica e ideológica da burguesia sobre o lazer dos trabalhadores (pelo Estado, pelo mercado e pelo mundo do trabalho), debatendo a luz de vários autores de grande relevância.

Já o segundo tópico teve como objetivo desenvolver a explicação da metodologia utilizada para coesionar métodos aos princípios teóricos empregados na análise da parte anterior. Optamos por centrar em pesquisadores que estudam as metodologias ligadas a pesquisa-ação, pesquisa-participante, a investigação-ação, investigação social com operários e a educação popular por julgarmos metodologias que traduzem e são coerentes com os princípios filosóficos abordados na parte teórica do trabalho. Além disso, vale destacar que essas metodologias foram escolhidas para buscar ao final do trabalho propor diretrizes práticas para o desenvolvimento posterior de um programa voltado para o sindicato.

No tópico seguinte, debruçamo-nos sobre a realidade vivida pelos operários metalúrgicos das fábricas de Pirapora, cidade do Norte de Minas e local da pesquisa, destacando as informações mais relevantes para em seguida discutir e problematizar esses conteúdos, de forma sistemática, ao modo de vida operário no sertão norte mineiro e, em

particular, suas relações com o trabalho e com o lazer, matéria prima para nossas conclusões, desenvolvidas no capítulo posterior.

A estruturação dos argumentos buscou problematizar que a organização do trabalho capitalista determina objetivamente o lazer dos trabalhadores. O sujeito dessa instrumentalização é a burguesia, que influencia e determina em geral a manifestação do tempo e do espaço do lazer de acordo com seus interesses ideológicos e econômicos através do controle do Estado. É através dele que a burguesia consegue impor seu interesse como o interesse geral da sociedade, regulamentando o mercado e a divisão do trabalho que, por sua vez, delimitam uma determinada organização prática do lazer que em como consequência imediata a injustificável diferença na apropriação do tempo livre pelas diferentes classes. Nesse sentido, o lazer não existe suspenso no ar, alheio as determinações objetivas do sistema de produção capitalista. O lazer é parte da expressão própria do capitalismo e superar a forma e o conteúdo que assume nessas relações de produção somente com a derrubada revolucionária das circunstâncias materiais de existência existentes.

Essa análise não se contradiz com a necessidade imediata de transformar a realidade atual, tanto que buscou construir por dentro da pesquisa científica sobre o lazer, uma práxis que iniciasse imediatamente, mas que se articule com ações imediatas em conexão com os objetivos mais estratégicos de transformação, no caso, a ação militante e orgânica dos pesquisadores, gestores e agentes de lazer na construção de um programa de lazer-educação vinculado a movimentos sociais classistas e sindicatos, desenvolvido com as premissas da educação popular junto aos trabalhadores.

2. A trajetória e o cenário dos estudos acadêmicos sobre o lazer no Brasil

A produção teórica sobre o lazer tem crescido exponencialmente nos últimos anos, especializando-se cada vez mais enquanto área de conhecimento e suscitado debates sob variados enfoques no interior das universidades, das revistas acadêmicas, das instituições governamentais e da imprensa especializada, com um merecido destaque para a produção científica presente nos cursos superiores de Educação Física.

Muitas categorias de análise abriram-se: história do lazer, lazer e políticas públicas, lazer e educação, lazer e um longo etc., que evidencia um campo de investigação rico em análises, discussões e divergências teóricas dignas da relevância da matéria. Segundo consulta realizada por MASCARENHAS (2002) junto à base de dados da Plataforma *Lattes/CNPq*, sistema eletrônico de informações das agências de fomento à pesquisa do país, existem 31 grupos, congregando 117 pesquisadores, cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa, que realizam algum tipo de pesquisa referente à problemática do lazer no Brasil. No Sistema de Currículo *Lattes* foi possível identificar 1426 registros de pesquisadores que já tenham publicado ou produzido trabalhos relativos ao assunto.

Apesar desse crescimento vertiginoso, MELO (1999) e WERNECK (2000) consideram que as produções científicas sobre o lazer ainda carecem de profundidade e de teorização rigorosa e na maior parte os trabalhos retratam apenas relatos de experiências descritivos desconectados a um suporte teórico mais abrangente. Afirmam ainda que àqueles que conseguem transpor essa fronteira, não apontam caminhos reais para promover um efetivo avanço para essa área. A crescente relevância adquirida pela sociologia do lazer é atribuída às mudanças profundas ocorridas nas sociedades pelas extraordinárias inovações tecnológicas criadas nos últimos tempos e que causaram também profundas mudanças na cultura das sociedades no mundo, foco esse que trata o campo de investigação do lazer. A extrema valorização do trabalho, o potencial do lazer enquanto negócio e a expansão quantitativa das políticas de lazer são fatores que reforçam a importância desse tempo social (WERNECK, 2000).

O pressuposto teórico é comum tanto para aqueles projetos políticos mantenedores ou transformadores da ordem social, quer dizer, o “âmbito da cultura é um foco central de interesse para o campo do lazer” (GOMES; MELO, p. 2, 2003). No entanto, a sociedade operando sob a lógica do consumo essa cultura produz produtos padronizados para serem digeridos de maneira rápida pela população e explorado por uma crescente indústria do

entretenimento e do lazer que ostenta hoje status de potencial econômico (GOMES; MELO, 2003). As mudanças recentes que ocorreram na produção capitalista causaram e ainda causam profundas transformações na distribuição dos tempos sociais da humanidade, particularmente para a parcela populacional assalariada que não dispõe dos grandes meios de produção e de circulação de mercadorias para usufruir livremente. A profunda mudança na produção material das sociedades ocorrida nas últimas décadas provocou um verdadeiro *boom* na produção científica sobre o lazer.

A progressiva redução da jornada de trabalho ocasionada pela modernização da produção, pela luta dos trabalhadores, pela substituição de parte da mão-de-obra humana por máquinas e as grandes transformações ocorridas na direção capitalista do trabalho impôs a esse campo um status formal de garantia constitucional e de “relevância” acadêmico-política para os países de todo o mundo e suas particulares formas de governo.

Instituições “humanitárias” e Estados nacionais fazem declarações e elaboram artigos constitucionais onde afirmam o lazer como um direito fundamental da humanidade. O vigésimo quarto artigo da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) diz que “toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas”. No Brasil, o artigo 6º da Constituição Federal vigora com a seguinte redação: “(...) são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

No Brasil, remete às décadas de 1920, 1930 e 1940 as origens dos estudos sobre lazer e o seu desenvolvimento nessa época estava ligado a concepções teóricas e políticas desenvolvidas a partir de experiências institucionais que desejavam proporcionar serviços de recreação e lazer aos operários e seus familiares (GOMES, 2005; PEIXOTO, 2008). Esses autores ressaltam as experiências de Recreação Pública realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1926-1955), a Recreação Pública promovida pela Divisão de Educação do Departamento de Cultura e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo (1935-1947) e o Serviço de Recreação Operária (SRO) executado pelo Ministério da Indústria, Agricultura e Comércio e construído teoricamente por Arnaldo Sussekind em 1943 (GOMES, 2005; PEIXOTO, 2008).

Inúmeras obras sobre recreação antecedem esses marcos, mas, no entanto, para GOMES (2005) constitui exceção o trabalho de Acácio Ferreira (1959) por ter analisado sociologicamente o fenômeno, apesar de considerar existir uma certa confusão na utilização dos termos recreação e lazer, compreendidos como sinônimos em trabalhos anteriores e, por

essa razão, esse trabalho é considerado um marco referencial. Para PEIXOTO (2008) essa fase é constituída por uma política de recreação em duas frentes, uma como educação e ocupação do tempo de menores e a outra como ocupação do tempo de não-trabalho do trabalhador. Segundo FERREIRA (1959), havia autores que conformavam um grupo de pesquisadores que tratavam o lazer não somente como uma cartilha de atividades recreativas, mas como fenômeno social. Entre eles estavam Inezil Penna Marinho, Arnaldo Sussekind e Ethel Bauzer Medeiros.

As tendências na sociologia do lazer brasileira foram profundamente marcadas por algumas obras de pesquisadores internacionais que impulsionaram o pensamento mais sistematizado sobre o desenvolvimento do fenômeno e formataram as polêmicas teóricas nas décadas de 1960 e 1970, quando autores como PARKER (1970), DUMAZEDIER (1974) e FOURASTIÉ (1979) apresentaram teses sociológicas bem fundamentadas sobre esse campo de investigação. As produções teóricas desses pesquisadores sintetizam e, de certo modo, alimentam até hoje as divergências presentes no Brasil e divide opiniões por filiarem-se, no fundo, a correntes filosóficas distintas e algumas delas antagônicas e irreconciliáveis, apesar de certas similaridades diagnósticas e analíticas.

Para DUMAZEDIER (1974) as definições de lazer sempre estiveram mais ligadas às sociologias de outras esferas sociais, como a do trabalho e das religiões. Descreve quatro tipos de definições que considera existir nos estudos sobre o lazer. A primeira é que o “(...) lazer não é uma categoria definida por um comportamento social” (DUMAZEDIER, p.88, 1974), quer dizer, a atitude individual é o que define o lazer. A segunda é a que se define pelo trabalho, o qual considera demasiadamente fundamentada pelas categorias do trabalho e da economia. A terceira definição abrange todas as ações no tempo fora do trabalho produtivo e das obrigações familiares, incluindo aqui as festas e celebrações sócio-espirituais que, em tese, ora deveriam ser analisadas na sociologia das religiões, ora na do lazer. A quarta definição dada pelo próprio autor é a de que o lazer vincula-se a uma escolha pessoal no tempo disponível liberado das obrigações “profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas” (DUMAZEDIER, p.91, 1974)¹.

Na análise de PARKER (1978), o lazer não é um fenômeno típico e específico das

¹ “Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, 1980, p. 19).

sociedades industriais porque considera esse fenômeno determinado pelas relações históricas correspondentes entre economia e política, na forma de Estado e governo, que pressionam o caráter de sua manifestação na realidade². Nesse sentido, FOURASTIÉ (1980) reforça a concepção de PARKER (1978) por considerar que houve uma inversão radical de valores nas sociedades ocidentais devido às necessidades da economia. O trabalho na antiguidade sempre foi menosprezado, considerado matéria inferior e o ócio, o tempo das virtudes humanas. No entanto, com o processo de industrialização e das mudanças radicais ocorridas nas relações de classe a partir da Revolução Francesa, o ócio foi criminalizado em detrimento do endeusamento do tempo de trabalho por necessidades da organização da sociedade na produção. FOURASTIÉ (1979) considera ainda que, se a importância do tempo de lazer se refletisse na sociedade, a relação entre esse e o tempo de trabalho estaria deslocado para o primeiro, atualmente mais do que nas décadas passadas por existir condições técnicas e tecnológicas para que a produção social consuma menos tempo de trabalho.

A conexão conceitual entre essas obras e similaridades com os estudos brasileiros podem ser observadas em REQUIXA (1976), que concebe o lazer com a função social de recuperar as forças psicossomáticas e o revigoramento das energias físicas gastas nas contensões do trabalho e compromissos de toda espécie, obtendo assim momentos de satisfação pessoal que não podem ser obtidos no tempo das obrigações sociais. Seguindo essa trilha, CAMARGO (1986) considera que no lazer há um grau maior de liberdade de escolha do que no trabalho, nas obrigações familiares e na vida sócio-política e religiosa, apesar de admitir os determinismos econômicos, sociais e culturais existentes. Esse autor não conceitua o lazer. Ao invés disso, apresenta características do fenômeno como atividades desinteressadas, liberatórias, de livre escolha e em busca de prazer, seguindo as tendências de seu “mestre” Jofre Dumazedier, classificando-o em cinco interesses culturais: físicos, manuais, intelectuais, artísticos, sociais e acrescenta por sua conta, apropriadamente, o interesse turístico.

Uma obra que impactou profundamente a sociologia brasileira do lazer foi o livro “Lazer e Educação” de MARCELLINO (1987), onde define o fenômeno sob dois aspectos, em relação ao tempo e a atitude, quer dizer, o primeiro conceitua lazer como a manifestação de práticas e vivências no tempo liberado do trabalho e o segundo significa que qualquer

² DUMAZEDIER (1972), criticado acertadamente por PARKER (1979), afirma que o tempo vazio dos países subdesenvolvidos não se compara ao tempo que se tornou livre nas sociedades de industrialização avançadas. O autor não viveu para ver o parlamento europeu aprovando a lei que permite o aumento da jornada máxima de 48 horas semanais para até 65 horas semanais, desde que haja acordo entre trabalhadores e patrão.

atividade poder tornar-se lazer, inclusive o trabalho, dependendo da postura que se adota frente a esse. Esse autor conceitua lazer como “(...) a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível” (MARCELLINO, p. 31, 1987).

Essa obra possui grande relevância para esse campo de investigação por se diferenciar de todo o conjunto de pesquisadores que em suas conceituações aceitaram a função social do lazer como o instrumento para recuperar as energias do trabalhador para suas obrigações sociais e do trabalho impostos na sociedade, denunciando o caráter profundamente conformista e funcionalista dessas proposições, altamente adaptadas as condições de dominação existentes, proporcionando diversão para distrair os indivíduos, sensibilizando-os a aceitarem as imposições e contenções obrigatórias existentes em grande parte da vida fora desse tempo. Para esse autor, essa é uma concepção conservadora, instrumentalizadora e as considera como a manifestação do anti-lazer, já que se nutre da condição de divertir e entreter os indivíduos para mantê-los sob as condições de dominação existentes na sociedade.

WERNECK (2003), por sua vez, considera o lazer como um fenômeno cultural e social, construído historicamente pelas sociedades urbano-industriais. Para a autora, o lazer constitui-se como “uma das dimensões da cultura historicamente constituída a partir das ações (o que não exclui o ócio), do tempo, do espaço/lugar e dos conteúdos culturais vivenciados, ludicamente, pelos sujeitos” (WERNECK, 1998, p. 7).

Para GEBARA (1987) os estudos brasileiros sobre o lazer dividem-se, de forma geral, em duas tendências. A primeira, mais conhecida, filiada a Joffre Dumazedier, considera que o progresso tecnológico e científico aumentou a liberação de tempo livre aos trabalhadores, e a segunda, mais ligada a noção de “uma concepção ideológica estruturada que se manifestou com relação ao lazer” (GEBARA, p. 61, 1997), principalmente nas sociedades industriais do ocidente que obtiveram maior liberação de tempo e, com isso, a necessidade de controlar o tempo de não-trabalho pela implantação da racionalidade instrumentalizadora para o tempo disponível dos trabalhadores.

Comentando os escritos de Simone Weil³, OLLIVEIRA (2001) argumenta que os lazeres não seriam suficientes para restituir a integridade do corpo e da alma das mulheres, perdidas no trabalho de gestos repetitivos e cansativos. Em outro trabalho, OLLIVEIRA

³ “(...) De noite este esgotamento como que a anulou, e as horas de lazer são inúteis” (Experiência da Vida na Fábrica)”. OLLIVEIRA, p. 22, 2001 (In: Licere - V. 1, nº 1, 2001) nos esclarece que os escritos estão reunidos em WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Trad. De T.G.G. Langlada, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. Organização e introdução de Ecléa Bosi.

(2002) analisa a teoria da classe ociosa de Thorstein Veblen, onde defende a tese de que o lazer é um emblema social que distingue a classe dominante da classe dominada, um distintivo de classe que lhe confere poder real e simbólico, e que sem ele não seria possível a comprovação de sua dominação.

Em seu estudo, SANT'ANNA (1994) afirma que o lazer, no período transcorrido sob o regime militar (de 1969 até 1979), foi utilizado como uma estratégia economicamente útil segundo os padrões “morais instituídos”, concretizados em uma série de atividades, espaços, atitudes e equipamentos permitidos de lazer que extrapolaram as necessidades dos indivíduos e ligou-se indissociavelmente a interesses políticos, econômicos e sociais. Para essa autora, a criminalização do ócio, a partir da demonização desse tempo como detentor das piores imoralidades e da vagabundagem, serviu para o condicionamento de determinados comportamentos sociais exigidos pelas formas de produção social e pelas leis da exploração capitalista.

Para aqueles que concebem o lazer como a salvação para as mazelas do mundo do trabalho e das obrigações sociais, PADILHA (2003) afirma que no funcionalismo, o lazer se apresenta como a ferramenta que amenizará as problemáticas sociais existentes, funcionando como uma espécie de válvula de escape para um trabalho desgastante que se impõe para a maioria da população brasileira. Nessa abordagem, o lazer cumpre funções como recuperar a força de trabalho para manter o sistema de produção equilibrado, controlando as tensões sociais existentes. Nesse sentido, as indagações de PADILHA (p. 257, 2003) questionam globalmente a análise funcional sobre o lazer:

“Por que é que nossa sociedade precisa buscar no lazer a satisfação que não encontra no trabalho? Que tipo de vida existe neste trabalho que nossa sociedade construiu? Por que é que a vida, a alegria e a criatividade estariam no lazer, e não no trabalho? E mais: se a lógica que rege a sociedade é o capitalismo e se o capitalismo rege às 24 horas diárias das pessoas, porque é que essa lógica iria provocar alienação na esfera do trabalho e salvação na esfera do lazer?”

A compreensão dessa corrente de pensamento concebe o lazer como o “remédio” que trará aos trabalhadores a felicidade que não é encontrada no trabalho, já que esse fadiga, cansa e estressa. O lazer, por sua vez, tem a função de divertir, alegrar e é sempre considerado por esses autores como positivo. O lazer, portanto, é a cura para os males sociais existentes na

realidade. O funcionalismo faz uma análise parcial da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que diagnostica que há disparidades econômicas, além de muito desgaste para a vida da classe trabalhadora por causa do trabalho e das obrigações sociais, não discute as verdadeiras causas dessas problemáticas, transferindo toda responsabilidade para o lazer amenizar essas contradições.

MASCARENHAS (2001) define lazer como o fenômeno gerado pela atual configuração e desenvolvimento dos conflitos existentes entre capital e trabalho, manifestado na cultura e por onde perpassam relações de hegemonia e contra-hegemonia. Em outro trabalho, MASCARENHAS (p. 13, 2003) ressalta que há uma concordância geral em que não há possibilidade de dissociar o “lazer como um lugar de experimentação valorativa em que a estética, a ética e a política articulam-se como dimensões que acabam por tornar impossível qualquer iniciativa de dissociá-lo da educação”.

A articulação dessas dimensões na experiência valorativa do lazer não se realiza no vazio, mas ocorre no tempo e no espaço destinado socialmente, regulado pelo modo de produção social capitalista que se fundamenta em produzir obstinadamente para o mercado, no monopólio dos meios de produção nas mãos da burguesia e o trabalho em sua forma assalariada, determinam uma distribuição específica do tempo de trabalho e de não-trabalho e condiciona a apropriação diferenciada do lazer às diferentes classes sociais.

Dessa forma, a burguesia instrumentaliza o lazer dos trabalhadores tanto do ponto de vista econômico quanto ideológico, através do controle do Estado, do mercado e da jornada de trabalho, impondo pela força seus interesses de acumulação e desequilibrando brutalmente o tempo de trabalho e o tempo “livre” aos trabalhadores, mutilando o pleno desenvolvimento das potencialidades educativas e culturais presentes nesse tempo da vida.

3. Um pequeno retrato do lazer na estrutura política do Estado brasileiro

3.1 O Sistema Nacional de Esporte e Lazer

A organização não governamental (ONG) World Leisure⁴, fundada em 1952, é uma

⁴ “Founded in 1952, World Leisure, is a world-wide, non-governmental association of persons and organizations dedicated to discovering and fostering those conditions best permitting leisure to serve as a force

associação de pessoas e organizações dedicadas a descobrir e adotar melhores condições que permitam o lazer servir como uma força para o crescimento humano, ao desenvolvimento e ao bem-estar. Ela presta consultorias para governos e assessora, atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) para questões de lazer. Christopher Edginton, membro da World Leisure, em recente visita no Brasil para participar do nono seminário “Lazer em Debate”, promovido pela Universidade de São Paulo - Zona Leste em abril de 2008, concedeu entrevistas a diversos meios de comunicação brasileiros afirmando que “o lazer é cada vez mais um meio pelo qual as pessoas estão procurando - e encontrando - satisfação e um sentido para a vida” (Consultor da ONU..., 2008).

Segundo Edginton, garantir lazer para as classes menos favorecidas não pode ser tarefa que se realize exclusivamente pelo poder de Estado. Para ele, “o que os governantes devem fazer é criar políticas que permitam às empresas reformar suas estruturas financeiras e administrativas de modo que possam apoiar comunidades carentes com pequenos investimentos” (O acesso ao lazer..., 2008)

Nessa entrevista concedida a revista Isto é do mês de maio de 2008 afirma que as ONG’s têm o papel de liderar essa causa para criar e ampliar serviços em lazer para que se tornem acessíveis para toda a população. Edginton foi evasivo quando a repórter Isabela Noronha, do portal G1, pediu para que ele opinasse sobre as políticas públicas brasileiras de lazer. Preferiu não comentar por não conhecer a legislação vigente. A política pública é uma peça essencial para entender o fenômeno lazer em sua totalidade e a análise de como o lazer está organizado na estrutura política do Brasil é fundamental, mesmo que visto de forma breve.

A estrutura estatal brasileira nos três níveis governamentais - federal, estadual e municipal - organiza o lazer em ministérios e secretarias dedicadas exclusivamente a formular e executar programas e políticas públicas nessa área, na maior parte juntamente às secretarias de cultura e, principalmente, as de esportes. Apresentam-se sempre como alternativas para solucionar problemas sociais seculares, como o envolvimento da juventude com drogas, a redução da violência e a promoção da educação, um instrumento de cidadania, inclusão e justiça social.

No âmbito das instituições do governo federal atual, o lazer é uma secretaria do Ministério do Esporte, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

for human growth, development and well-being”. Disponível em: <www.worldleisure.org>. Acesso: 12 jun. de 2008.

(SNDEL), que subdivide-se em dois departamentos: Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e Lazer e o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer. Dentro uma perspectiva política mais global, de projeto partidário de poder, o método pelo qual o Partido dos Trabalhadores (PT), no poder desde 2003, administra o Estado segue as tendências das “administrações do campo democrático e popular” que significa em termos reais “descentralização administrativa, gestão participativa, controle social, transparência e ética social”, com indicadores “pautados por categorias de eficiência, eficácia e efetividade social”.

A criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer é coerente com esse projeto político mais geral e é composto por eixos norteadores em políticas nacionais de “gestão participativa” e “controle social”, “de recursos humanos e de financiamento”, além de ser um sistema “descentralizado e regionalizado”. Desenvolvendo esse programa já por quase seis anos de gestão do PT no poder de Estado, a gestão participativa do lazer no interior da máquina estatal se materializa na realização de conferências nacionais participativas, tais como as realizadas no âmbito do esporte.

A lógica implícita na gestão participativa é a criação de fóruns (permanentes ou não), câmaras setoriais e comissões para negociar interesses, buscar soluções para conflitos entre setores sociais divergentes, elaborar políticas e programas governamentais nas mais variadas esferas da administração pública. Os distintos setores sociais existentes, ou seja, representantes da sociedade civil (associações identitárias, de classe, ONG’s, determinados sindicatos e movimentos sociais, etc.), representantes do governo (ministérios, institutos de fiscalização, institutos de pesquisa estatais, prefeituras, secretarias de estado e de municípios, etc.), representantes da iniciativa privada (empresas, universidades particulares, consórcios, associações, sindicatos patronais, bancos, etc.) e, finalmente, instituições de caráter público (como universidades, institutos de pesquisa, fundações e autarquias) são chamados a discutir e negociar de forma harmoniosa e encontrarem soluções conciliatórias.

Em estreita organicidade com esse programa, o Ministério do Esporte realizou duas Conferências Nacionais do Esporte com o objetivo de criar o Sistema Nacional do Esporte e Lazer junto com as instituições que trabalham no Brasil com a temática. A primeira conferência realizada no ano de 2004⁵ é reivindicada pela “Carta de Brasília - Momento

⁵ “Foram quatro dias de debates, deflagrados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em ato no belo Teatro Nacional de Brasília. Vínhamos com o respaldo de 83 mil pessoas que se mobilizaram em 873 municípios, 26 estados e Distrito Federal. Não representamos apenas o chamado segmento de esporte e lazer, mas toda sociedade. Aprovamos a política de esporte e lazer que vem sendo implantada, com foco na inclusão social. Estamos convictos de que é a política mais adequada para o nosso tempo. O tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” propiciou um debate amplo sobre todos os aspectos do esporte e lazer. E ficou claro:

Histórico”, elaborada e aprovada em sua plenária final de resoluções, como um marco histórico, visto que a “própria realização da Conferência é considerada uma vitória em si. Segundo a carta, “jamais em nossa história tivemos como temos agora, ampla participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer”.

A primeira conferência lançou as bases para a criação do sistema, reconhecendo o esporte e o lazer como direito social e dever do Estado garantir o seu acesso à população, independente da classe social, religião, etnia e sexo dos indivíduos. No documento que sistematizou as discussões e os debates realizados na conferência, o esporte e o lazer são compreendidos como fenômenos distintos, mas confluentes pelo fato do esporte se manifestar no tempo e no espaço do lazer.

O esporte e o lazer são vistos como manifestações que podem trazer tanto benefícios quanto aspectos negativos para os indivíduos. No entanto, de maneira imperativa, são compreendidos como prática e vivência valorosa para a formação da cidadania, da valorização identitária dos povos, como estratégia para combater o consumo de drogas, em síntese, como fator de desenvolvimento sócio-cultural e econômico, um patrimônio e uma riqueza que se somam as outras existentes em nosso país⁶. O prazer é bem pouco citado.

Para a conferência, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer deve ser uma construção onde as três esferas governamentais assumam seu papel na promoção de políticas para essa área, responsabilizando empresas, ONG’s, entidades de classe, escolas e entidades gestoras do esporte e do lazer como fundamentais para a melhoria do sistema. O documento síntese aprovado pela conferência afirma que o entendimento do lazer e do esporte como “simulacros da ordem da produtividade, eficiência e eficácia inerente ao determinado modelo de sociedade no qual a brasileira encontrava identificação” (I CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 2004, p. 6) foi superado. Considera também que, apesar do reconhecimento do

esta luta não tem donos. É de todos os brasileiros e brasileiras em favor de uma sociedade melhor” (Carta de Brasília - Momento Histórico, 20/06/2004).

⁶ “No campo do indivíduo e das comunidades, por exemplo, ele pode trazer solidariedade, auto-estima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, etc. Também pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, criminalidade, e entre outras”.

“O esporte e o lazer podem ser um fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda. Criam uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores”.

“Também é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural. Ou seja, o esporte e o lazer são partes indissociáveis do desenvolvimento nacional, uma riqueza que se soma aos nossos recursos naturais, aos valores culturais, à população brasileira” (I Conferência Nacional do Esporte - Documento final, 2004).

esporte e lazer como direitos sociais, o Brasil está distante de assegurar o direito constitucional de acesso de todos às atividades esportivas e de lazer.

Os princípios do sistema entendem o lazer e o esporte como direito, reconhecendo-o como instrumento de inclusão e de combate à vulnerabilidade social, somente quando haja gestão participativa e transparência na administração dos recursos financeiros direcionados a essa área. Os eixos que compõem o sistema são as “políticas nacionais de recursos humanos, de financiamento e controle social”, que pressupõem a existência de mecanismos “democráticos de gestão”, como os conselhos do esporte e do lazer e as Conferências Nacionais, que asseguram a participação de todos os envolvidos.

Já a 2ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2006, detalhou mais os princípios do Sistema Nacional do Esporte e Lazer lançados na 1ª Conferência, organizando-o em quatro eixos que, segundo o relatório são: Eixo 1 - Estrutura: organização, agentes, competências; Eixo 2 - Recursos Humanos e Formação; Eixo 3 - Gestão e Controle Social e Eixo 4 - Financiamento.

Segundo as resoluções finais aprovada nessa conferência, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer “é uma articulação entre diversos agentes de forma plural e representativa contemplando todas as dimensões do esporte e do lazer, categorizados a partir de sua atuação no sistema, sejam entidades e organizações de natureza diretamente relacionada ao esporte e ao lazer ou entidades e organizações de áreas afins, mas com participação no Sistema através de pactos, parcerias e colaboração” (2ª Conferência Nacional do Esporte, 2006, p.4). As instituições gestoras do sistema são: Ministério do Esporte, Secretarias Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer, Conselhos de Esporte e Lazer, escolas, IES, tribunais de justiça desportiva, Comitê Olímpico Brasileiro, Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB, Serviços Sociais Autônomos, Confederações e Federações esportivas, entidades científicas, clubes esportivos sociais, ligas, associações esportivas, empresas privadas, Ong’s, OSCIPS, cooperativas e consórcios públicos quando atuarem como promotoras da prática esportiva e de lazer.

O eixo 1 refere-se à organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e as competências de cada entidade ou instituição participante do sistema. O eixo 2 refere-se à formação e recursos humanos envolvidos no sistema, destacando o caráter “multiprofissional e multidisciplinar” da área e diferencia o educador físico do agente comunitário de esporte e lazer. A necessidade de formação continuada é apresentada como

essencial para o sucesso da política de lazer desenvolvida na realidade e, por isso, propõe uma série de capacitações em diversos níveis educacionais, desde o técnico até o universitário⁷.

O eixo 3 apresenta todas as propostas sobre gestão e controle social do sistema, apresentando uma forma de organização na forma de Conselhos Nacional, Estadual e Municipais de Esporte e Lazer, que teriam caráter consultivo e deliberativo e as funções de administrar, elaborar e executar políticas públicas de esporte e lazer⁸.

Por último, o 4º eixo do sistema é o financiamento e pode ser sintetizado na proposta de estabelecer um fundo de receitas de 1% da dotação orçamentária total das três esferas governamentais destinarem a execução das políticas de lazer e esporte. É resolução da conferência que parte de diversos impostos e captação de recursos através das Parcerias Público-Privadas (PPP's) com empresas e organizações internacionais serão, segundo o relatório, as principais fontes de recursos para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. O detalhamento do sistema chega a definir prioridades orçamentárias de acordo com o projeto político pedagógico que justifica os programas.

Em termos de estrutura organizativa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte⁹ tem a missão de promover a produção científica e teórica sobre o esporte e lazer, e o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer¹⁰ a tarefa de executar os programas de esporte e lazer.

⁷ A política de formação dos recursos humanos, observando o que prevê o Conselho Nacional de Educação, deverá promover a formação permanente e continuada, garantindo: A) A descentralização do processo com a participação de todos os municípios, estados e União, respeitando suas esferas de atuação; B) A qualificação da formação com currículos ampliados, que atendam às realidades locais, e estágios curriculares; C) A qualidade da infra-estrutura necessária à produção e difusão de conhecimento, como laboratórios, bibliotecas, material instrucional, centros de pesquisa, ginásios, quadras esportivas e outros implementos necessários ao funcionamento do Sistema; D) Programas de incentivo à capacitação profissional de todos os envolvidos no sistema”. (II Conferência Nacional do Esporte, 2006)

⁸ (...) órgãos de caráter, consultivo, deliberativo, normativo, propositivo, fiscalizador, controlador, orientador, gestor, e formulador de políticas públicas de esporte e lazer. Quanto à natureza da composição, os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Esporte e de Lazer serão compostos por agentes de todos os segmentos que compõem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer com maioria de representantes da sociedade civil.

⁹ Seria o responsável pela “execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas sociais como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e em uma perspectiva intergeracional, a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.” (www.esporte.gov.br)

¹⁰ Seria o responsável pela “execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas sociais como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e em uma perspectiva

O Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007 do Ministério do Esporte (PLANEJAMENTO, 2005, p.15) contém a descrição dos programas executados no ano de 2005. Ao separarmos especificamente aqueles ligados ao lazer para além dos esportes, excluindo outros programas mais ligados ao esporte de alto rendimento, temos o seguinte quadro:

a) Programa “Esporte e Lazer da Cidade”, onde 631.503 pessoas foram beneficiadas em atividades assistemáticas, como eventos de lazer (significando um aumento de 15,09 % em relação à meta estabelecida); 112.055 pessoas inscritas em atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas); 303 núcleos em atividade, distribuídos em 102 municípios brasileiros; 1.981 empregos diretos gerados; 2.702 pessoas capacitadas em 151 ações de formação; e 1.720 eventos de lazer realizados, tais como ruas de lazer, colônias de férias, gincanas, festivais, torneios, campeonatos e passeios turísticos. Esse programa, segundo o relatório, contou com várias ações com créditos decorrentes de emendas parlamentares para a “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer” e “Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer”, que tratam basicamente de obras (construção ou reforma de ginásios poliesportivos e campos de futebol). No entanto, 96,02% dessas ações foram executadas com recursos oriundos de emendas parlamentares e não estiveram sob responsabilidade da gerência do programa. O relatório aponta ainda como principal limitação os escassos recursos financeiros advindos dos contingenciamentos e da distribuição interna ao Ministério do Esporte. Além disso, aponta também outras causas como falta de contrapartidas em possíveis convenientes e entraves burocráticos que dificultaram algumas execuções.

b) Programa “Gestão das Políticas de Esporte e Lazer”, que capacitou 250 gestores de esporte e lazer; formulação e aprovação pelo Conselho Nacional de Esporte e da Política Nacional de Esporte, cujas bases foram estabelecidas na I Conferência Nacional do Esporte; treinamento de 91 servidores, a partir da efetivação de 35 ações de capacitação, sendo 57,0% em eventos de qualificação e requalificação; 37% em desenvolvimento gerencial; 3% no Projeto Formar e 3% em curso de pós-graduação. Na avaliação do programa, o relatório afirma que os cortes de verbas impactaram a execução orçamentária que ocasionaram problemas para alcançar as metas físicas estabelecidas. Outros fatores também influenciaram na retração das metas da ação “Capacitação de Gestores”, causada pela impossibilidade de celebrar parcerias com a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL)

intergeracional, a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.” (www.esporte.gov.br).

e com o Fórum de Gestores Estaduais, bem como nas metas da ação “Capacitação de Servidores”, onde o resultado poderia ter sido melhor se não ocorressem os seguintes problemas: pouca participação de servidores no levantamento das necessidades de capacitação; comunicação incipiente; poucos canais de influência sobre as decisões estratégicas; falta de incentivo; insatisfação dos servidores; e rotatividade de pessoal nos níveis gerenciais, comprometendo os subsistemas de recursos humanos.

3.2 A priorização orçamentária esportivista e a estratégia compensatória do Estado

O fato do orçamento destinado ao Ministério do Esporte ter uma grande participação de emendas parlamentares suplementares faz com que a gerência dos programas financiados por esses recursos não tenham controle sobre a execução dos mesmos. É possível observar as leis orçamentárias de 2003, 2004 e 2006 grandes contingenciamentos aos recursos destinados aos programas desse ministério a partir da consignação dos recursos aprovados pela Lei Orçamentária Anual. É possível notar também que a maior parte dos recursos gastos pelo Ministério do Esporte (incluindo os advindos de emendas parlamentares) são absorvidos por programas e ações voltadas prioritariamente para o esporte em geral (educativo, eventos, centros poliesportivos e de alto rendimento) e as alíneas para a execução de programas voltados para o lazer, em tese, para além dos esportes, sempre receberam menos do orçamento.

R\$ 1,00

PROGRAMAS	LOA 2003	DESCENTRALIZAÇÃO E EMPENHO
REINserção social do adolescente em conflito com a lei	800.000	654.293
ESPORTE SOLIDÁRIO	262.471.719	123.058.824
BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA	33.006.000	8.058.286
GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE	3.775.000	737.417
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	10.227.000	9.445.899
GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	21.000	0
APOIO ADMINISTRATIVO	11.097.100	10.402.944
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	932.622	744.147
ESPORTE NA ESCOLA	48.817.021	18.090.607
TOTAL	317.417.462	171.192.417

Tabela 1. Distribuição orçamentária do Ministério dos Esportes, 2003. Adaptado SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI>>.

R\$ 1,00

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	LEI+CRÉDITO			EMPENHOS EMITIDOS	PAGAMENTOS EFETIVADOS
	PROGRAMAÇÃO	EMENDAS	TOTAL		
BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	16.490.990	7.289.573	23.780.563	10.087.555	6.392.191
PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO	15.785.368	0	15.785.368	12.680.992	12.337.219
RUMO AO PAN 2007	49.780.000	0	49.780.000	43.372.976	37.138.133
ESPORTE E LAZER NA CIDADE	12.054.130	203.571.036	215.625.166	37.138.133	38.131.641
ESPORTE DE CRIAÇÃO NACIONAL E IDENTIDADE CULTURAL	750.000	0	750.000	550.000	550.000
SEGUNDO TEMPO	34.593.848	16.230.000	50.823.848	46.139.394	28.817.724
TOTAL	129.454.336	227.090.609	356.544.945	245.960.345	123.406.908

Tabela 2. Distribuição orçamentária do Ministério dos Esportes, 2004. Adaptado SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI>>.

R\$ 1,00

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	LEI+ CRÉDITO	EMPENHOS EMITIDOS	PAGAMENTOS EFETIVADOS
IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	800.000	602.967	221.533
BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	22.889.000	22.063.916	8.061.579
GESTÃO DE POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER	8.306.141	7.456.754	7.217.731
INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO	20.972.711	19.167.452	19.167.542
RUMO AO PAN 2007	423.957.488	265.565.334	123.773.770
ESPORTE E LAZER NA CIDADE	377.272.325	267.199.251	27.382.898
SEGUNDO TEMPO	136.838.841	128.206.806	54.232.796
TOTAL	971.264.595	710.262.480	240.057.869

Tabela 3. Distribuição orçamentária do Ministério dos Esportes, 2006. Adaptado SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI>>.

Somando os recursos voltados para os programas esportivos contidos nas três planilhas e comparando com àqueles destinados aos programas de lazer para além dos esportes, identifica-se claramente uma priorização orçamentária na promoção do esporte, em suas diversas manifestações, delineando a concepção de política pública do ministério em termos de distribuição orçamentária e o projeto político-pedagógico implícito do Estado que se reflete nessa distribuição. Destacamos das planilhas as somas destinadas aos programas exclusivamente esportivos (nas distintas manifestações) e comparamos com os investimentos destinados a programas que, em tese, teriam uma conotação mais ampla em sua formulação teórica. O resultado obtido foi:

LOA 2003 - Programas esportivos 2003 somados - R\$ 171.192.417,00/ Não há programas de lazer além dos esportes;

LOA 2004 - Programas esportivos somados - R\$ 85.275.266,00/ Programa Esporte e Lazer na Cidade - R\$ 38.131.642,00;

LOA 2006 - Programas esportivos somados - R\$ 212.674.951,00/ Programa Esporte e Lazer na Cidade - R\$ 27.382.898,00;

A desigualdade constatada na dotação orçamentária expressa a tendência esportivista resultante da fusão do conceito lazer ao esporte, numa perspectiva de reduzir a amplitude do primeiro fenômeno à dimensão particular do segundo, por mais relevante que seja. Uma equivalência forçada e obrigada pelas condições “objetivas” da burocracia do Estado e suas prioridades. Independente das razões pelas quais se justificam as injustificáveis contenções orçamentárias que acorrentam a política de lazer.

Em relação ao orçamento do Ministério do Esporte para o ano de 2008, o ministério teve o segundo maior corte percentual (82,3%) se considerado o conjunto dos ministérios. Os recursos previstos originalmente eram de R\$ 1,128 bilhão e passaram para R\$ 199,6 milhões (Esporte e..., 2008). Infalível pela falibilidade histórica que tem gerado fissuras e seqüelas sociais graves.

Essa escassez nos investimentos em lazer no âmbito federal é coerente com o quadro retratado pelas municipalidades através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (IBGE; MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004), de caráter censitário por coletar informações referentes às 5.557 cidades brasileiras realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a cada dois anos. No ano de 2003, como resultado de um convênio entre o IBGE e o Ministério do Esporte, foi juntamente ao questionário de gestão enviado aos gestores públicos um suplemento de esportes que pesquisou dados referentes ao esporte e lazer nos municípios.

Segundo a pesquisa, os recursos aplicados em desporto e lazer atingiram menos de 1% do total das despesas das prefeituras. Em 2002, representaram 0,96% do total das despesas e, em 2003, 0,90%. O menor percentual foi aplicado pelas prefeituras da região Norte: 0,66%, em 2002, e 0,46%, em 2003; e o maior no Sudeste: 1,10%, em 2002, e 1,07%, em 2003. Em relação ao tamanho da população, os menores percentuais das despesas das prefeituras, tanto em 2002 (0,76%) quanto em 2003 (0,78%), foram nos municípios com mais de 500 mil habitantes. O maior percentual em 2002 foi registrado nos municípios com 5 mil a 20 mil habitantes (1,18%), e em 2003 nos municípios de 20 mil a 50 mil habitantes e 50 mil a 100 mil pessoas, ambos com 1,01% (IBGE, MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003).

As despesas dos municípios brasileiros com o esporte estavam fortemente concentradas na região Sudeste, que respondia por 58,9%, em 2002, e 62,1% em 2003. A participação dos

gastos na função desporto e lazer cresceu, em 2003, em relação à 2002, nas regiões Sul (16,3% para 17,7%) e Sudeste (58,9% para 62,1%), enquanto decresceram nas regiões Norte (4,1% para 3,0%), Nordeste (14,7% para 12,1%) e Centro-Oeste (6% para 5,1%) (IBGE, MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003).

Os recursos aplicados em esporte nos municípios do país, em relação às classes de tamanho da população cresceram entre 2002 e 2003 nas cidades com mais de 500 mil habitantes (26,8% para 30,1%), e nas de 100 mil a 500 mil habitantes (22,5% para 23,6%), e decresceram nas cidades com até 5 mil habitantes (4,7% para 4,1%); de 5 mil a 20 mil moradores (18,4% para 15,6%); de 20 mil a 50 mil habitantes (16% a 15,1%); e manteve-se praticamente estável nas cidades com 50 mil a 100 mil habitantes (11,7 para 11,6).

Partimos de alguns dados da atual política de lazer em sua práxis analisando alguns números, objetivos e algumas justificativas teóricas levantadas de fontes oficiais para traçar um pequeno retrato da política pública de lazer no âmbito federal. A aproximação inicial sobre as políticas públicas de lazer é se a realidade retratada - apesar da natureza lúdica, da busca para ser prazerosa e da diversidade de formas em que se apresenta na sociedade contemporânea e em suas relações sociais - é a expressão das determinações dialéticas de classe do Estado capitalista presente nessa esfera da vida social dos indivíduos de acordo com seu papel na produção social ou se são a expressão de uma gestão equivocada e passível de ser alterada progressivamente para uma política pública universalista que torne possível a re-apropriação do tempo lazer para a população.

3.3 O Estado burguês determina as circunstâncias de desenvolvimento das políticas de lazer para os trabalhadores e trabalhadoras

Sem recursos financeiros para desenvolver programas não há política pública plena de lazer por causa da imposição de uma severa restrição orçamentária que inviabiliza a execução de qualquer bom projeto ou programa. No interior de um quadro de restrição, que já é muito grave, o fracasso é potencializado pela combinação da restrição orçamentária ao fato da maior parte dos recursos utilizados pelo Ministério do Esporte na promoção do esporte e do lazer advir de emendas parlamentares que, como dito anteriormente, retira a gestão dos programas do controle da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (sem entrar no mérito de seus programas) e, conseqüentemente retira a direção política de muitos programas

de responsabilidade da secretaria, situação essa que empreende dificuldades intransponíveis para a execução de uma política pública de lazer e esporte a partir do projeto político de tal ministério¹¹.

No caso do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) no ano de 2005, a maior parte dos recursos financeiros foi investida na “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer” e “Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer”, onde 96,62% do total de recursos investidos nessa alínea foi resultado de emendas parlamentares (BRASIL, 2006, p. 13-4). A consequência imediata é a perda da soberania do corpo técnico envolvido com a área sobre a gestão desses recursos e a ausência de uma direção especializada para que, no universo de dificuldades existentes, pudessem ser executados os limitados investimentos de uma forma minimamente planejada. Mas não é isso o que ocorre.

Os dispositivos jurídicos que determinam o volumoso corte orçamentário de todos os anos obrigam que haja articulações políticas entre poderes executivo, legislativo e judiciário para a criação de mecanismos de suplementação ao restrito orçamento regular destinado para as áreas da administração pública, inclusive ao lazer. A aprovação de emendas orçamentárias por parlamentares é um desses mecanismos e financia a maior parte do Programa de Esporte e Lazer na Cidade, - em tese, o único programa para além dos esportes - que concentrou suas ações na construção e modernização de centros esportivos, manifestando sua tendência esportivista. Além disso, o controle e a gestão do recurso executada pelo parlamentar, sem controle e fiscalização social, abre possibilidade para inúmeras utilizações ilícitas na aplicação dos recursos (superfaturamento, negociação com empreiteiras, estratégias eleitoreiras), sem dizer na falta de articulação com a teoria, planejamento e outras normas para se executar políticas públicas adequadas, como um efetivo direito social.

Essa liberdade política consensual entre os três poderes é considerada legal pelo regime “democrático”, mas dá margem a utilização “eleitoreira” dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento do lazer esportivo no Brasil. Permite manobras clientelistas que são seculares em nosso país como emendas orçamentárias aprovadas genericamente para combater a vulnerabilidade social dos jovens, mas que, na maioria das vezes, são utilizadas

¹¹ O programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) foi formulado para atingir dois objetivos principais: democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer e universalizar o direito social ao esporte e ao lazer. Portanto, nas suas ações, o programa visa suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo em situações de vulnerabilidade social e econômica. Sua gestão está referenciada em princípios construídos historicamente no interior das experiências de administrações do campo democrático e popular, quais sejam: descentralização administrativa, gestão participativa, controle social, transparência e ética social. Os indicadores de avaliação utilizados para monitorar a implementação do programa são pautados por categorias de eficiência, eficácia e efetividade social. (<http://portal.esporte.gov.br/sndel.jsp>) - 24/04/08

para a construção/manutenção de poliesportivos sem qualquer projeto educativo, construídos apenas para obtenção de mais votos para manterem seus cargos e aparatos aos quais têm a sua disposição quando eleitos.

Na essência, as emendas parlamentares fazem parte de uma estratégia de financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos. As razões pelas quais o esporte e o lazer são utilizados para esse fim são por serem fenômenos que possuem grande força mobilizadora da sociedade (assim como os “showsmícios” e os eventos de massas) pelo atual crescimento da demanda e da auto legitimidade que possuem essas atividades, compreendidas pelo senso comum como “educativas e transformadoras naturalmente”. Por isso, desenvolver ações nessas áreas contribui para a aparência de “político honesto” ao candidato que promove políticas desse tipo. A promoção do esporte, mais precisamente, do futsal e dos esportes de quadra, através da construção de poliesportivos são ações que podem resultar muitos votos para candidatos a cargos públicos do poder executivo e/ou legislativo, já que se manifestam parte integrante da cultura popular e também como uma alternativa ao universo de escassez de possibilidades de lazer que permanece no Brasil.

O restrito orçamento para o desenvolvimento de políticas de lazer é analisado pelos próprios técnicos como um fator causador das retrações de metas estabelecidas contidas nos relatórios de gestão dos programas do Ministério do Esporte. Surpreende o elevado percentual de recursos advindos de emendas parlamentares e a incongruência existente entre a complexidade e o nível de detalhamento do Sistema Nacional de Esporte e Lazer elaborado pelas conferências nacionais e os recursos financeiros insuficientes destinados a executar e fazer funcionar tal sistema.

As Conferências Nacionais do Esporte assumem teoricamente o esporte e o lazer como fenômenos distintos, mas confluentes. Porém, a principal gestora da Política Nacional de Esporte e Lazer estimula e prioriza uma tendência altamente esportivista e acaba por tentar omitir, na verdade, uma práxis do Estado em considerá-los como fenômenos equivalentes¹². Há uma falsa distinção entre lazer e esporte feita pelos técnicos na redação do sistema, distinta da prática que ocorre nas políticas do Ministério do Esporte e também da SNDEL, que têm fomentado tão somente o esporte em suas variadas dimensões, inclusive no programa específico de lazer presente na estrutura organizativa do ministério, ou seja, o Programa

¹² “Portanto, apesar do avanço na discussão do lazer, em sentido pleno, não se pode descuidar de sua dimensão esportiva ao implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” (Orlando Silva, ministro do Esporte, “A construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. <http://www.vermelho.org.br>).

Esporte e Lazer na Cidade.

O que impressiona ao analisar esses dados estatísticos são os incríveis contingenciamentos orçamentários ao Ministério do Esporte, principal gestor do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Com essa constatação, vem a indagação: se o acesso ao lazer é um direito constitucional fundamental garantido por lei, quais são as razões dos elevados cortes orçamentários destinados às políticas públicas de lazer? Se o lazer possui tantas possibilidades educativas e transformadoras por combater a violência e a vulnerabilidade social, como é afirmado nos parágrafos dos programas e nas justificativas teóricas das ações de governo, porque reduções tão drásticas ao orçamento do Ministério do Esporte, que tem a responsabilidade de gerenciar e executar essas políticas em âmbito nacional?

Existem diversas explicações burocráticas pouco compreensíveis para essa situação. Despesas incomprimíveis, obrigatórias, limitações orçamentárias, DRU, LRF. Na verdade, esses cortes são ocasionados por responsabilidade da política econômica desenvolvida por sucessivos governos que, em diversas partes do mundo, têm historicamente gerido uma dívida pública adquirida por empréstimos executados pelos Estados nacionais com instituições financeiras internacionais e nacionais e que têm comprometido grande parte das arrecadações fiscais de diversos países, principalmente os da periferia do sistema, os chamados “terceiro mundistas” ou economias em “desenvolvimento” ou ainda “emergentes”. Para Lênin (1912), a dívida pública é característica de um poder público que se coloca acima da sociedade¹³.

Coincidindo com a análise de Lênin, as políticas de superávits primários, ou seja, deduções de porcentagens do orçamento já com as devidas reduções por causa dos compromissos regulares com os credores nacionais e internacionais destinados às políticas públicas dos Estados Nacionais para garantir o pagamento de amortizações das dívidas públicas são muito comuns na gestão pública de países latinoamericanos. Essa política econômica cria mecanismos jurídicos e políticos internos para garantir, rigorosamente, os acordos firmados entre os governos e instituições financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BID), mesmo que comprometam áreas sociais importantes da gestão pública e imponha condições sociais gravíssimas às populações desses países.

Esses mecanismos econômicos e políticos supranacionais causam o endividamento

13 “Para manter um poder público separado da sociedade e situado acima dela, são necessários os impostos e uma dívida pública.” “(...) O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas” (LENIN, p. 7, 1983).

público dos países considerados “em desenvolvimento” e os mantém sob rígidas relações internacionais que determinam externamente suas formas internas de executar a política pública e como priorizar os investimentos na distribuição dos recursos para as diferentes pastas ministeriais. A brutal diferença entre os valores aprovados nas leis orçamentárias do Congresso Nacional e o efetivamente utilizado pelo ministério do Esporte enquanto recurso aplicado em programas expressa a consequência prática desses mecanismos. Para reafirmar, em 2008, o corte foi de 82,3% (R\$ 1,128 bilhão e passaram para R\$ 199,6 milhões) como apontado anteriormente. Esses compromissos financeiros e dívidas adquiridas tiveram o respaldo histórico de todas as instituições governantes, continuam tendo legitimidade e permanecem na estrutura política brasileira legalmente, embasados por acordos políticos, econômicos e diplomáticos entre Estados nacionais, mas aprovados internamente pelos sujeitos dos poderes executivos, legislativos e judiciários constituídos (parlamentares, juristas, presidentes, governadores e prefeitos), poderes colocados acima da sociedade em geral.

Dois desses mecanismos aplicados à economia política estatal brasileira são a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) aos municípios. A primeira é justificada por permitir uma melhor alocação dos recursos orçamentários para que não haja desigualdade entre investimentos de diferentes áreas da administração pública em relação aos recursos financeiros e permitir o financiamento de despesas imprescindíveis e obrigatórias. Essa é a justificativa encontrada pelo Estado Nacional para manter a DRU, ou seja, a retenção legal de até 20% do Orçamento da União destinado a gestão pública, para reordená-lo a aplicação desses fundos destinados ao pagamento de amortizações e juros da dívida pública brasileira com instituições financeiras.

Já o segundo, a Lei de Responsabilidade Fiscal é um dispositivo onde todos os municípios são obrigados a submeter o orçamento municipal a aprovação pelo Tribunal de Contas da União antes de empenhá-lo. Essa aprovação depende das garantias no próprio orçamento para despesas obrigatórias não contingenciáveis, que também dão a sua contribuição para sanar as dívidas públicas pelo esforço conjunto das três esferas governamentais.

Não é possível compreender a redução orçamentária destinada ao lazer e ao esporte (e a todas as outras), nas três esferas, sem levar em conta primeiramente o endividamento público brasileiro. Esses mecanismos são constituídos por funcionários do Estado e são decisões do corpo político que tem a incumbência de exercer o poder sobre a maioria da sociedade. No

entanto, poucos pesquisadores analisam e vêem esse fator como pressuposto para o fracasso da política pública de nosso país no âmbito do esporte e do lazer, e preferem concordar com a única alternativa oferecida pelo Estado nacional a “esganadura orçamentária”, ou seja, a busca de parcerias com a iniciativa privada através das políticas de responsabilidade social e Parcerias Público-Privada (PPP's)¹⁴ e investimentos em políticas compensatórias bem focadas.

Sem questionar a legitimidade dessas medidas, sempre tomadas em nome do “melhor para o povo”, tal caminho conta hoje com o apoio da maior parte dos pesquisadores, legisladores, entidades e técnicos de grande expressão na área. Concordam explicitamente ou se conformam de maneira indiferente aos fatores internos da economia capitalista e da política de Estado que impactam o orçamento para o lazer, agindo como se esses mecanismos fossem tão sacramentados que impedissem o seu questionamento. São sempre vistos como elementos intocáveis da economia política e esses aspectos estruturais continuam pouco abordados nos estudos sobre o lazer e políticas públicas em geral. Esse tom de aceitação pode ser visto em CASTELLANI FILHO (2006), AMARAL (2006) e MARCELLINO (2001), mas observa-se esse ponto de vista como uma tendência hegemônica na maior parte dos trabalhos sobre políticas públicas de lazer.

As saídas afirmadas pela maior parte dos gestores e pesquisadores na área de lazer para compensar essa restrição têm sido recorrer a parcerias com a iniciativa privada para captar recursos financeiros suplementares no mercado, a partir de recursos extraídos da mais-valia dos trabalhadores. Reconhecem formalmente, ainda assim, que o lazer deve ser promovido pela esfera pública como um direito social. As estratégias participativas, parcerias público-privadas, patrocínios e a política de responsabilidade social das empresas têm sido as alternativas a que recorrem importantes atores pertencentes a entidades envolvidas com a questão do lazer no Brasil e no mundo. Entidades como a World Leisure, através de Christopher Edginton, entidades gestoras do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, personalidades como o ex-ministro do Esporte em 2004, Agnelo dos Santos Queiroz Filho ou o atual, Orlando Silva Junior, o Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) reforçam e defendem esse tipo de gestão.

¹⁴ Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. § 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. § 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em 21/06/2008.

Destacados alguns conceitos, programas, dados estatísticos e ações da política governamental do Estado brasileiro voltada para o lazer, é possível constatar uma convergência de opiniões, princípios e de orientações fundamentais sobre quais diretrizes devem guiar as políticas nessa área e observa-se uma correspondência teórica importante entre vários atores que estão presentes no campo do lazer. No geral, todos concordam e legitimam a política pública de lazer mais adequada à realidade atual àquela que articula ações do governo, da iniciativa privada e de entidades do terceiro setor para a captação de recursos que supra as restrições orçamentárias do Estado.

A questão orçamentária nunca é posta como fator determinante da política pública de lazer e a racionalidade que lhe é imposta nunca é questionada. Parte-se sempre dos limites burocraticamente estabelecidos ou simplesmente atribui esses limites o fator em si como razão que delimita o lazer na máquina pública. Não vão a fundo para compreender a lógica interna desses mecanismos nem a debater publicamente as origens e os interesses que motivam essa racionalidade. Sempre se adaptam, nunca questionam.

A implicação central é não reconhecer os cortes orçamentários como a manifestação real de mecanismos estruturais da atual configuração das classes sociais¹⁵ em torno da produção social e das características que a organização do sistema econômico adquire nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, refletidas na organização estatal. A disjuntiva que opera nessa problemática teórica é, ou compreender o Estado como o resultado dos interesses irreconciliáveis das classes em luta, expressão do poder da classe dominante por onde exerce sua dominação ou como o Estado republicano detentor e fonte de contradições de toda ordem que permite transformar progressivamente para melhor a sua estrutura interna através de reformas e ajustes em seu funcionamento, sempre nos marcos das suas delimitações.

A divergência fundamental decorrente dessas análises é, portanto, a compreensão filosófica se esses mecanismos são sintomas isolados de uma gestão equivocada de funcionários bem intencionados do Estado (e nunca deixa de ser mesmo!) ou se os mecanismos causadores do fracasso da política pública de lazer brasileira são a expressão direta de um Estado que globalmente funciona para garantir os privilégios da classe social que

¹⁵ “Enquanto o conjunto do trabalho da sociedade produzir um rendimento que só a custo excede o que é preciso para assegurar parcimoniosamente a existência de todos, enquanto o trabalho exigir todo ou quase todo o tempo da grande maioria dos membros da sociedade, esta divide-se necessariamente em classes. A par do maior número exclusivamente voltado à submissão ao trabalho, forma-se uma classe liberta do trabalho directamente produtivo que se encarrega dos assuntos comuns da sociedade: direcção do processo de trabalho, administração do Estado e dos assuntos políticos, justiça, ciência, belas-artes, etc. É a lei da divisão do trabalho que está pois na base da divisão em classes (Marx; Engels, 1978, p. 262).”

detém o poder econômico e político, e o lazer concebido por essa classe no poder é aquele que massifica o esporte e vanguardiza ilimitadas alternativas de um lazer diversificado.

A nosso ver a política pública de lazer determina-se por esses interesses de forma hierárquica e liga-se, inevitavelmente, a concepções de mundo e afiliações filosóficas. A inflexão está na histórica e polêmica divisão, que se modifica com o tempo, mas que está sempre presente nos fatos sociais: reformar o caráter do Estado em funcionar hierarquicamente para a classe dominante através de mudanças progressivas (reformas) em sua estrutura ou não acreditar na possibilidade de sua transformação progressiva e buscar, a partir da denúncia cotidiana do caráter de classe do Estado e da ação prática em todos os campos da esfera social, demolir o Estado e suas determinações a partir de uma política independente para construir cotidianamente as circunstâncias adequadas para derrubá-lo radicalmente pela luta e construir um Estado de classe que represente a maioria da população. Reforma ou revolução sempre exigiu caminhos, escolhas e alternativas divergentes.

Ao compreender o Estado tal como Marx o definiu genericamente no Manifesto Comunista, ou seja, como o “comitê central da burguesia para gerenciar seus negócios” significa dizer que esse conjunto de instituições representa, fidedignamente, com contradições enormes, os interesses da classe dominante. Trata-se de um exército de homens e mulheres bem formados e pagos, firmemente dirigidos pelas normas e pelo dinheiro do Estado, para elaborar, debater e executar políticas e convenções que regulem o funcionamento orgânico do sistema político e econômico estabelecido.

Para visualizar essa relação basta observar o corpo jurídico e político destinado a sacramentar como única forma possível de organização social aquela baseada pela apropriação privada da produção social capitalista. O papel do Estado em legitimar perante as massas a divisão do trabalho, sacramentar ideologicamente a propriedade privada dos meios de produção e defender os interesses de capitalistas e latifundiários tem sido cumprido com alta centralização de seus funcionários tanto nas pequenas questões e querelas mínimas entre capital e trabalho (tribunais do trabalho, processos judiciais por questões salariais, imposição política no interior das fábricas, convenções coletivas, etc.) como nas medidas macroeconômicas (superávits primários, taxa de juros, comércio exterior, a impunidade da justiça aos burgueses, política agrária, investimentos estatais no mercado entre outros mecanismos).

Demonstra o grau profundo de cumplicidade entre o funcionamento estatal e os interesses do capital justificado na armadura ideológica de suas instituições (justiça, meios de comunicação, ministérios, educação, etc.) e sustentado pelo monopólio legítimo da violência e

das forças armadas, como aparelho repressivo que exerce o efetivo poder.

O significado prático do caráter de classe do Estado é a sua incapacidade estrutural para desenvolver uma plena política pública para o lazer para além dos limites impostos pelo modo como a classe que organiza a produção capitalista e o trabalho mas, acima de tudo, como concebê-lo de forma prática como uma necessidade humana e não como instrumento de dominação (MARCELLINO, 1987). A afirmação da tese que não é possível a existência plena de lazer no capitalismo defendida aqui, lazer esse entendido conforme conceito emancipador que esse autor construiu, explica-se porque a gênese do fenômeno, em seu núcleo central, já é determinada pelo capital porque nasceu dele. No nascedouro foi criado e determinado pela sua outra metade, a divisão do trabalho.

Na medida em que a estrutura da sociedade é o fundamento oculto do Estado, e que essa base econômica se desenvolve com alto grau de concentração e monopolização de capitais atualmente, a tendência é que os Estados nacionais continuem adaptando-se suas gestões públicas cada vez mais aos interesses do capital, aprofundando os gastos com a recuperação de capitais falidos, investindo dinheiro público em infraestrutura para a expansão dos capitais industriais e agrícolas, priorizando o financiamento da economia em detrimento das áreas sociais. A última adaptação do Estado às necessidades do mercado tem sido a busca de encontrar medidas para aumentar a produtividade do trabalho e reduzir os níveis de custos de produção, impondo mudanças nas legislações trabalhistas, flexibilizando direitos sociais e precarizando a jornada de trabalho.

Devido à intensa concorrência entre capitais, a especulação financeira e a globalização da economia, tornou-se inevitável o acirramento das disputas de mercado e a necessidade incessante de estratégias que ocasionem economias nos custos de capital variável e, conseqüentemente, a tentativa da burguesia em aumentar os níveis de exploração sobre os trabalhadores como única forma de se sobressair na competição do mercado. O trabalhador assim continua sendo historicamente tratado pela burguesia como apenas mais uma mercadoria qualquer.

A burguesia, por dirigir um sistema de produção desorganizado que funciona centralmente pela busca de lucros, provoca um direcionamento das políticas públicas as exigências da economia de mercado que determina e submete hierarquicamente a política específica para o lazer. Determinações práticas como a regulamentação da jornada de trabalho, que determina o tempo disponível; o insuficiente salário e o desemprego, que determinam o acesso ao espaço; a divisão social do trabalho, que determina a desigualdade no usufruto do lazer; o caráter de classe do Estado, que determina a escassez de recursos

orçamentários, limitando o alcance das políticas de lazer para as massas. Em certa medida, a forma econômica correspondente determina tanto o tempo quanto o espaço onde se manifesta o lazer e essas duas dimensões fundamentais estão tão submetidas ao capitalismo a tal ponto de ocupar forçosamente, a duras provas, a maior parte do tempo social da humanidade com o trabalho assalariado, em tarefas especializadas, divididas e degradantes a saúde do trabalhador, apesar da revolução ocorrida na técnica, na ciência e na elevada capacidade produtiva como um todo.

As análises que compreendem esses mecanismos como imutáveis, inquestionáveis ou mesmo irrelevantes, e concebem as políticas públicas no interior desses limites, buscam tão somente programas teóricos e alternativas práticas que se adaptam a uma situação insustentável, não adaptável. A intervenção estatal limitada mutila a política pública por impor limites orçamentários tão intransponíveis que impedem o desenvolvimento pleno de uma real política diversificada de lazer, obrigando a delimitar a promoção de apenas alguns estreitos conteúdos do repertório cultural da humanidade, no caso, o esporte, e dentro desses esportes, apenas os tradicionais de quadra e o futebol. É mutilada porque, no amplo universo de possibilidades, atividades, vivências e experiências de lazer, a política pública nacional se resume a desenvolver apenas dois ou três estreitos conteúdos esportivos em grande escala e vanguardiza ao extremo o acesso aos bens culturais do lazer ou apenas deixa a “mão invisível” do mercado controlar a oferta desses “serviços”.

A estreiteza de possibilidades para desenvolver o lazer não é a única consequência. A restrição obriga abrir mão do direcionamento político da esfera pública e, ao compartilhar essas responsabilidades com a iniciativa privada, é inevitável a fusão harmoniosa de projetos político-pedagógicos convergentes e a correspondência teórica entre a esfera privada e a estatal no âmbito dos programas de lazer. Isso demonstra na prática a reciprocidade política e social burguesa presente nas ações do Estado, coerentes com as necessidades do capital. O lazer, apesar de sua aparência de neutralidade, contém em si implícitas concepções teóricas e visões de mundo que desvela também controles e nele se reforçam ou se contrapõem formas de organização social.

Ao delegar para o setor privado determinada responsabilidade na execução do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e reconhecê-lo como ente que também desenvolve a política de lazer, o Estado passa a legitimar as suas ações e o projeto político-pedagógico implícito desses programas. Não há novidade: é o caráter orgânico do Estado aos interesses da classe detentora dos meios de produção.

A gestão “participativa” ou co-gestão no destino dos recursos aplicados em lazer, trazida

pelo atual governo federal, não supera a contradição dialética colocada acima. Portanto, nenhuma variação de governo que “galope” sobre o Estado conjuntamente tem a capacidade de romper com as limitações institucionais impostas historicamente pela luta de classes. Mesmo as novidades ou inovações reformistas, por mais que se afirmem fraseologias de “poder popular e democrático”, não são participativas o suficiente para discutir e decidir sobre as razões políticas dos cortes e para permitir o livre questionamento sobre a priorização do pagamento das amortizações e dívidas públicas para honrar os compromissos com as instituições financeiras em detrimento de utilizar os recursos para a suplementar o insuficiente orçamento das áreas da administração central, incluindo aí o lazer. São os limites intransponíveis da participação e do poder popular da alternativa reformista sob os domínios do capital sem levar em conta a representação social orgânica presente no Estado burguês.

AMARAL (2006) considera efetivamente participativa aquela política que supera a concepção de lazer atrelada aos interesses físico-esportivos, de perspectiva assistencialista e/ou focalista e que seja vinculada às lutas sociais dos trabalhadores. Considera ainda que os gestores de lazer vivem em um ambiente carregado de incertezas¹⁶ e revela a necessidade das políticas de lazer questionarem os “modelos pautados no controle, assistencialismo e no consumo” (AMARAL, 2006). Mesmo partindo dessas definições estreitas do que seja a participação na política pública, o Estado não consegue executar nem mesmo o programa mínimo proposto pela autora.

Entre as implicações da ausência de uma efetiva política pública com orçamento adequado para a promoção do lazer estão: o risco certo de duas conferências nacionais e a elaboração de um complexo sistema nacional de esporte e lazer não terem perspectivas de efetividade na sua aplicação prática; a perda do controle da execução dos programas de lazer da esfera pública; reforçar saídas despolitizadas, conformistas, conservadoras e mantenedoras das determinações para o desenvolvimento de uma política de lazer; a submissão do direito social a flutuações de toda espécie devido aos interesses do capital internacional e nacional; a sua conformação na economia dos negócios; e, por último, a ideologização e a

¹⁶ “Divide as situações de incertezas em quatro tópicos: 1) Há grandes limitações teóricas a respeito dos fenômenos sobre os quais as ações implementadas intervém; 2) Não há como prever diversas contingências que podem afetar as políticas no futuro; Os planos e programas são documentos que delimitam um conjunto de cursos de ação e decisões que devem ser seguidos pelos agentes, contudo há um espaço na cultura burocrática que permite uma enorme liberdade de comportamento de quem executa as ações que tanto podem ser inovadoras e criativas como podem ser tornar práticas escusas e fugir a concepção ideológica que sustenta cada gestão; e, 4) Muitas vezes, os formuladores de políticas (mesmo quando há consulta popular) expressam nestas suas preferências individuais ou coletivas, cujo conteúdo pode ser divergente daquele da coletividade.” (AMARAL 2006, p. 168).

instrumentalização do tempo disponível dos trabalhadores pela burguesia.

No entanto, o debate sobre como promover uma política de lazer demonstra que todas as elaborações do Estado nacional estão em consonância com o projeto da burguesia. Obviamente à parte, em nenhum dos documentos analisados o desenvolvimento do lazer foi compreendido como um fenômeno que é determinado, decisivamente, por como está organizado o mundo do trabalho e o quanto essa dimensão da vida social humana interfere no tempo “livre” dos indivíduos. Nesse aspecto, o trabalho não é visto como o determinante para o lazer e não é concebido como algo relevante para que seja discutido em seus referenciais teóricos.

3.4 A instrumentalização do Estado no tempo de lazer dos trabalhadores: o sistema Sesi e Sesc

A camada social que organiza o mundo do trabalho atua no interior da política pública com muita força e representatividade. O fato de disponibilizar maiores recursos que os trabalhadores assalariados permite-a um amplo espaço de manobras no interior da política para influenciar os programas que interessa a essa classe social. No entanto, ocorre com frequência o caminho inverso, quer dizer, a histórica restrição orçamentária que ocorre no Estado obriga-o a buscar parcerias financeiras com a iniciativa privada. Porém, a cessão da gestão do lazer enquanto política pública para a iniciativa privada já é consolidada no Brasil. Analisando as ações históricas que existem na área, temos um grande exemplo do quanto à burguesia instrumentalizou e continua a instrumentalizar o tempo de lazer dos trabalhadores. Não basta somente o trabalho, precisam também ter o controle direto sobre o lazer.

A criação da rede SESI, o Serviço Social da Indústria e a rede SESC, o Serviço Social do Comércio são grandes exemplos de instituições promotoras de lazer que atuam sob a direção da burguesia industrial e comercial brasileira. Contaram sempre com o apoio dos governos de plantão e obtém do Estado à tutela para ter tal razão social, obtendo assim o amparo legal para suas ações terem profunda capilaridade no real sistema de esporte e lazer brasileiro, aquele que está bem próximo ao modo de vida do trabalhador.

O SESI é uma rede de clubes sociais voltados para a prestação de serviços sociais, entre eles o esporte e o lazer, para os operários e operárias fabris e seus dependentes. Ao analisar a enormidade do SESI e comparar com o número de atendimentos do programa Esporte e Lazer

na Cidade do governo federal é possível compreender o impacto e o real significado dos cortes orçamentários e as consequências drásticas para o desenvolvimento de uma política pública. Para se ter uma idéia da enorme diferença de investimentos em lazer, o SESI possui 1.963 unidades de atendimento e atua em 2.006 municípios brasileiros, bem mais do que o Programa 1250 “Esporte e Lazer da Cidade” da SNDEL do Ministério do Esporte, que atendeu 303 núcleos em 102 municípios, atingindo 631.503 pessoas (BRASIL, 2006).

Essa instituição de direito privado, financiada por 1,5% da renda anual de todos os trabalhadores e trabalhadoras da indústria e administrada pela patronal surgiu no bojo do processo de conformação da classe operária (PEIXOTO, 2008), após o ascenso das lutas dos trabalhadores durante o processo de industrialização brasileiro nas décadas de 1920, marcada por greves organizadas pelos anarco-sindicalistas imigrantes e pelo cenário internacional polarizado pela revolução bolchevique na Rússia de 1917 e a expansão das idéias revolucionárias pelo mundo.

Em seu trabalho, PEIXOTO (2008) retrata o programa de recreação desenvolvido no Distrito Federal chamado Serviço de Recreação Operária (S.R.O), dirigido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas, sob a coordenação de Arnaldo Sussekind. Essa experiência antecedeu e de certo modo originou o sistema SESI/SESC. Esse projeto da burguesia brasileira teve como finalidade minimizar os antagonismos de classe, aproximar capital e trabalho através de um programa de assistência social aos operários em âmbito nacional e promover atividades recreativas e de lazer.

“O S.R.O surgiu no cenário nacional como parte de um projeto mais amplo de contenção preventiva do processo de organização da classe trabalhadora no Brasil, visto como uma necessidade do projeto de consolidação de uma indústria forte. De certa forma, o S.R.O foi um projeto piloto do que viria ser, mais tarde, a parte do Sistema “S” destinada a prestação de serviços de lazer - Os Serviços Sociais da Indústria e do Comércio (SESI e SESC). Foi um movimento de retomada da política de “pão e circo”, unido ao projeto mundial de contenção da luta de classes, a fim de evitar a formação da classe operária no Brasil” (PEIXOTO, 2008, p. 138).

A história do SESI/SESC reforça essa hipótese e está intrinsecamente ligada à situação política brasileira de grande polarização durante os mandatos de Getúlio Vargas, principalmente após as greves operárias em vários estados, a Coluna Prestes em 1925/27

(SODRÉ, s/d) e a crise econômica brasileira de 1930 (RODRIGUES, 1974; ROIO, 1990). Surge da iniciativa de empresários, entre eles Robert Simonsen (SP) e Euvaldo Lodi (RJ), que negociaram com Getúlio Vargas (1930-1945/1950-1954) e conseguiram seu apoio para a aprovação de um decreto que responsabilizou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) para administrar e executar um programa de assistência social para a melhoria da qualidade de vida dos chamados industriários e seus familiares, que sempre incluiu a prestação de serviços em saúde, educação, nutrição e lazer, seguindo as tendências higienistas e conciliatórias da época¹⁷.

A Conferência das Classes Produtoras realizada no Rio de Janeiro em maio de 1945 aprovou a Carta Econômica de Teresópolis, que continha uma série de resoluções políticas de empresários preocupados com a realidade política do país após a ditadura de Vargas que esboçava o projeto da burguesia nacional em consolidar o seu regime democrático e uma superestrutura que representasse industriais, produtores agrícolas e os comerciantes.

O caráter mais imediato dessa carta expressava o medo das classes possuidoras que ocorressem transformações sociais radicalizadas motivadas pela grave crise econômica que assolava o Brasil depois da 2ª Guerra Mundial, a crescente insatisfação social existente no país ocasionada pela destruição de diversos países envolvidos na guerra com os quais o Brasil mantinham negociações, a perda do mercado externo e a expansão do movimento comunista no mundo, incluindo no Brasil (ROIO, 1990). Em síntese, expressa a estratégia da burguesia nacional em buscar dirimir e camuflar a luta aberta existente entre operários e patrões, causadas principalmente pela suspensão em 1944 da validade da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) - promulgada um ano atrás - como direitos dos operários e os enfrentamentos decorrentes dessa situação de conflito (RODRIGUES, 1974).

No ano seguinte, em Minas Gerais, é realizada uma nova reunião de empresários que lançam a Carta da Paz Social, um conjunto de ações de assistência social para os trabalhadores como estratégia para amenizar as contradições sociais entre as classes. Dessa realidade é que surge a proposta de um setor da burguesia nacional construir um plano nacional de assistência social e adotar uma linha de humanização das relações entre capital e

¹⁷ “Considerando que a Conferência Nacional da Indústria, como entidade representativa dos interesses das atividades produtoras, em todo o país, oferece o seu concurso a essa obra, dispondo-se a organizar com recursos auferidos dos empregadores, um serviço próprio, destinado a proporcionar assistência social e melhores condições de habitação, nutrição, higiene dos trabalhadores e, bem assim, desenvolver o esforço (sic!) de solidariedade entre empregados em empregadores” (Decreto Lei nº 9403 - de 25/06/1946 DOU 28/06/1946).

trabalho em busca da “paz social”¹⁸ .

Uma das principais ferramentas que a burguesia utilizou historicamente e continua utilizar para obter o êxito de selar conjunturalmente a paz entre as classes e conter a luta entre elas no capitalismo tem sido a promoção de atividades recreativas e eventos de lazer para a população. Portanto, comprova-se a instrumentalização direta da burguesia sobre o lazer dos trabalhadores e como ela utiliza-o como uma estratégia voltada para a conciliação entre capital e trabalho com intuito de dirimir os conflitos permanentes da luta de classes. Todo o fundamento teórico e prático dos programas dessas entidades são executados e dirigidos sob essa lógica, mas com o nome fantasia de “melhorar a qualidade de vida do industriário e de sua família”.

Na essência está o desejo de melhorar a produtividade e ocupar o tempo disponível em atividades não subversivas ou sindicais que possam agudizar a luta entre as classes. Conforme o jargão, negam o ócio, ou melhor dizendo, a burguesia determina e submete o lazer dos trabalhadores a lógica do negócio, do lucro, do tempo fiscal, seja em bens imediatamente lucrativos (mercadorias) ou como forma de legitimação ideológica que coopere materialmente ou ao menos não atrapalhe o funcionamento global da produção em alguma parte da cadeia produtiva ou busque penetrar mais facilmente no modo de vida operário para distrair e alienar.

Desde sua criação, passaram-se 62 anos promovendo políticas de lazer em uma clara sintonia com o Estado burguês nacional, independente das formas dos governos ou regimes (ditatorial ou democrático) que tenha assumido durante esse período. O sistema SESI/SESC manteve-se utilizando o lazer como instrumento de dominação (MARCELLINO, 1987), como forma de aumentar o controle sobre o tempo disponível (PEIXOTO, 2008; SANT’ANNA, 1994) e promover atividades guiadas por interesses em diminuir os antagonismos de classes e promover na aparência uma política de “humanização” das relações entre capital e trabalho para e pelo lazer.

No trabalho, a burguesia impõe condições de exploração e embrutecimento, além de

¹⁸ Florestan Fernandes analisa o quanto é sistêmico e orgânico à burguesia e ao seu Estado capitalista a utilização de estratégias diversas para amenizar conflitos de classe e as contradições sociais: “Ao contrário, os setores dominantes das classes possuidoras sempre procuraram impedir, por todos os meios, o aparecimento e a consolidação desse espaço político democrático no Brasil, anulando ou esmagando todas as tentativas históricas no sentido de conquistá-lo. Preocupados com o monopólio do poder econômico, cultural e político, esses setores das classes dominantes impuseram seu próprio padrão de paz social, de estabilidade política e de organização do Estado. Assim, lograram excluir as classes subalternas de uma participação política eficaz e submeteram à dominação burguesa todas as organizações dos trabalhadores. A divulgação de O Estado e a Revolução é extremamente necessária em um momento como esse, no qual o avanço operário colide com as contra pressões vindas tanto das “ilusões constitucionais”, quanto das “manipulações populistas”. Concebido como arma de luta, o livro poderá desempenhar um papel deveras importante no despertar de uma consciência proletária socialista,

aprisionar o tempo “livre” dos trabalhadores. No tempo disponível, controla e transforma logo esse tempo em negócio, tudo isso com o amparo permanente do Estado durante toda a sua existência. Sua abrangência nada mais é do que a manifestação real da poderosa instrumentalização e do controle exercido pela burguesia sobre o lazer dos trabalhadores no Brasil. Independente das contradições existentes, quer dizer, apesar do oferecimento de produções artísticas, culturais e esportivas de boa qualidade, e os serviços de lazer sejam distribuídos prioritariamente nas capitais e de maneira desigual no interior, o cerne do projeto político, teórico e filosófico tem a marca da dominação de classe evidente.

Constituem-se de justificativas teóricas e objetivos específicos elaborados a partir da racionalidade do mundo do trabalho e das necessidades da produção. A capilaridade da rede SESI/SESC na vida dos trabalhadores urbanos demonstra que está sob direção do sistema “S” a real execução de grande parte da real política “pública” de lazer no Brasil e, conseqüentemente, de todo seu projeto político pedagógico funcionalista, comprovando a afirmação de que grande parte de política pública de lazer no Brasil é funcionalista, ou seja, concebe “o lazer como um instrumento de dominação”.

Sua missão continua a aproximar capital e trabalho, no entanto com justificativas perfeitamente correspondentes e adaptadas a realidade atual que vive o movimento operário sindical e a produção. Administrativamente, muitas unidades do SESI se adaptaram as exigências do neoliberalismo, terceirizando suas gestões as associações comerciais municipais, mantendo a promoção de lazer ligada à prática dos esportes e interesses físicos. Sua característica de promover a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores permanece, mas, no entanto, trás consigo a inovação de que “operários felizes produzem mais e faltam menos ao trabalho” ou que a “alta competitividade do mercado não impede que se adote um estilo de vida saudável”. Basta “organizar melhor o tempo”, ter uma “alimentação balanceada” e lembrar-se de “praticar exercícios físicos regularmente”. Assim, para essa entidade, o lazer não é apenas qualidade de vida, é um bom negócio também já que assim “os trabalhadores são mais felizes”, “faltam menos ao trabalho” e “produzem mais”¹⁹.

sem a qual a pressão operária e o protesto sindical estão condenados ao malogro.” (Florestan Fernandes na apresentação do livro de LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. Editora Hucitec, 1983).

¹⁹ “O SESI oferece uma das melhores estruturas de lazer da América Latina. Por meio do esporte, da cultura e da responsabilidade social a entidade promove o lazer como parâmetro de qualidade de vida.” Disponível em <http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp>. Acessado em 22/08/2008.

“Nossa razão de ser - Missão: Promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial. Visão: Ser o líder nacional na promoção da melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes e da gestão socialmente responsável da empresa industrial.” Disponível em <<http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp>>. Acessado em 22/08/2008.

Outra entidade do sistema “S” que tem como centro a promoção de atividades e oferecimento de equipamentos específicos de lazer é o SESC, que tem a mesma origem histórica e mesmos objetivos que o SESI, mas, apesar de algumas diferenças de concepção, ambas mantêm a mesma matriz teórica e política²⁰ e possuem juntas uma imensa rede de atendimento com grande presença na vida dos trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles ligados ao comércio e a indústria. Está presente em todas as capitais brasileiras e em muitas cidades do interior, com uma grande capilaridade na prestação de serviços relacionados ao lazer, em seu conceito mais amplo.

As ações consolidadas dessas entidades são historicamente mais abrangentes e possuem uma correspondência com o projeto político do Estado e com os interesses da burguesia que o controla. A história dessas entidades mostra que a concepção de parcerias entre a esfera pública e a iniciativa privada para compartilhar a execução e a elaboração de políticas de desenvolvimento para o lazer no Brasil tem sido uma alternativa utilizada historicamente e não se trata de uma inovação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, como defendido pelos seus elaboradores. Para se ter uma idéia da grandeza dessas redes promotoras de serviços sociais, mas principalmente de lazer, o SESC em 2006 contou com 4.994.102 milhões de associados e 654.940.955 milhões de atendimentos.

As atividades diversificadas existentes nos repertórios desses clubes são promovidas com diferentes ênfases, como no caso do SESC, que possui um maior enfoque na promoção de atividades artísticas e espetáculos, mas coexiste com força a prática de esportes de lazer. Já o SESI focaliza em algumas capitais brasileiras e algumas cidades de médio porte a promoção de atividades artísticas e espetáculos, mas na maior parte de suas unidades a prioridade é o

“O ritmo acelerado e a competitividade do mundo moderno podem combinar com um estilo de vida saudável. Basta organizar melhor o tempo, lembrando de manter uma alimentação balanceada e praticar atividades físicas regularmente. Para ajudar nessa mudança de hábitos, a indústria conta com o apoio do SESI.” Disponível em <<http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp>>. Acessado em 22/08/2008.

²⁰ “Os mais lúcidos representantes do empresariado brasileiro perceberam que os novos tempos exigiam novos métodos nas relações entre capital e trabalho. A época em que a questão social era um caso de polícia estava superada. Esses empresários entenderam que somente através de uma relação harmoniosa entre as forças produtivas daria ao país condições de superar os graves problemas com que se defrontava.” Disponível em <<http://www.sesc.com.br/main.asp>>. Acessado em 22/08/2008.

“Seis décadas se passaram. E os resultados da atuação do SESC nesse período demonstram que as lideranças empresariais estavam corretas ao criarem uma entidade voltada para o bem-estar social e administrá-la e mantê-la com recursos próprios. Hoje, o SESC está presente em todas as capitais do País e em cidades de pequeno e médio porte. Em muitas delas, é a única alternativa da população para serviços de educação, saúde, cultura, lazer e assistência.” Disponível em <<http://www.sesc.com.br/main.asp>>. Acessado em 22/08/2008.

esporte comunitário e de competição, principalmente a promoção de Jogos Operários, Jogos dos Comerciários e as Olimpíadas do Trabalhador. Esses certames são competições envolvendo operários industriais e trabalhadores do comércio, com disputas em níveis locais, estaduais e nacional, envolvendo milhares de trabalhadores e centenas de equipes esportivas, que participam e jogam com o nome das empresas. É nítida a tentativa de estabelecer uma identidade recíproca entre trabalhadores e patrões como “sendo jogadores do mesmo time”, com uma finalidade comum tanto no lazer quanto no trabalho, como se não houvesse lutas, conflitos, diferenças de interesses e distintas reivindicações entre as classes. Além disso, o tempo em que o trabalhador estiver no SESI/SESC ao invés de estar no sindicato, por exemplo, é melhor para manter a paz social da ordem vigente e submeter o trabalhador ao trabalho assalariado sem questionamentos.

O que se pode deduzir de tudo é que a imensidão desse sistema de lazer, promovido e executado pelo SESI e SESC, com a benção do Estado, não é apenas o desenvolvimento de práticas, atividades e vivências de lazer, mas práticas, atividades e vivências de lazer que possuem um projeto político-pedagógico que legitima e não questiona a organização do trabalho no capitalismo como um fator impeditivo de uma apropriação efetiva do tempo de lazer, busca aproximar interesses antagônicos e irreconciliáveis entre capital e trabalho e mantém o controle relativo sobre o tempo disponível dos trabalhadores. Além disso, o Estado estimula as ações e o projeto político-pedagógico dessas entidades, que é a busca da paz social, materializada na construção de relações harmoniosas entre trabalhadores e patrões proporcionando serviços de assistência social, entre eles o lazer e dentro desse universo, na maior parte, atividades físicas e esportivas.

De natureza conservadora, conceituado como a própria negação do lazer ou anti-lazer²¹ (MARCELLINO, 1987), as políticas que concebem o lazer dessa forma são compreendidas por esse autor como funcionalistas²² por serem planejadas e executadas com objetivos de assimilar tensões sociais e ajudar na disciplina que suporta os sofrimentos do trabalho. Apesar

²¹ (...) entre os que dedicam ao estudo do lazer, que observam a ocorrência, na nossa sociedade, não do lazer, mas ‘antilazer’ - ou seja, sua própria negação - simples atividades a serem consumidas alimentando a alienação. Dessa forma, o lazer seria uma ‘... construção ideológica, sob a qual o antilazer se aproveita para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas, com o objetivo de mantê-las perfeitamente integradas na sociedade industrial e urbana’; ou, no dizer de Pascal, como ‘... o ruído que nos desvia de pensar na nossa condição e nos diverte’; ou, ainda, dito de outra forma, como instrumento de dominação”.(MARCELLINO, 1987, pp. 41-2).

²² Marcellino (1987, p. 38) definiu como abordagem funcionalista do lazer, que se caracteriza por ser, “(...) uma visão altamente conservadora, que busca a ‘paz social’, a manutenção da ‘ordem’, instrumentalizando o lazer como o fator que ajuda, (...) ‘a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas e socialmente aceitas e moralmente corretas’”.

da compreensão comum sobre esse conceito, é importante distinguir que as conclusões desse trabalho sobre tal conceituação são diametralmente opostas as de Marcellino.

3.5 O Estado e as políticas públicas de lazer: ineficiência da gestão pública ou gestão eficiente para os interesses da burguesia?

Apesar de diagnósticos corretos sobre as manifestações do lazer no capitalismo, a análise de MARCELLINO (2001) quando discute políticas públicas comete o mesmo erro que denuncia no profissional de lazer alienado, aquele que atua profissionalmente como “cínicos bobos da corte”. O momento onde reconhece a legitimidade de uma política de lazer que envolva empresas e poder público em parcerias que ele denomina de “atentas”²³, àquelas onde o poder de decisão seja, em tese, efetivamente compartilhado, legitima o mercado como se fosse o lugar e o marco regulatório onde o lazer pudesse ter uma expressão emancipatória e não ser instrumentalizado pela burguesia como forma de dominação.

MARCELLINO (1987) contribuiu com a denuncia do lazer como “instrumento de dominação” e como “construção ideológica” no Brasil, mas ao discutir políticas de lazer propõe uma série de medidas e receitas envolvendo a sociedade civil em geral e a esfera pública que apenas reforçam suas denúncias. Acredita firmemente nas possibilidades de uma sensibilização e da autêntica construção de parcerias entre patrões - representantes da classe social responsável pela exploração do trabalho e pelo aprisionamento do tempo - e trabalhadores para participarem e promoverem juntos uma política de lazer que não seja “simples mercadoria”, que denuncie a “realidade injusta” e que sejam veiculados valores “questionadores da sociedade”²⁴. Admite, portanto, ser possível a sensibilização dos patrões, dos poderes públicos e da população em envolverem-se harmoniosamente de todos na construção de uma política de lazer “coletiva, prazerosa e alegre” e que ainda por cima seja transformadora, emancipadora e anuncie uma nova ordem social.

A natureza antagônica dos interesses das classes em luta se desenvolve sob a direção da

²³ “(...) 3. trabalho conjunto com a iniciativa privada, sem abrir mão da participação no processo decisório (parcerias atentas, digamos assim)” (MARCELLINO, 2001, p. 18).

²⁴ “(...) o exercício da cidadania tem que passar pelo exercício da felicidade, do prazer, para muitos restrito a muito pouco lazer, mas é possível que a partir dele, da sua vivência, tenhamos a denúncia da realidade injusta e o anúncio de uma nova ordem possível de construção coletiva, também alegre e prazerosa (MARCELLINO, 2001, p. 15-16)”

sociedade burguesa, em situações objetivamente favoráveis a sua dominação por deter o poder econômico, o acesso ao conhecimento e a disponibilidade de tempo, aspectos que não são fatores marginais. Desdobrando essa afirmação, isso significa que a expressão real do lazer em nossa sociedade é determinada pela forma como a sociedade se organiza na produção, consequentemente na economia, no Estado e na luta em torno dos produtos do trabalho nesse modo de produção²⁵. Essa luta entre as principais classes no capitalismo é uma luta política, que se expressa na instituição das instituições: o Estado.

Para que uma determinada classe social se estabeleça é necessário a criação de instituições de poder específico que têm a finalidade de consolidar nas massas as relações de produção exigidas pelo processo produtivo existente e ordená-la de acordo com os interesses das classes proprietárias das fábricas, das máquinas, dos grandes comércios, dos bancos e das terras (MARX, 2001, 2007). O Estado se caracteriza, portanto, por ser um conjunto de instituições de poder que se localiza acima da sociedade, que detém o monopólio legal da violência e que dirige a sociedade através da coerção sobre a classe trabalhadora de acordo com a natureza dos interesses materiais das classes dominantes (LÊNIN, 1987).

A economia, base da sociedade chamada também de infra-estrutura, é o “fundamento oculto de toda a estrutura social e, portanto, da forma política da relação de soberania e dependência, em suma da forma específica correspondente de Estado” (BOTTOMORE, 2001). A tendência dominante nas discussões sobre políticas públicas de lazer, afirmada pela maior parte dos pesquisadores da área do lazer, não enxergam o Estado desse modo. A garantia fundamental de estabilização orgânica do sistema é definida pela intervenção do Estado na economia para corrigir²⁶ suas inevitáveis crises sistêmicas e flutuações de toda espécie, apesar dos fervorosos defensores neoliberais defenderem o contrário (MESZÁROS, 2003). Portanto, a expressão burguesa do Estado se concretiza em uma massa de investimentos de capitais direcionados ao mercado. Essa é sua prioridade, manter uma política

²⁵ “É inútil simular, nenhuma frase vazia pode esconder o fato de que a sociedade atual é dividida em duas grandes classes antagônicas: de um lado, os capitalistas, detentores dos meios de produção e, portanto, controlando a utilização e o emprego dos trabalhadores; e, do outro, os trabalhadores, que possuem apenas a sua força de trabalho. O produto do trabalho dessa última deve ser dividido entre as duas classes, e é em torno dessa divisão que a luta acontece.” (Artigo de Friedrich Engels publicado no Labour Standard, 4 de abril de 1881. In: A questão do Partido. Editora Kairós e Livraria LTDA, 1ª Edição, 1978)

²⁶ “(...) como Hayek e seus seguidores, assumem uma posição completamente irreal, ao convidar os partidários conservadores neoliberais a ‘a retrocederem as fronteiras do Estado’, quando na realidade, sem seu oposto diametral, ou seja, o papel de apoio cada vez maior que exerce o Estado, o sistema capitalista não poderia sobreviver nem um só dia” (MÉZAROS, p. 106, 2003), ainda mais em momentos de crises cíclicas de superprodução.

e uma economia que concentre esforços nas necessidades da economia capitalista em detrimento de todo o resto e, nesse marco, as políticas de lazer estão determinadas por essas relações.

A conexão orgânica entre a burguesia e o Estado é dinâmica e complexa, mas determina hierarquicamente as condições em que serão desenvolvidas as políticas e como serão as prioridades na distribuição dos esparsos recursos para as áreas da administração pública que, empenhados sob a estrita e rígida política econômica, submete todas as demais demandas. O endividamento público afeta transversalmente todas as áreas e assim é um fator de primeira ordem na determinação de como será tal política pública.

O fundamento comum aos trabalhos que discutem políticas públicas de lazer aqui analisados (MARCELLINO, 2001; CASTELLANI FILHO, 2006; AMARAL, 2006) é o fato de não questionarem a fundo as restrições orçamentárias e a lógica que opera nesses mecanismos. Esses mecanismos são a expressão real dos interesses da burguesia nas ações do Estado, já que inviabiliza qualquer possibilidade de política pública séria de lazer em nome de garantir capitais a instituições financeiras multilaterais e a estabilidade de um sistema econômico incapaz de garantir universalmente o acesso ao lazer como direito social e a todo palavrório jurídico afirmado nas declarações constitucionais que o envolve. Essa razão primordial, que submete as outras, não é tocada por esses pesquisadores como o grande inviabilizador de qualquer efetiva política pública e as soluções apresentadas estão sempre hermeticamente dentro dos limites do que é permitido pelo capital, nunca para além dessas amarras.

Apesar de diagnósticos que apontam com relativo acerto os efeitos do capitalismo sobre o lazer, anunciam, no entanto, a superação da sua manifestação como instrumento de dominação a partir de velhas novidades e fórmulas reformistas que reforçam e legitimam, com uma aparência crítica, as mesmas saídas propostas pela burguesia. De certo modo, acreditam na compatibilidade de uma política plena de lazer tendo como controle o mercado e o Estado capitalista, e acabam por elaborar políticas que reforçam todo ideário funcionalista que denunciam, ou seja, atividades e vivências de lazer que tenham como princípios norteadores o prazer e a felicidade permitidas, a renovação e compensação das energias dos trabalhadores para manter a produção, o controle ideológico do tempo disponível, a divisão social da apropriação do lazer e do divertimento e toda a fisiologia do anti-lazer.

O que resta é disseminar a propalada alternativa “cidadã” de parcerias com empresas que possuem política de responsabilidade social para diminuir a exclusão social com medidas paliativas que minimizam as desigualdades que elas mesmas causam, investimentos que serão

aplicados desde que não haja questionamentos sobre seus lucros. A responsabilidade social está atrelada necessariamente a interesses mercadológicos para a melhoria da performance financeira e acesso aos capitais de investimentos, melhoria da imagem e da reputação entre outros mecanismos para se adaptarem as novas exigências e novas regulamentações do mercado. Segundo pesquisa do Instituto ADVB de Responsabilidade Social, 91% das empresas incluem a responsabilidade social em sua estratégia. Foram 3.110 empresas entrevistadas em 2007, localizadas em todas as regiões do Brasil. O investimento social das empresas se concentra em cinco principais áreas: assistência social, esporte, alfabetização, **lazer**, recreação e saúde. Os investimentos anuais das empresas nesses setores estão considerados em torno de R\$ 472.300,00 (EMPRESAS investem..., 2008).

No entanto, a intensa concorrência presente no mercado reserva atualmente pouca margem para investimentos dessa ordem. De acordo com o planejamento estratégico da empresa, contextualizada a sua realidade sob o ponto de vista do negócio, é que serão definidos se esses investimentos em lazer (na maior parte das vezes, esportivo) estarão entre suas prioridades de investimentos, que opera sempre e em todas as suas ações sob a lógica do lucro. Nas questões ambientais é maior o investimento pelo apelo muito forte na população atualmente, utilizada frequentemente para omitir a poluição causada pelos resíduos da produção e melhorar a imagem da empresa.

A lógica do lucro impera nas políticas de responsabilidade social, na produção e no achatamento dos salários para reduzir sempre os custos da produção e possibilitar maior rentabilidade. Por isso, parcerias “atentas” para a construção de uma política de lazer necessariamente obedecem a essa mesma regra econômica: investimento financeiro menor possível, submissa aos interesses mais gerais da patronal e da produção, sepultando os interesses específicos e a lógica implícita que uma política pública deve ter. O objetivo da patronal com esses investimentos é obter vantagens para seu negócio, seja por que veicula sua imagem como “empresa cidadã” ou para amenizar conflitos existentes entre capital e trabalho, correspondência perfeita com a política do SESI/SESC que, aliás, é gerida pela Federação e Confederação da Indústria, com o suporte do Estado. Tudo em “casa”.

Por causa dessas circunstâncias, as possibilidades de obter sucesso com uma política pública de lazer em que se pretenda executar parcerias orgânicas, mesmo que “atentas”, com a iniciativa privada, são incompatíveis numa perspectiva emancipatória. A consequência direta seria a mesma concentração em conteúdos esportivos, ações fragmentadas que não se constituiriam como ações de grande escala com objetivos comuns e a total submissão ao projeto político pedagógico funcionalista da classe que detém o monopólio econômico e

cultural da sociedade.

Talvez a mais grave de todas as consequências de uma política pública de lazer em conluio com empresas sob a lógica do mercado está a omissão imoral dos gestores envolvidos em deixar de denunciar e sucumbir silenciosamente as determinações do aprisionamento do tempo disponível dos trabalhadores para o lazer pela jornada de trabalho atual e a exploração que ocorre diariamente sobre os trabalhadores, impedindo o pleno desenvolvimento das potencialidades educativas e culturais presentes nas amplas possibilidades de lazer no presente.

Propostas que omitem e ignoram as implicações das reflexões acima quando se discute políticas de lazer é que são falsas, já que efetivamente funcionam como assimilador e dispersor dos conflitos sociais, e consideram o atual sistema econômico e político como eterno e imutável (MESZÁROS, 2003) - como se fosse um pressuposto natural e não fruto de um determinado período histórico do desenvolvimento das forças produtivas e como elas se organizam em torno da produção e da reprodução material da vida - e não transitório, como outros sistemas e determinadas formas políticas assumidas pelo Estado na história.

O momentâneo partido dirigente do regime político, seja mais conservador ou mais progressista, não altera, ou melhor, apenas reforça os mecanismos políticos e jurídicos estatais, conferindo legitimidade as medidas que representam os interesses da burguesia industrial e agrícola (porque foram financiados por essas classes), auxiliando na estabilização dos conflitos decorrentes da natureza classista de sua representação social e obriga sempre atuar nos limites institucionais para garantir a sucessão de poderes. Nesse sentido, a compreensão de que a ausência ou as deficiências das políticas de lazer dependem conjunturalmente de governos mais ou menos comprometidos com o desenvolvimento do lazer é falaciosa e alimenta a ilusão que “dessa vez vai” toda vez que assume um outro governo mais “progressista” do que o atual.

Esse ponto é decisivo e distancia concepções de pesquisadores que, inclusive, reivindicam a teoria marxista como referencial teórico, ocasionando profundas rupturas no campo de investigação proposto pelos fundadores do socialismo científico. Esse fator gerou uma tendência histórica que promoveu uma profunda revisão da teoria do Estado de Marx/Engels (e outras) por serem filiadas a uma corrente reformista que se manifesta com diferentes colorações conjunturais, “fundada” por Edward Bernstein no início do século XX em polêmicas no interior da Segunda Internacional. No entanto, essas polêmicas manifestam-se de maneira contundente em muitos campos da vida social, na ciência, na literatura, na política, na sociologia e na filosofia.

Quem analisa simplesmente a forma de governo conjuntural que dirige o Estado, sem distingui-lo de seu regime político não compreende a lógica do funcionamento orgânico aos interesses da burguesia. Equivoca-se por confundir as diferentes atribuições das diferentes esferas de poder do Estado burguês e não compreende que há determinações em diferentes níveis de hierarquia que operam nesse mesmo sentido. A delimitação imposta a quem administra o aparato estatal obriga-o a sucumbir objetivamente, de forma contraditória, a configuração política e histórica construída pela classe no poder, restando-lhes apenas as soluções que não escapam aos condicionamentos do capital.

A confiança “cega” na possibilidade de reformar o caráter contraditório do Estado e não considerá-lo orgânico a burguesia compreendida pela concepção eclética do Estado, ao qual se liga as alternativas majoritárias de pesquisadores que estudam as políticas públicas de lazer, são para Florestan Fernandes na apresentação do livro “O Estado e a Revolução” de LÊNIN (1987) uma conduta que significa um excesso de confiança na república parlamentar e no sufrágio universal, que são, segundo o autor, ilusões constitucionalistas:

“A ligeireza com que se confundiu o "desenvolvimentismo" com a redenção nacional exige que se instrua os trabalhadores, os líderes sindicais e a juventude contestadora em textos de reflexão crítica tão aguda sobre as limitações do sufrágio universal, as debilidades intrínsecas da democracia constitucional e representativa, o caráter opressivo e repressivo da República democrática, a necessidade da revolução violenta para a instauração de uma democracia da maioria, etc. Em particular, cumpre que se denuncie, sob todas as formas e com a força possível, a “fé supersticiosa no Estado”, algo a que Lênin se propõe de ponta a ponta, seguindo a trilha dos fundadores do socialismo revolucionário.”

As diretrizes propostas por MARCELLINO (2007)²⁷, CASTELLANI FILHO (2006) são programas não realizáveis plenamente sob o capitalismo e daí decorre sua incompatibilidade, visto que as ações que envolvem (e diagnosticar isso não é difícil) políticas habitacionais, de

²⁷ “É preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, antes que empresas os transformem em produtos acessíveis somente a classes sociais mais altas. P. 7”

“A precariedade na utilização dos equipamentos não específicos coloca-nos três questões igualmente importantes: 1- a necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer - o que não é fácil num País como o nosso, com alto déficit habitacional, e que deve estimular alternativas criativas em termos de áreas coletivas; 2- a consideração da necessidade da utilização dos equipamentos para o lazer, através de uma política de animação; 3- a preservação de espaços urbanizados ‘vazios’”. P. 10.

educação, de esportes e cultura, temas de grande envergadura e que dependem necessariamente do Estado e orçamento para se desenvolver na realidade da política pública. No entanto, elas se chocam com a realidade rigidamente delimitada pelas circunstâncias políticas, mostrando que são alternativas pensadas idealmente, mas que não possuem a capacidade de transformar a realidade por não tocarem nos mecanismos estruturais da máquina estatal, tratados a exaustão acima. Por isso, as afirmações “é necessário uma política habitacional”, “é necessário que o poder municipal entenda a importância do lazer”, “é necessário executar o Plano Diretor”, “é necessário planejamento urbano” não transformam e são irrealizáveis porque os recursos financeiros são determinados e insuficientes para que todas as ações necessárias sejam realizadas e, por isso, as políticas plenas de lazer são determinadas, limitadas ao nível das políticas compensatórias e focais.

A concepção de Estado expressa por Marcellino abaixo é resultado de uma compreensão enviesada da dialética entre estrutura e lazer atual. Apesar das inúmeras críticas dirigidas contra o Estado, revela uma profunda identidade com a teoria revisionista de Bernstein por acreditar em contradições em sua estrutura interna que possibilitariam sua reforma progressiva e a construção de novos modelos emancipatórios, opinando que o:

“(…) lazer como instrumento de controle ideológico nos referimos mais às ambições de poder institucional do que às possibilidades observáveis na realidade concreta. Aliás, seria um risco afirmarmos o lazer exclusivamente como instrumento ideológico, posto que isso incorreria em pensarmos o Estado como bloco hegemônico e único que funciona a partir de estratégias planejadas, o que definitivamente não é verificável (MARCELLINO, p., 15, 2007).”

Para Marcellino (2001), afirmar que lazer e capitalismo são incompatíveis significa ser detentor de uma crítica míope que contribui para a manutenção do *status quo* por levar ao imobilismo. Vale a pena destacar a citação direta:

“Trata-se de uma visão crítica fechada e cínica, como alguns estudiosos pregam: ‘lazer e capitalismo são incompatíveis’, a felicidade não está nem no trabalho, nem no lazer’, no nosso modo de produção’ etc.”. E daí? Vivemos aqui e agora. O que fazer? Esperar a situação ideal para agir? E enquanto isso não ocorre?”(MARCELLINO, 2001, p. 20)”.

A perspectiva imediatista²⁸ de medidas parciais de ajustes não é suficiente para obter uma melhora das condições socioeconômicas através da progressiva evolução positiva do Estado. Estratégia muito em voga nos dias de hoje, batizada sob o lema de humanizar o capitalismo, a concepção apresentada por MARCELLINO (2006, 2007) mostra uma tendência em revisar sua própria conceituação de anti-lazer (MARCELLINO, 1987), ou seja, não reconhecer mais no lazer mecanismos de dominação de uma ordem social injusta. Isso porque na primeira citação afirma que essa relação ocorre mais entre aqueles que ambicionam o “poder institucional do que na realidade concreta” e na outra afirma taxativamente que pouco importa se o lazer no capitalismo é incompatível. Para o pesquisador, não há implicação nenhuma entre desenvolver políticas de lazer que sejam efetivas e as determinações do modo de produção expressos no Estado.

Contudo, qual seria o balanço das estratégias de superação do lazer como instrumento de dominação social desses longos 21 anos, data da “criação” desse importante conceito de MARCELLINO (1987) para os estudos brasileiros nessa área? Apesar das pequenas e limitadas vitórias particulares, será que a burguesia fez alguma concessão de peso que melhorasse, significativamente, a relação dos trabalhadores com o lazer que permitisse uma expectativa mais otimista em relação a manifestação do anti-lazer? Reduziu a jornada de trabalho que aumentou o tempo de disponível? Aumentou o salário que permitiu cobrir os gastos com lazer também, além das necessidades básicas, conforme previsto na Constituição? Ampliou efetivamente o acesso dos trabalhadores e da população em geral aos bens culturais do lazer criado pela sociedade? Tornou a oferta de serviços em lazer acessível a maior parte das populações?

Se ainda impera a ordem social injusta que transforma o lazer em “instrumento de dominação”, ela é exercida por quem? O imediatismo pragmático que assombra as preocupações do autor, por um lado, é o mesmo que submete-o aos limites institucionais do Estado, do mercado e da situação socioeconômica mais geral, só que dentro de um processo dinâmico e complexo. A ansiedade em transformar pelo imediato sem um projeto estratégico de enfrentamento ao modo de produção do *status quo* redundando no mesmo imobilismo, só que reforçando a legitimação das estruturas de dominação que ocasionam as distorções no tempo

²⁸ Esse trecho, citado também por MASCARENHAS (2005), demonstra a atualidade e a necessidade do resgate da teoria de Marx: “A perspectiva de longo prazo é necessária porque a meta real da transformação só pode estabelecer-se dentro de tal horizonte. Ademais, sem identificar a meta adequada, seguramente seria como viajar sem bússola e, portanto, as pessoas envolvidas poderiam desviar-se facilmente de seus objetivos vitais. Por outro lado, a compreensão das determinações objetivas e subjetivas do “aqui e agora” é igualmente importante. Pois a tarefa de instituir as mudanças necessárias se define já no presente, no sentido de que ao menos comece a realizar-se no “exatamente aqui e agora” ou não chegaremos à parte alguma” (MÉSZÁROS, 2003, p. 122).

de lazer, com a ilusão de um desenvolvimento linear e progressivo.

A força das determinações do sistema sóciometabólico baseado no capital (MESZÁROS, 2003, 2004) não permite contradições espontâneas que superem a estrutura causadora da dominação capitalista, por ser totalizadora e condicionar todas as esferas sociais. Os êxitos particulares de algumas políticas de lazer omitem a efemeridade dessas conquistas e a insignificância para as transformações sociais. São tão relativas quanto às vitórias dos trabalhadores numa luta por reajuste salarial que, corroídos pela inflação permanente, são obrigados a lutarem todos os anos pela data base. A definição de MARCELLINO (2001)²⁹ sobre o lazer e suas relações com a sociedade é fundamentada acertadamente pela concepção dialética, teoria que busca apreender o fenômeno em seu movimento e compreender a lógica de funcionamento de sua estrutura interna a partir das contradições, relatividades, saltos em sua evolução e na interpenetração dos contrários. No entanto, comete o erro fundamental de compreender formalmente o diferente peso das relações recíprocas que pesam historicamente sob o Estado e a sociedade e, ao consentir que a sociedade exerça influência sobre a estrutura assim como a estrutura sobre a sociedade, superestima a comparação das forças exercidas pela classe dominante que detém o monopólio econômico sob seu domínio e o proletariado que possui apenas sua força de trabalho. E é justamente nesse ponto que origina a divergência entre o caráter de classe ou não do Estado e as possibilidades reais de reformá-lo através de ajustes.

A definição eclética da dialética que sustenta teoricamente suas ações políticas são apenas justificativas utilizadas pelo autor para que na prática possa legitimar sua capitulação frente aos mecanismos de dominação capitalista que determina a forma como o lazer do trabalhador é apropriado pela burguesia, manifestado na jornada de trabalho, no valor dos salários, na regulamentação dos conflitos entre capital e trabalho, na instrumentação ideológica e outras limitações impostas em nome da manutenção dos lucros da classe no poder.

O percurso de consolidação paradigmática da dialética foi marcado por uma polêmica que permanece presente nas produções teóricas contemporâneas com muita força. Por isso, a generalização do conceito sem filiar a qual vertente filosófica pertence obscurece o debate e

²⁹ “(...) o lazer gerado historicamente e dele podendo emergir, de modo dialético, valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre ele também sendo exercidas influências da estrutura social vigente; A relação que se estabelece entre lazer e sociedade é dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou, e exerce influências sobre o seu desenvolvimento, também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores.” (MARCELLINO, p.17, 2001)

simplifica divergências profundas que possuem implicações práticas. Diferente da abordagem acima, o ponto de partida da nossa observação é a sociedade civil no interior de suas condições de produção material da vida e das formas de intercâmbio advindas desse, transformada em ação no Estado, para explicar todas as formas de consciência social (MARX, ENGELS, 2007)³⁰.

Se for verdade que a “estrutura vigente exerce influência no lazer dos indivíduos, assim como os indivíduos podem exercer influência sobre o lazer”, também é que a consolidação histórica das instituições que organizam a estrutura pesam sobre a nova geração como forma de poder previamente estabelecido e determina as circunstâncias de desenvolvimento da vida que, por si, já constitui-se um fator que dificulta os sujeitos exercerem influência sobre as estruturas de poder. Quando exerce, mantém-se dentro de suas delimitações institucionais e seus limites objetivos. As condições de existência em que o lazer se desenvolverá são determinadas objetivamente pelo papel que a burguesia atribuiu ao indivíduo na produção desde seu nascimento, e isso implicará numa forma determinada de lazer, numa determinada distribuição de tempo e de acesso as possibilidades de lazer e a um tipo específico de desenvolvimento das faculdades humanas.

No entanto, esse quadro se agrava mais ainda quando não é incomum uma grande parte da humanidade, grande mesmo, ainda possuírem condições muito precárias para fazerem história por causa de suas necessidades vitais não serem ainda contempladas de modo adequado, pressuposto para que os sujeitos possam interferir nas condições determinadas de sobrevivência. (MARX/ENGELS, 2007).

O inevitável ajustamento orgânico ao Estado das alternativas reformistas e o papel de sustentadores da “ordem social injusta” ocorre porque apresentam propostas fundadas na idéia de que um conjunto de medidas e de programas teóricos, elaborados no estreito enquadramento das limitações do Estado burguês e do mercado fossem capazes de transformar a realidade enquanto o conjunto das forças de produção capitalista, as condições

³⁰ “Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real da produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da idéia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na

materiais de existência e as relações sociais historicamente consolidadas não forem demolidas:

“A causa encontra-se, não na consciência, mas no ser, não no pensamento, mas na vida. A causa reside na evolução empírica da vida dos indivíduos, ou seja, nas condições materiais do mundo. Enquanto as circunstâncias em que vive esse indivíduo lhe não permitem senão o desenvolvimento unilateral de uma faculdade à custa de todas as outras e lhe não fornecem senão a matéria e o tempo necessários ao desenvolvimento desta única faculdade, este indivíduo só atingirá um desenvolvimento unilateral e mutilado. Nenhuma pregação moralizante alterará alguma coisa” (MARX/ENGELS, p. 62, 1976).

O diagnóstico da realidade que atribui a esse sistema a causa de todos os males presentes no lazer é bem comum nesse campo de investigação, mas as conclusões políticas e filosóficas dessas afirmações são bem distintas. A maior parte admite a dominação do capitalismo, mas não de forma sistêmica nem com uma lógica de auto-reprodução que afeta profundamente cada aspecto da vida humana, tanto material quanto imaterial e, por isso, a necessidade de sua derrubada. O impressionismo, no fundo o responsável por esse equívoco, que surge da aparência de ser permitido acontecer transformações de grande magnitude a partir de ações e programas pilotos de lazer de pequena abrangência, desenvolvidos com relativo sucesso, ocasiona um ilusionismo pragmático que estimula muitos pesquisadores a transpor sem fundamento a experiência focal para a generalização teórica onde quadros mais complexos de argumentações relativizam o sucesso dessas proposições e dificultam a sua efetividade.

Portanto, para MARCELLINO (2001), trabalhar com o Estado não significa perpetuá-lo³¹, mas construir novas formas de intervir nas políticas públicas no interior dos espaços de decisão política da esfera estatal, incluindo a obrigação de se conformar com as limitações orçamentárias e inúmeras hierarquias burocráticas que afetam o lazer, conscientemente denunciadas em seus trabalhos (expropriação legal do tempo de lazer dos trabalhadores, permissão de horas extras, redução da jornada de trabalho, permitir o banco de horas, arrocho

autoconsciência ou sua transformação em fantasma, espectro, visões etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas;(…)” (MARX, ENGELS, p. 42-3, 2007).

³¹ “(...) 5. trabalhar com o Estado, o que não significa, de forma nenhuma contribuir para perpetuá-lo, ou termos modelos alternativos fixados a priori e menos ainda, acreditar que não seja possível a construção de novos modelos, inclusive com a nossa ação no plano cultural”. (MARCELLINO, p.18, 2001)

salarial, etc., etc.). No fundo, reforça as fileiras dos defensores críticos dos mecanismos do sistema que são os reais fatores que mantêm a sua estabilidade e, conseqüentemente, as determinações primárias que formatam o lazer na forma em que se apresenta na realidade particular sob o capitalismo.

As diferentes formas de universalizar os bens e o potencial de desenvolvimento presente no lazer e a socialização completa do repertório cultural construído pela humanidade mundial impõem desafios transcendentais e de urgência extrema. A afirmação da incompatibilidade de uma política plena de lazer no capitalismo não contradiz de forma nenhuma as possibilidades de ação prática. O que diferencia é a articulação das ações imediatas a uma estratégia de transformação social. Os pragmáticos não vêem como pode haver uma série de ações possíveis, inclusive no lazer, que não necessitem imediatamente derrubar o capitalismo e nem sucumbir ao Estado, mas podem ter uma conexão com o projeto de demolir as circunstâncias materiais da produção para alterar o *status quo* e iniciar uma efetiva transformação social.

Apesar de reconhecer os limites estruturais, crê que mesmo assim é possível mudanças pelo canal da ação cultural desde que não se “vá a luta” com modelos apriorísticos já que o campo específico de atuação do lazer é a superestrutura (MARCELLINO, 2001)³². Reside aqui uma imprecisão implícita ao conceito de superestrutura abordado pelo autor, pois restringe essa definição ao campo da cultura, como se outras esferas da superestrutura como a política não fizesse parte do escopo para reapropriar o tempo de lazer pelos trabalhadores.

Aborda de maneira simplista o conceito que Marx e Engels desenvolveram com a preocupação de responder a possíveis compreensões mecânicas da complexidade do esquema da infraestrutura econômica da sociedade determinar dialeticamente a superestrutura, ou seja, a toda produção espiritual, representadas pelas formas jurídicas, políticas, artísticas, religiosas e culturais (BOTTMORE, 2001). A compreensão unilateral e estreita de que a atuação militante pelo lazer deva ser exclusivamente no plano cultural exclui a importância de lutar por mudanças em esferas políticas que estão fora desse campo, mas possuem uma importância vital para causar um impacto direto no lazer. Forçosamente, o próprio autor não consegue levar a cabo essa proposição, visto que quando aponta a centralidade da redução da jornada de trabalho sem redução de salários para o desenvolvimento do lazer, apontada por todos como fundamental para avançar esse campo, só pode ser realizada dentro uma luta política “encarniçada” contra a burguesia para se obter sucesso na mudança dessa dimensão que, por

sua vez, não está inserida no plano cultural, mostrando que não há como separar e encaixotar dimensões que interagem profundamente. Além disso, ao defender a posição política de que o Estado não é um bloco hegemônico tem como consequência lógica à convicção política que a melhor saída é atuar organicamente a máquina estatal para modificá-la por dentro.

No entanto, melhorar isoladamente a formação dos agentes de lazer, melhorar a política de educação para e pelo lazer ou melhorar o planejamento urbano e outras mudanças isoladas são importantes programas, mas não são suficientes para promover transformações substanciais e superar as dificuldades apontadas. Mesmo na hipótese de melhoria nesses indicadores quantitativos (como ocorre em alguns países que mantém ainda os resíduos do Estado de Bem Estar Social europeu), na essência de sua manifestação real, estaria ainda sob as determinações do capital, quer dizer, o tempo e o espaço do lazer estariam determinados como superestrutura engendrada pela produção e como se organiza a divisão do trabalho na sociedade.

A síntese que pode ser formulada dessas concepções é que apreendem de modo estático as relações entre lazer e as condições de existência. Essa compreensão legitima a proposição de saídas e programas concebidos por dentro do Estado como se a alteração de simples quadros elementares da estrutura, como trocar peças com mal funcionamento, conseguisse alterar todo seu caráter e vencer as configurações consolidadas do trabalho capitalista, derrotar o poder material da burguesia e, finalmente, contemplar as necessidades de uma política pública de lazer universalista, adequada e executada como um efetivo direito social.

Desenvolvimento humano para MARX (2004) está diretamente relacionado a re-apropriação social do tempo livre como a essência o problema. Para esse autor, apesar das determinações do trabalho, o tempo livre é o tempo que realmente importa para a humanidade (MARX/ENGELS, 2007) e sugere a nação que deseja:

“(...) desenvolver-se espiritualmente com maior liberdade não pode continuar vítima das suas necessidades materiais, escrava de seu corpo. Acima de tudo, precisa de tempo livre para criar e usufruir da cultura. Os progressos da organização do trabalho facultam esse tempo (...). Se a quantidade de tempo e de esforço humano, que em sua época anterior se necessitava para satisfazer determinada soma de necessidades materiais, foi reduzida pela metade, então o tempo disponível para a criação e usufruto cultural, sem qualquer redução no

³² “E não dá para querer que se tenha a solução pronta, acabada, principalmente em questões macro. Trabalhamos com a cultura, com a superestrutura, e seria um absurdo irmos ‘para a luta’ com modelos no plano cultural, estabelecidos *a priori*. Isso deve ser uma construção coletiva” (MARCELLINO, p. 21, 2001).

bem estar material, aumentou em igual medida [...]. Mas a divisão das vantagens que conquistamos ao velho Cronos no seu próprio campo é ainda determinada pelo jogo dos dados do acaso cego e injusto” (MARX, p. 74-75, 2004).

Transcorridos 164 anos de história de quando o jovem Marx escreveu esse texto, será que a validade dessa tese continua atual depois de tantas mudanças e transformações ocorridas no mundo pela humanidade? Uma pesquisa do Datafolha sobre o perfil da juventude brasileira publicada no jornal Folha de São Paulo de 27 de julho de 2008 pode ser sintetizada assim por Alessandro Janoni, diretor desse instituto de pesquisas: “É um jovem que ainda não conseguiu superar as barreiras das necessidades básicas. Só a partir daí ele abrirá a agenda para outras demandas. Revelar esse universo é extremamente importante” (FSP, Especial 27/07/2008). O título da matéria jornalística dada pelo colunista Vinicius Torres Freire que retrata a pesquisa é bastante ilustrativa também: “A economia soterrou o sonho: jovens buscam atender necessidades básicas, como emprego, estudo e casa própria”.

Enquanto o fator que acorrenta a parte absoluta da humanidade as suas necessidades corporais estiver presente e ativo, a incompatibilidade de um projeto de desenvolvimento realmente humano e, dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento pleno de uma política pública de lazer é incompatível sem que seja superada a forma capitalista que organiza a base da sociedade contemporânea e enquanto não sejam demolidas as relações sociais de produção advindas dela (MARX, 2004; MARX/ENGELS, 2007).

Os autores que consideram inválida a análise da incompatibilidade entre lazer, “entendido não como instrumento de dominação”, e capitalismo, desconsideram a importância do Estado em regular e impor arbitrariamente aos trabalhadores, pela força, um padrão de tempo social submetido não a natureza humana, mas as necessidades da produção social capitalista, imposta vertical e homogeneamente, regidas sob as rédeas do mercado.

Ignorar determinações práticas operadas pelo Estado burguês na regulamentação do lazer é não enxergar a enganação que é os artigos constitucionais que garantem como direito social a todo trabalhador ter um salário mínimo que atenda as mínimas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, vestimenta e lazer, mas que na prática geral, a esmagadora maioria da população vive com um salário mínimo de valor quatro vezes menor do que o Departamento de Estudos Intersindicais (DIEESE, 2006) calcula como sendo o adequado para contemplar tais necessidades. No geral, tudo dentro da lei e da ordem da democracia representativa. Na vida real, esse salário não é suficiente para se alimentar adequadamente e

ainda sofre com as especulações e manobras da economia que impõe ajustes nos valores dos alimentos e produtos pela inflação, deixando milhares expostos a subnutrições diversas e a carestia, obrigando milhares de indivíduos a substituírem produtos da cesta básica, começando sempre pelos produtos de higiene pessoal. Isso mostra a verdadeira “face humana do capitalismo” e do qual “nada tem haver com a compatibilidade ou não do lazer como política na atualidade”. Não acreditar no Estado como a representação social orgânica da burguesia aos seus desejos fundamentais é ignorar as retenções orçamentárias ocasionadas pelos mecanismos jurídicos e políticos que garantem a apropriação de imensas riquezas e patrimônios estatais por capitais internacionais, alijando qualquer possibilidade de política pública efetiva.

O lazer, não diferente de outros aspectos da cultura, da arte, da ciência ou outras esferas sociais da superestrutura tem o caráter dialético de serem genuinamente ações humanas de potencial transformador, mas toda a sua potência é apropriada pelo projeto de dominação da burguesia. A profundidade dessa constatação é justificada pela necessidade de que o lazer só será efetivamente realizável em todo o seu significado filosófico e sociológico quando for superada a contradição que impede às massas trabalhadoras apropriarem-se de toda a riqueza das relações reais e das formas de intercâmbio de todo mundo, criada pela humanidade e necessárias a fruição plena da cultura (MARX/ENGELS, 2007).³³

Apesar de o lazer manifestar-se intensamente como “instrumento de dominação”, da secular inoperância do Estado em tratar adequadamente essa dimensão da vida social e as limitações intrínsecas dos mecanismos econômicos internos de sua estrutura política que o determinam praticamente, na visão desses autores esse quadro se deve a amarras que podem ser transformadas pela luta política no parlamento, pelas eleições e a cidadania ativa, ou seja, a atuação apenas no interior dos espaços permitidos e validados pelo Estado. Para o entendimento dessa pesquisa essas características são apenas os sintomas orgânicos decorrentes da instrumentalização dessa esfera social, envernizados e envoltos por uma verborragia democrática.

As medidas paliativas e compensatórias têm um impacto insuficiente para a transformação da realidade e legitima os órgãos que impõe a restrição do tempo disponível a maior parte da população. De outro lado, as alternativas que se contrapõem aos limites da

³³ “(...) a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criação dos homens)” MARX/ENGELS (p. 39, 2007).

sociedade burguesa e da institucionalidade do capitalismo, quando se referem às alternativas práticas, não conseguem estabelecer conexão entre uma estratégia de mudanças profundas com programas mais imediatos, transitórios. NOSELLA (2002) depois de observar as mudanças históricas relacionadas a busca humana de obter tempo livre e descanso, e atribuí-las as mudanças ocorridas na produção, acredita que a melhor saída para a humanidade é a “integração humana e orgânica do trabalho e do tempo livre”. Obviamente que compartilhamos com o autor essa medida estratégica, mas a questão que consideramos fulcral é como se colocar em prática as transformações propostas no quadro das determinações objetivas presentes na estrutura interna do Estado? Será possível obter êxito em integrar tempo livre e trabalho no mundo regido pelos domínios do Capital?

Os trabalhos de NOSELLA (2002), MARCELLINO (2002, 2006, 2007), AMARAL (2006) que aqui serviram de suporte para analisar a relação entre Estado e políticas públicas de lazer, assim como MARTINS DA CRUZ (2001), PENA RODRIGUES (2001), são representantes de uma tendência amplamente hegemônica nesse campo de investigação que têm em comum construir análises diagnósticas críticas semelhantes, mas apresentam programas ideais, perfeitamente adaptados as condições que mutilam o lazer e incapazes de promoverem transformações efetivas, pois não correspondem a realidade se não disserem por onde vão superar as barreiras históricas do Estado para executar tais programas na forma como apresentam.

A combinação do poder econômico, a disponibilidade de tempo, a força de aparelhar o Estado como seu poder político e o controle da produção da informação pela burguesia são as razões atuais de que as “idéias dominantes são as idéias da classe dominante” (MARX/ENGELS, 2007)³⁴ e demonstram a capacidade que essa classe tem de criar organismos, entidades e instituições, em suma, poderosas superestruturas ideológicas que, de forma fragmentada e multifacetada, ativa e permanente, atuam para dar coesão a seus interesses, naturalizando os modos de se viver. A extrema concentração de poder da produção material e controle da informação, mas também as poderosas instituições estatais que transmitem conhecimento sistematizado (escolas, universidades, cursos profissionalizantes) e a repressão permanente aos meios de comunicação populares e independentes do Estado (rádios comunitárias, rádios livres, jornais sindicais, jornais partidários de esquerda, revistas,

³⁴ As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação” (MARX/ENGELS, p. 47, 2007).

fanzines e toda mídia alternativa), denominando-os genericamente de “piratas”, são todas ações intermediadas pelo Estado, resultado da intervenção política da burguesia em suas instâncias de deliberação.

Coerente com essa hipótese está longe de ser uma coincidência a correspondência teórica existente entre várias entidades ligadas ao desenvolvimento de políticas de lazer no Brasil e do exterior como o Ministério do Esporte, Secretarias municipais e estaduais, entidades como o SESI, SESC, CONFEF, World Leisure, FIEMG/SP, CNI, grande parte das universidades privadas (e também de universidades públicas, com diferenças), partidos políticos, além de pesquisadores, técnicos, gestores públicos ou privados individuais. Essa correspondência está no fato de todas defenderem políticas de parcerias público-privadas, não questionarem a fundo a jornada de trabalho ou as delimitações estruturais existente no Estado. Esse caráter de classe torna inviável a possibilidade de concretizar parcerias orgânicas entre os responsáveis pela desapropriação do tempo de lazer da classe produtiva e submetê-lo as necessidades do capital, e as vítimas dessa imposição, que não possuem escolha senão “(...) *trabalhar, e trabalhar, pra depois dormir, depois acordar, e trabalhar, só trabalhar (...)*” (Geraldo Vandré).

A compreensão do lazer absolutamente independente da esfera da organização do trabalho, da economia e da produção, a participação da esfera pública em parceria com a iniciativa privada, o não questionamento dos limites e mecanismos institucionais que interferem diretamente no desenvolvimento da política de lazer, a compreensão sobre o Estado burguês como contraditório a ponto de ser reformado e ter modificado seu caráter de classe por dentro de sua estrutura de funcionamento, são um conjunto de características que sintetizam uma política de lazer que é compatível com a sociedade de classes e representa as influências determinantes exercidas por essa classe social na formação das mesmas, portanto, representam uma política de lazer burguesa. O desenvolvimento do lazer enquanto política de Estado é ditada pelos interesses da classe social que detém o monopólio cultural e econômico, portanto, em conformidade dialética com as necessidades da produção material capitalista expressa no Estado e na economia que o mesmo regula. O resultado prático é a instrumentalização do tempo de lazer do proletariado e o direcionamento dado ao desenvolvimento dessa esfera da vida dos indivíduos³⁵. Os fatores internos ao fenômeno lazer

³⁵ “Torna-se evidente que a economia política considera o proletário, ou seja, aquele que vive sem capital ou renda, apenas do trabalho e de um trabalho unilateral, abstrato, como simples trabalhador. Por conseqüência, pode sugerir a tese de que ele, assim como um cavalo, deve receber somente o que precisa para ser capaz de trabalhar. A economia política não se ocupa dele no seu tempo livre como homem, mas deixa este aspecto para o

- como os valores veiculados nas vivências, os diferentes conteúdos culturais, a diversidade, o prazer, a felicidade, o usufruto, etc. - não estão isentos de condicionamentos orgânicos que possuem uma importante dimensão simbólica e prática para a continuidade dos *modos operandi*. Nesse sentido, a seguinte questão que se apresenta é: como contrapor as formas burguesas que se expressam no lazer?

Partimos do conceito de superestrutura, do qual MARCELLINO (2001) reafirma como sendo nossa área de atuação, das duas diferentes formulações de Marx, uma presente no livro “A Ideologia Alemã” e a segunda nos “18 Brumário de Luiz Bonaparte”, respectivamente uma relacionada ao papel do Estado na formação genérica de uma consciência social particular em conexão com a base da sociedade e a outra como conjunto das idéias de uma classe (BOTTOMORE, 2001). O fato da classe que detém o poder material ter também o monopólio da produção das idéias (MARX/ENGELS, 2007) “como a contradição fundamental entre a essência de uma informação de classe e sua aparência de informação de massa, (...) e o contraditório e o não contraditório que caracterizam a ideologia burguesa da Liberdade de Informação” (BOLAÑO, 2000, p. 51-2) impõe dificuldades extraordinárias para as mudanças sociais.

As determinações econômicas estão intimamente relacionadas com a superestrutura, mas existem contradições dialéticas em seu interior que exigem a intervenção política para disputar os distintos projetos de classe nela presente. A crítica torpe de MARCELLINO (2001) sobre a relação entre capitalismo e lazer, apesar de tentar delimitar somente àqueles que se imobilizam, omite uma concepção mais profunda fundamentada pela dialética hegeliana de considerar o Estado burguês como a expressão dos interesses mais gerais da sociedade, como o organismo que representa o supra-sumo de civilidade política moderna. Não é sem razão que Hegel foi um grande entusiasta da Revolução Francesa (1789) e quando da eclosão dessa chegou a levantar-se de madrugada juntamente Schelling para plantar a “árvore da liberdade” (STRATHERN, 1998). Mas quando os ecos de outra revolução, a Comuna de Paris de 1871 chegaram até Berlim e gerou a mobilização de setores populares desse país, Hegel adoeceu ante a possibilidade de um governo plebeu e chegou a ser censurado até mesmo pelo governo da Prússia por um artigo que afirmava que “o povo não sabe o que quer” (STRATHERN, 1998).

A formulação de ações práticas que superem a dicotomia entre o imediato e o

direito penal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o funcionário do manicômio” (MARX, p. 72, 2004).

estratégico passa por ver o lazer de forma mais ampla do que somente como parte da superestrutura, isolada em uma redoma de vidro, até porque esse próprio conceito surge da tentativa de romper a separação mecânica entre essas duas dimensões intrínsecas da sociedade. Como reza o jargão reformista proposto pelo Fórum Social Mundial para o mundo “um outro lazer é possível” somente em uma outra sociedade, quer dizer, livre das determinações e dos condicionamentos existentes que operam sobre esse fenômeno sob a lógica do capitalismo. Passa por superar esse modo de produção revolucionariamente. Esse é o elemento fundante para que possamos de fato pensar na superação das distintas cores em que o lazer funcionalista e vanguardista se apresenta a sociedade atual.

Essa afirmação não nos imobiliza de forma nenhuma. Na prática mais imediata, não menos complexa, é possível realizar uma intervenção que não seja pragmática e imediatista, que tenha como estratégia a construção das condições para a transformação social e mantenha as características fundamentais do lazer, como o caráter lúdico, a busca pelo prazer e desenvolvimento pessoal. Partindo do conceito de superestrutura como as idéias de uma classe e a constatação de que existe uma política da burguesia que influencia determinantemente o lazer, é necessário criar uma forma de questionar o modelo ao qual está sustentado e que determina o lazer mutilado a que tem acesso o trabalhador hoje.

Os trabalhadores historicamente criaram suas superestruturas na história, como sindicatos, partidos, greves e muitas outras idéias sobre si mesmos no interior das relações de dominação que sempre existiram no capitalismo. Portanto, não é inviável construir a superação positiva às soluções burguesas que se apresentam para solucionar a secular contradição entre tempo de trabalho e tempo livre. Essa solução passa por dar continuidade a esse movimento da história e fortalecer alternativas que tenham como estratégia o fim do antagonismo existente entre tempo disponível e tempo de trabalho, e isso só ocorrerá com o socialismo.

No entanto, essa solução não será dada pelas superestruturas da burguesia, quer dizer, pelas instituições no interior do Estado, nem por entidades que estão em conluio com essa. Nesse aspecto encontra-se a primeira clivagem entre às alternativas presentes nos estudos sobre o lazer. Ao mesmo tempo em que seria um grave erro simplesmente ignorar o Estado nessas determinações, à saída no caminho proposto aqui seria a ruptura da relação orgânica com o Estado e o direcionamento dos esforços para lutar politicamente, de forma reivindicatória contra ele, para que possam ser confrontadas as delimitações práticas impostas por essa instituição ao mundo do lazer e não serem aceitas passivamente, como um pressuposto natural dado do ser humano.

Existem lutas transitórias relacionadas a defender o tempo e o espaço de lazer que se encontram no âmbito de lutas mais gerais, extrapolando os “limites” do lazer e que, para alguns autores estariam proibidas, por assim dizer, porque estariam fora dos limites da cultura, mesmo que essas venham a impactar profundamente as políticas de lazer. Entre elas estão a redução da jornada de trabalho, as campanhas salariais, a suspensão do pagamento da dívida pública, a luta contra a precarização do trabalho e a flexibilização da jornada, principalmente contra o método de banco de horas e as horas extras.

Sinteticamente, para não parecer denunciamento, ações práticas como a vinculação orgânica aos movimentos sociais de classe através de metodologias participantes (pesquisas e observações participantes, pesquisa-ação e educação popular) para construir programas de animação sociocultural para trabalhadores da cidade e do campo que integrem ativistas e militantes dos movimentos, que socialize o conhecimento teórico acumulado para a formação de um corpo de animadores culturais com o projeto político-pedagógico classista, ou seja, que tenha uma compreensão política pautada na luta de classes. Construir uma rede de intelectuais para estudar e formular ações de lazer vinculadas a categorias de trabalhadores com o intuito de ampliar de maneira progressiva o repertório dos trabalhadores são ações que podem ter um profundo impacto educativo e de desenvolvimento humano.

Ao invés da vinculação orgânica ao Estado burguês, assumindo secretarias, cargos comissionados e postos em governos para administrar o capitalismo e suas contenções, a saída para a construção de um outro lazer é a atuação militante nas contradições do Estado que afetam diretamente as políticas de lazer dos trabalhadores, ou seja, na luta contra as restrições orçamentárias causadas pelos compromissos com instituições financeiras, assim como a luta para derrubar os mecanismos jurídicos e políticos que impõe legalmente essas restrições que impedem o atendimento adequado às demandas populacionais por lazer.

A crítica ao capitalismo tem que necessariamente resultar em um programa que seja coerente, de resistência a esse modelo, que busque generalizar o acesso ao extraordinário patrimônio construído pela humanidade na sociedade de classes para as massas laboriosas. Dessa forma, os esforços de gestores, educadores, pesquisadores, professores e animadores socioculturais deveriam estar canalizados para lutar organicamente aos movimentos sociais e entidades de classe para derrubar as causas estruturais que mutilam a política de lazer e as razões que mantêm seu caráter funcionalista. A contribuição com a transformação social pela ação cultural através da vivência de valores transformadores (MARCELLINO, 1987) são fundamentais para contribuir na consolidação de uma superestrutura ideológica de classe para a mudança social. No entanto, se não houver um enfrentamento prático das determinações do

capital sobre o lazer, legitimadas e exercidas pelo poder do Estado burguês, não haverá mudanças efetivas nesse tempo da vida social e as desigualdades no usufruto desse permanecerão. A superação do trabalho em sua forma capitalista e seus efeitos na classe trabalhadora e na sociedade como um todo, - particularmente na vida dos indivíduos com seu lazer - por ser regido sob a racionalidade de um desorganizado e anárquico sistema de produção - constitui-se como fator decisivo para a apropriação do tempo livre pelos trabalhadores, privilégio obtido somente historicamente pelas classes dominantes, seja a ociosidade da aristocracia feudal ou o tempo livre da burguesia no capitalismo.

3.6 As determinações do trabalho na distribuição social do lazer e do “tempo livre” e o caráter mercadológico que assume na sociedade de classes

As declarações “universais” e de “direito” que afirmam a importância social do lazer no discurso dos parágrafos escritos pelos tecnocratas e legisladores do Estado burguês são invalidadas, na prática, pelos parágrafos constitucionais subseqüentes que garantem e reiteram o mundo do trabalho na forma capitalista. Isso porque, apesar do consenso existente em torno do aumento exponencial da capacidade do trabalho em gerar valor de uso com a inserção da ciência na produção, permanece a contradição de que as relações sociais capitalistas serem ainda um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas.

A forma social da produção capitalista e a apropriação privada e desigual dos produtos do trabalho geram uma série de conseqüências à forma como se manifesta o lazer para os indivíduos. A centralidade do trabalho para a análise do lazer fundamenta-se, portanto, por ele ser ao mesmo tempo o elemento determinante que aprisiona e que possui também o poder de libertar o tempo e o espaço do lazer na vida dos trabalhadores, dependendo da forma como ele se organiza na sociedade.

As inovações tecnológicas transformaram substancialmente o tempo de lazer e as formas de sua manifestação, o que mostra a impossibilidade de compreendê-lo fixando-se apenas no tempo/espaço de suas expressões fenomênicas específicas. Aprofundar a análise filosófica do lazer como expressão cultural da natureza social do ser humano necessita investigar a lógica interna presente no seu desenvolvimento histórico e as características adquiridas de acordo com o movimento material da sociedade. Esse movimento material significa que o gosto, a vontade, o prazer, em suma, as inúmeras formas existentes de usufruir

do lazer e outras características particulares de seu desenvolvimento dependem da organização corporal dos indivíduos e são determinadas pelas relações sociais advindas dessas circunstâncias materiais concretas.

A centralidade da categoria trabalho, ou seja, o papel que a transformação da natureza pela ação humana para satisfazer suas necessidades desde sempre acompanhou a evolução e criou novas necessidades a partir da contemplação dessas. No encontro da teleologia com a causalidade, ou seja, na relação estabelecida entre a humanidade e suas idéias sobre a sua realidade e a própria natureza orgânica dada³⁶, o trabalho é o fundamento empírico-histórico da objetivação do ser social (FRIGOTTO, 2001) e dimensão fulcral para a análise de qualquer fenômeno, incluindo o lazer.

Para que a humanidade se desenvolva, antes de tudo, ela não pode ser refém das necessidades corporais vitais básicas e necessita dispor de tempo livre (MARX, 2004). A crescente importância social adquirida recentemente pelo lazer não foi gerada apenas pelas profundas mudanças que aconteceram no mundo do trabalho nas últimas décadas. O lazer na atualidade só ganha maior destaque. Na história real dos indivíduos desse mundo, os fundamentos internos presentes no lazer, o ócio, a contemplação, a fruição, o prazer e a felicidade sempre foram uma busca do ser humano em toda a sua história e é parte intrínseca de sua natureza também. No entanto, porém, por causa da histórica contradição entre produção social e distribuição da riqueza, materializada no trabalho alienado e compulsório, as possibilidades de usufruto desse tempo/espaço da vida humana têm sido acorrentadas a um trabalho que aprisiona o tempo livre dos trabalhadores e impede possibilidades reais efetivas de pleno desenvolvimento omnilateral das faculdades humanas (MARX/ENGELS, 2007).

A cultura, o lazer e a educação, portanto, não contam com uma absoluta autonomia frente aos processos de produção dos meios para satisfazer as necessidades de sua vida material. Sem satisfazer essa necessidade, pressuposto de sua existência, não existe como produzir cultura, nem tão pouco lazer, plenamente. A relação entre a base da sociedade e a expressão imaterial hegemônica é movida pela “interdependência dialética da relação entre

³⁶ “Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos, devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que todos os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquiridos conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX/ENGELS, p. 33, 2007).

estrutura e sujeito”, noção que rejeita tanto as tendências estruturalistas que “atrofiam o sujeito enquanto ser social”, quanto as “pós-estruturalistas” e “pós-modernas” que hipertrofiaram a subjetividade sem o sujeito histórico-social” (FRIGOTTO, 2001, p.19).

O lazer, apesar das inúmeras formas de se manifestar, possui traços comuns que o definem como fenômeno social no meio de toda a diversidade em que se apresenta na vida, além de sofrer a influência de fatores advindos do mundo do trabalho, mas também dos mundos do próprio lazer, da família, da educação, da moral, da economia e de outras esferas sociais da vida. Todavia, os elementos decisivos, não conjunturais, que se repetem e determinam sua forma geral de manifestar-se são rígidos, mesmo dentro dessa diversificação de formas e práticas culturais diferentes em que se apresenta o lazer.

A organização econômica das sociedades e o mundo do trabalho decorrente influenciam decisivamente a forma como os indivíduos se apropriam ou vivenciam o seu tempo de lazer (PADILHA, 2003; MASCARENHAS, 2002; MATOS, 2006). Se observarmos a vida como ela é e como acontece no cotidiano, veremos que a maior parte da população tem o tempo de lazer submetido ao rígido tempo da jornada de trabalho, da jornada de formação educacional-profissional e de compromissos familiares, inevitavelmente. Além disso, as condições de existência desses indivíduos estão diretamente relacionadas à sensibilidade desses para o usufruto do lazer. Como comparar o tempo de lazer dos garotos que trabalham quebrando pedras no sertão para ajudar na renda familiar e de garotos que vivem em apartamentos de classe média em capitais? Como pensar em lazer se não há o que comer? São simples proposições ilustrativas para demonstrar que o lazer não possui uma autonomia auto gerada e independente de esferas.

A sociedade sob a forma econômica do capitalismo produz tempo livre, base da civilização, apenas para uma única classe, e transforma a vida inteira das massas em tempo de trabalho³⁷ (MARX; ENGELS, 1978). O trabalho assalariado, na sua forma capitalista, fixa a atividade social e não permite o desenvolvimento omnilateral das faculdades humanas, “condenando grande parte da humanidade a ser escrava, puro instrumento de trabalho” e refém das necessidades corporais (MARX, 1978, 2007).

As “colisões” entre os desejos humanos de prazer/felicidade e as barreiras morais, sociais e econômicas estabelecidas pela forma de organização material e social em que vivemos atualmente delimitam e dão uma forma homogênea e controlada ao lazer dos

³⁷ (...) mas ainda para proporcionar a cada indivíduo suficientes tempos livres a fim não só de conservar o que, na herança cultural transmitida historicamente, merece sê-lo na ciência, na arte, urbanidade, etc., mas ainda será

indivíduos no interior de uma diversidade de manifestações. Isso significa que as manifestações do lazer e suas expressões particulares sempre estiveram submetidas as leis gerais das determinadas circunstâncias materiais de produção (MARX/ENGELS, 2007).

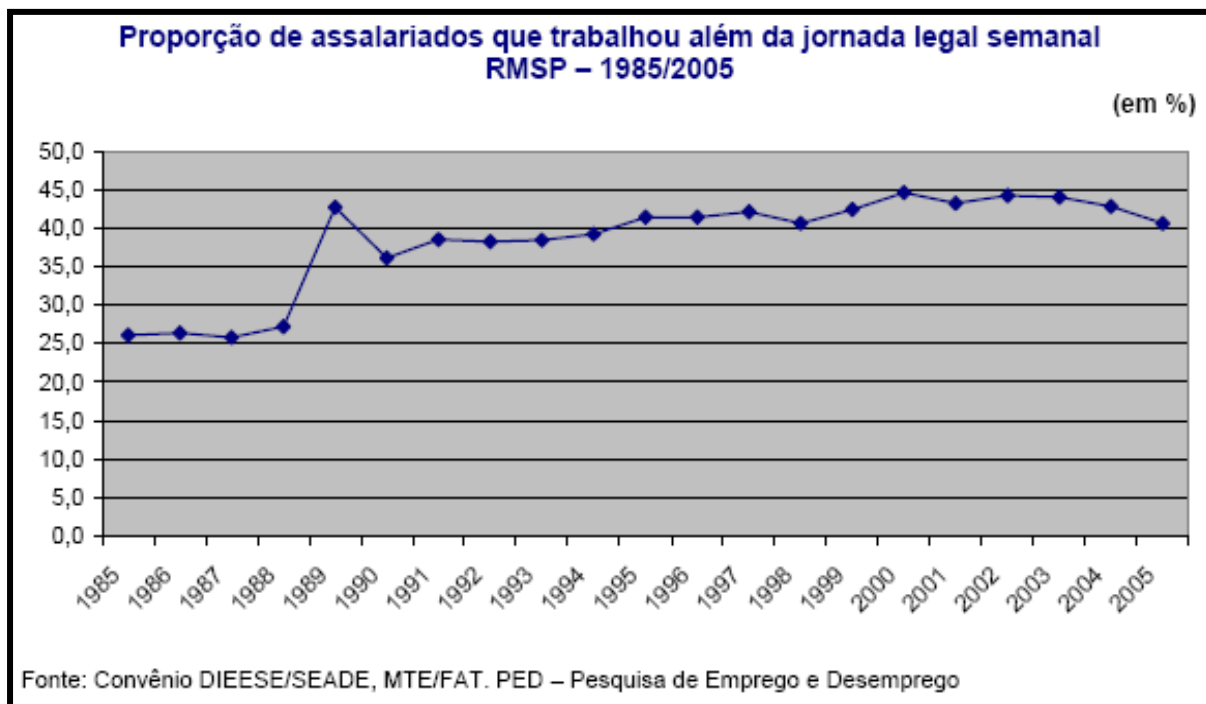


Ilustração 1. Tabela que mostra a elevada porcentagem de trabalhadores que trabalham acima da jornada regular de trabalho. Fonte: DIEESE (2006)

As diversas esferas que influenciam o tempo de lazer dos trabalhadores e uma série de normas ligadas ao sistema produtivo não permitem o desenvolvimento mais amplo e universal do usufruto do tempo de lazer como se afirma na constituição brasileira. Objetivamente, as leis que permitem o trabalho aos domingos, a jornada de trabalho precária, a implementação de novas formas de organização do trabalho como banco de horas, horas-extras e compensações de dias restringem intensivamente o tempo disponível dos que não vivem do trabalho alheio.

A figura abaixo, retirada da Nota Técnica nº 37 do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de outubro de 2006, intitulada “Estudo

desenvolvido, tornando-se o bem comum de toda a sociedade e será desenvolvido em vez de ser o monopólio da classe dominante” (MARX, 1978, p. 192).

sobre a redução da jornada de trabalho e do fim das horas extras no Brasil” mostra-nos que em 2005, aproximadamente 43% dos trabalhadores brasileiros assalariados trabalharam a mais do que a jornada regular. Além desse aspecto específico da jornada de trabalho, a questão financeira e o insuficiente salário para atender as necessidades humanas básicas restringem à determinadas formas de apropriação do tempo de lazer, diminuindo as possibilidades de vivências diversificadas de todo patrimônio imaterial construído pela humanidade. Para se ter uma idéia da brutal diferença entre o salário nominal mínimo³⁸ vigente e o salário necessário, em junho de 2008 o primeiro tinha o valor de R\$ 415,00 e o necessário calculado era de R\$ 2.072,00 (DIEESE, 2006).

A conjugação desses dois fatores materiais, práticos, ou seja, a extensa jornada de trabalho e de formação educacional combinada ao baixo valor dos salários atingem a maior parcela populacional e são questões chaves para compreender que, apesar da diversidade e de inúmeras formas de expressão, o tempo de lazer e a forma como se apropriam dele são determinados pela forma como a sociedade dessa época se organiza na produção, no comércio e nas formas de intercâmbio entre as pessoas. Dentro de um processo histórico, os lazeres das gerações que vivem no presente recebem uma “herança” de gerações anteriores que legitimam e reproduzem formas consolidadas e permitidas pela realidade de se usufruir desse tempo, sempre em algumas condições gerais que não são escolhidas pelos indivíduos. Obviamente, a história é reconstruída pelos sujeitos na atualidade, mas determinados elementos não se alteram e são justamente esses elementos que configuram o fenômeno em suas características determinantes.

O “mundo do lazer” transformou-se muito no decorrer dos séculos. Não é nosso interesse aqui retratar profundamente essas etapas do desenvolvimento, mas é notório as mudanças de hábitos, costumes e características relacionadas à fruição e ao lazer ocasionadas pelas inovações tecnológicas e pela “modernização” das relações entre as pessoas e o quanto se expandiu as possibilidades de lazer.

Os fatores que incidem sobre o lazer são tão elásticos que ocasionam uma enxurrada de análises idealistas, formulações morais que acreditam estar somente no lazer a explicação para a forma como esse fenômeno se expressa na realidade e que a simples mudança de

³⁸ **Salário mínimo necessário:** Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional. “Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, **lazer** (Grifo nosso), vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada mês o maior valor da região essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é

pensamento sobre como usufruir o tempo de lazer, por si só, poderiam causar transformações positivas reais na apropriação dos indivíduos nesse tempo/espaço social.

Essas análises concebem o tempo de lazer como um momento de puro êxtase, felicidade absoluta, alegria, prazer, humanização e paz, enfim, um tempo marcado somente por experiências positivas e vivências redentoras, isoladas do mundo do “mal”. Quer dizer, o tempo de lazer é sempre retratado de forma separada de outras esferas sociais que são parte e interagem de forma permanente e duradoura em sua manifestação prática. Outras análises, porém, afirmam que experiências transformadoras no tempo de lazer não são suficientes para modificarem praticamente a vida. Outras ainda dizem que todas as manifestações são transformadoras. Nesse campo eclético de concepções é necessário distinguir o conjuntural do permanente para uma análise que busca retratar a complexidade em seu movimento.

O fenômeno social do lazer é parte de um processo combinado onde diversão, prazer e felicidade estão bastante próximos e muitas vezes fundem-se a experiências traumatizantes, decepcionantes e violentas. Essa expressão assumida no tempo disponível dos indivíduos são gerados em outros tempos da vida social humana que, por sua vez, são determinadas pela atual produção social e as formas de intercâmbio que decorrem delas (MARX/ENGELS, 2007). Pode-se dizer que o lazer no capitalismo, como todos os produtos do trabalho, possui um valor de uso e um valor de troca.

Esse é o caráter real de como se manifesta o lazer. O jogo de futebol no estádio é uma manifestação onde o prazer e a extrema felicidade estão de mãos dadas com a frustração e a violência. O passeio pela cidade, além de ser uma experiência nova, pode ser também traumatizante por um assalto ou um seqüestro. O passeio em um barco pode transformar-se num naufrágio e morte por afogamento. O deitar na grama de um parque pode ter como companhia o corpo sem vida de um mendigo que faleceu por frio na noite passada. Uma viagem para um país pode representar um crescimento pessoal ou a oportunidade pra ser detido na imigração. Quantas festas não acabam em discussões com fins trágicos entre amantes, transpondo valores morais tão enraizados que geram ações violentas por parte dos mesmos, quando não de terceiros envolvidos. Quantas roupas vestidas por pessoas não são alvos de olhares repressores e disciplinares para legitimarem o que é próprio e o que não é para a ocasião.

Não é possível analisar o tempo de lazer de forma isolada, sem conexões com outros tempos sociais da vida humana. Nessa perspectiva, a busca pelo prazer no tempo disponível, a

de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

não-obrigatoriedade, o descanso e a fruição dá conta apenas de uma parcela da análise do lazer como fenômeno social. A conexão que funde e interage prazer e violência, a felicidade e a frustração, fruição e constrangimento, não pode ser explicada partindo somente do mundo imaterial da sociedade.

O capital historicamente se revoluciona e insere novas formas de se expandir. Novas formas de lucrar se apresentam para além do mundo da produção, como a especulação financeira com os bancos e as empresas de serviços, o chamado terceiro setor. Nesse último, pode-se destacar o papel da indústria cultural, do turismo e, particularmente, do lazer como um ramo de alta lucratividade e cada vez mais organizado de modo semelhante aos fundamentos da produção material (PADILHA, 2002). O tempo disponível para o lazer é o mesmo tempo onde ocorre o fechamento do ciclo da mercadoria no capitalismo, ou seja, o consumo de produtos, informações e propaganda que concorrem, em última análise, com as possibilidades de um lazer pleno, tornando esse tempo repleto de ambigüidades. Essa conformação geral do lazer não se manifesta sem contradições, mas a intenção aqui é demonstrar que a produção capitalista atual determina e condiciona a manifestação prática do tempo de lazer e seu usufruto.

Um primeiro ponto a ser tratado é a cisão entre os tempos sociais - lazer e trabalho - em partilhas diferentes e antagônicas ocasionada pela divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e das terras. A cisão e a fragmentação dos tempos sociais da vida humana ocasionada pela forma capitalista de produção, que separa lazer e trabalho, prazer e obrigações sociais, (MARX/ENGELS, 2007) não corresponde ao tempo essencial do ser humano, que é fluído e não estanque. A aparente fragmentação é implementada por interesses alheios as necessidades humanas e se impõe como força superior onde a maior parte dos indivíduos não pode e não têm como contrapor tais formas por causa das circunstâncias práticas da vida já consolidadas.

Diferente da análise aqui exposta, o lazer tem sido compreendido por autores da “moda” como o fenômeno central na vida das pessoas, já que no trabalho existe apenas desumanização, desgaste e infelicidade. É no tempo de lazer que se realiza a satisfação, a felicidade e a alegria não encontrada no trabalho capitalista. Ora, se nos detivermos a analisar o mundo do trabalho e a sua precariedade na atual forma de se organizar na produção social, veremos que afirmações dessa espécie não são totalmente falsas. Mas estão longe de serem verdades absolutas.

Nas condições de existência dos indivíduos no capitalismo e na forma de organizar a economia, tanto a burguesia, quanto a pequena burguesia e o proletariado não vêem a hora de

poder usufruir de momentos de lazer depois de ter cumprido uma extenuante jornada de trabalho, mesmo que de formas diametralmente diferentes. Nada como um lazer funcionalista ao invés de estar no trabalho estressante, precário e repetitivo, em síntese, alienado. Nesse sentido estrito, esses autores têm certa razão. No entanto, o erro dessas asserções é que esse tempo de lazer, no capitalismo, é um lazer mutilado e alienado. Além disso, essa forma de organização da sociedade não permite o livre e pleno desenvolvimento das faculdades humanas nesse tempo da vida dos sujeitos por permitir um acesso apenas parcial às inovações tecnológicas, a ciência, a arte e ao conhecimento produzido pela humanidade. Apesar dos avanços tecnológicos e da inovação na produção da sociedade, com a amplificação da capacidade produtiva, o fato da produção material ser anárquica e destinada ao mercado, todo avanço é uma “praga” para o trabalhador (MARX, 1985). A burguesia não pensa o trabalhador em seu desenvolvimento no tempo livre, mas o deixa ser cuidado pelos médicos, manicômios, psicólogos e o álcool (MARX; ENGELS, 1978). Apesar das conquistas ao velho “*cronos*”, a divisão e a produção anárquica do capitalismo causam somente o embrutecimento e impede que o trabalhador tenha tempo para usufruir e produzir cultura (MARX; ENGELS, 2007). Permite apenas, quando possível, o desenvolvimento de apenas uma de suas faculdades, mutilando a capacidade humana de desenvolver-se de forma omnilateral em todas as suas potencialidades.

A peculiaridade da concorrência do mercado capitalista globalizado torna-se cada vez mais intensa, vencendo quem tem as melhores estratégias mercadológicas, entre elas os menores custos da produção. Essa competitividade não é, de maneira nenhuma, baseada no “*fair play*”, já que os diversos setores da burguesia se utilizam dos mecanismos mais desleais e imorais para destruir seus concorrentes no mercado e vencer. No entanto, as consequências dessa disputa para lucrar mais recaem sobre os trabalhadores assalariados, visto que os empreendimentos utilizam-se de diversos mecanismos para aumentar a produtividade e reduzir os custos da produção. A implicação disso é uma jornada de trabalho precária e extenuante, a obrigatoriedade dos trabalhos aos finais de semana e feriados, redução das folgas remuneradas e férias, quer dizer, um verdadeiro aprisionamento do tempo do trabalhador pelos patrões que, em tese, poderia usufruir do lazer mais plenamente. Além disso, a forma como se organiza a produção e a divisão social do trabalho submete à vontade e o livre arbítrio dos indivíduos as vontades e estratégias de exploração dos capitalistas, que dispõem do tempo do trabalhador a seu bel-prazer sem prestar a menor atenção a seus costumes e hábitos culturais, fragmentando seu tempo e sem considerar suas necessidades corporais, no sentido amplo do termo (LÊNIN, 1979).

As diversas propostas para aumentar o tempo livre dos trabalhadores, imediatamente trás consigo a discussão sobre a redução da jornada de trabalho. Essa bandeira é relativamente consensual para o movimento de esquerda, mas escondem em seu interior antagonismos nas perspectivas estratégicas. A redução da jornada de trabalho é uma reivindicação tática de fundamental importância por evidenciar o papel explorador da burguesia dirigente no atual estágio de desenvolvimento capitalista que, em nome da produtividade e do lucro, explora e submete o tempo dos trabalhadores. A luta para a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais é importantíssima, pois qualquer melhoria nas condições de vida dos trabalhadores é sempre bem vinda. No entanto, a sua libertação não está apenas na redução da jornada de trabalho e sim na extinção do trabalho assalariado.

A redução da jornada pode ser concedida pela burguesia, mas não está garantido que se reverterá em benefícios reais para os trabalhadores. A resposta está na luta de classes. A concorrência exigida pelo mercado altamente concentrado leva a burguesia não se dar ao luxo de perder seu exército de reserva e a economia em relação aos custos da produção obtida pelas inúmeras manobras que utiliza para obter uma maior exploração da mão de obra dos trabalhadores. Nesse sentido, a burguesia tenta atrelar à redução da jornada a redução dos salários e dos direitos, tentando impor recursos como banco de horas, horas extras, jornada de trabalho irregular e trabalhos aos domingos para evitar maiores contratações.

No entanto, mesmo em caso de concessão, a burguesia consegue a imposição de seus interesses por possuir um maior corpo técnico a sua disposição, que cria inúmeras formas de burlar as regulamentações “favoráveis” ao trabalho para beneficiar o capital. Segundo o DIEESE (2006) o banco de horas e a redução dos salários seriam as ferramentas utilizadas pela patronal, caso seja aprovada futuramente a lei da redução da jornada. Caso o movimento imponha uma redução da jornada sem a redução de salários e direitos, seriam gerados mais de 2,2 milhões de empregos formais, com carteira assinada (DIEESE, 2006, p. 2).

Apesar do enorme impacto, essa redução da jornada no capitalismo não se compara com uma radical transformação socialista da produção social. Caso a produção fosse voltada para as necessidades humanas e não para o mercado, e se todos participassem da produção social, a diminuição da jornada seria menor ainda, quer dizer, a combinação da produção para as necessidades humanas e o compartilhamento da produção por toda população aumentaria enormemente o tempo livre de todos, liberando mais tempo a ser dedicado ao desenvolvimento humano e ao lazer. Essa medida socialista é imbatível quando se discute ampliação do tempo livre dos trabalhadores ou qualquer “dita” sociedade do lazer. Qualquer outra possibilidade é falaciosa se mantém inalterado o causador dos causadores do anti-lazer:

a forma capitalista de produção e a propriedade privada dos meios de produção e circulação de mercadorias.

Os autores da moda insistem em discutir o tempo de lazer de forma separada do tempo de trabalho. Aqui residem os erros e a inconsistência dos ideólogos da burguesia e das instituições do capital que discutem o tempo livre dos trabalhadores. A indústria cultural conta com um aparato técnico que somente a burguesia, pelo fato de controlar outros ramos da economia, tem condições de manter a permanente e articulada imposição de um padrão de comunicação que defenda determinados setores em disputa pelo poder, sendo veia de transmissão da ideologia do capital que sempre tenta naturalizar e eternizar essa forma de organização política. Uma das causas dessa determinação estrutural pode ser identificada na tentativa de homogenização de determinadas práticas culturais para amplos contingentes populacionais do mundo, apesar da diversidade cultural e identitária existente entre os povos e nações no mundo.

A generalização do trabalho manual para uma drástica redução da jornada de trabalho, mesmo com o fim do trabalho como valor de troca, continuaria sendo a fonte criadora de riqueza e a medida dos custos da produção (MARX; ENGELS, 1978). No entanto, o que constitui a riqueza efetiva da sociedade é o tempo livre, quer para o usufruto dos produtos, quer pela livre atividade, tempo esse que não é controlado “por um objetivo externo que é preciso atingir” como no trabalho numa sociedade onde o antagonismo “entre donos e servidores” impede que se torne realmente trabalho social” (MARX; ENGELS, 1978).

O que se nota é que se discute o lazer apenas em sua própria esfera, como se não houvesse implicações com a produção social. Referem-se às relações existentes entre lazer e economia apenas quando se diz que o lazer, além de propiciar indiscriminadamente e sem exceções, satisfação pessoal, garante também negócios lucrativos. Os dados apresentados por Christopher Edginton em entrevista a Revista Isto É (O acesso ao..., 2008) são claros: a economia relacionada a serviços e bens relacionados ao lazer aumentou de 1,3% para 8,4% nos Estados Unidos. Dados ainda de sua entrevista, afirma que ouviu do governo chinês, não diz de quem, que a China tende a aumentar em 50% os negócios relacionados à matéria.

No entanto, a expressão mais acada do lazer mercadoria pode ser encontrado em TRIBE (2003) que escreveu um tratado relacionando as teorias econômicas burguesas com o mercado do setor de serviços, incluindo o lazer e o turismo. Segundo esse autor, os fatores que incidem na demanda por lazer são renda disponível, preço de outras mercadorias, qualidade e valor agregado ao serviço de lazer, modas e preferências, oportunidades de consumo, publicidade e tamanho da população.

O próprio lazer é equivalente a qualquer mercadoria ou serviço, e o sujeito que busca lazer para John Tribe torna-se sinônimo de consumidor. A escolha dos consumidores entre usufruir do tempo de trabalho e do tempo de lazer é para TRIBE (2003) uma definição que se estabelece pelos consumidores no plano de uma decisão individual do qual tem como a consequência a necessidade de desistir de algo para usufruir e consumir serviços de lazer. Essas decisões dependerão dos efeitos de renda, do poder de compra dos salários e da flexibilidade do mercado de trabalho que, para TRIBE (2003), é fator que pode favorecer a ampliação do tempo de lazer e o banco de horas é considerado como uma alternativa para os indivíduos exercitarem mais precisamente suas escolhas entre trabalho e lazer.

A racionalidade burguesa e o alto grau de mercadorização da concepção de lazer presente nesse autor demonstram que o capitalismo e a classe que o dirige tem a capacidade de lucrar sobre as manifestações mais genuinamente humanas e que essa capacidade, na globalização econômica, assume dimensões nunca vivenciadas na história. Por outro lado, toda a profundidade da análise econômica abordada por John Tribe demonstra dentro de uma racionalidade burguesa as determinações econômicas e do trabalho sobre o lazer e a instrumentalização presente nesse tempo. É tão evidente que considera uma das maiores armadilhas exploradoras atuais presentes na jornada de trabalho, o banco de horas, como uma medida progressiva que favorece o lazer, a escolha entre se “devotar” ao trabalho ou ao lazer como uma escolha individual livre das obrigações e indica a greve de trabalhadores, as guerras e desastres como fatores que contribuem para o maior problema: a imprevisibilidade das estimativas econômicas do lazer como negócio (TRIBE, 2003).

Todos os argumentos presentes na “Economia do Lazer e do Turismo” de John Tribe e na essência do raciocínio de EDGINTON (2008) só confirmam as previsões de MARX (2004, p. 72): “A economia política não se ocupa dele (o trabalhador) no seu tempo livre como homem, mas deixa este aspecto para o direito penal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o funcionário do manicômio”.

4. Os objetivos, a organização e a concepção metodológica da pesquisa

Pesquisar o lazer dos trabalhadores se justifica por se tratar de uma esfera da vida social de fundamental importância para a formação dos sujeitos, com garantias constitucionais que, mesmo sendo formais, evidenciam a relevância e a demanda presente na sociedade por mais tempo onde seja possível vivenciar as formas de sociabilidade presentes no lazer e, por ele, a possibilidade de apropriação do repertório cultural histórico produzido pela humanidade.

A longa e desgastante jornada de trabalho, a exploração da mão-de-obra do trabalhador, o arrocho salarial, as dificuldades com transporte, o cansaço físico e a alienação no trabalho mostra que, apesar dessa importância, os trabalhadores e, especificamente, o operário fabril, continua a ser expropriado em seu tempo livre e está cada vez mais exposto a viver a maior parte de seu tempo para o trabalho, isso quando o tem. Para agravar ainda mais esse quadro, a incipiente política pública geral, em particular a do lazer, mostra que essa dimensão continua a ser compreendida como supérfluo pela administração pública quando comparadas às áreas consideradas “prioritárias”, como saneamento, economia e outras áreas mais “sérias”. O forte caráter funcionalista e conservador das gestões públicas, principalmente na distribuição orçamentária para o lazer tornam escassos espaços populares e equipamentos públicos, que passam a ser destruídos devido à especulação imobiliária existente nos diferentes municípios desse país e pela má gestão desses espaços. (MATOS, 2006).

Nesse sentido, essa pesquisa justifica-se pela necessidade de aumentar o conhecimento sistematizado de investigações empíricas que busquem compreender profundamente como o espaço e o tempo de lazer se manifestam na vida real dos trabalhadores, buscando evidenciar os condicionamentos existentes na realidade, nas práticas e nas vivências no tempo disponível, mas também identificar potencialidades educativas e vivências transformadoras existentes nas condições em que se manifestam. Conhecer a práxis do lazer, articulada em um processo de ação-reflexão-ação dos significados atribuídos pelos trabalhadores como classe social em geral, é compreender a dinâmica presente, em particular, no lazer dos operários metalúrgicos, um pressuposto para futuras experimentações práticas que possam significar desdobramentos práticos subsidiados pelo acúmulo teórico trazido por essa dissertação e transformar-se em políticas públicas de lazer-educação de iniciativa das entidades de classe, norteadas por princípios superadores das formas funcionalistas comuns a essa área.

É uma necessidade premente caminhar para além da crítica e construir alternativas de pesquisa e de intervenção social que se vinculem as entidades de classe, movimentos sociais e

populares para a elaboração e implementação de programas políticos de lazer para ampliar o acesso a vivências lúdicas, audiovisuais e recreativas, que se apresentem como alternativas para que os trabalhadores e setores da população que dependem de iniciativas públicas tenham possibilidade de acessar uma parte a mais do repertório de lazer independente daquelas provenientes do mercado.

Mesmo sabendo das limitações estruturais dessas possíveis transformações, a potencialidade educativa e o contato dos sujeitos com as inúmeras formas de intercâmbio cultural existentes podem gerar novas sínteses e valores que questionem e alterem a percepção do mundo e contribua com mudanças substanciais na apreensão sobre a realidade, simultaneamente a manutenção dos traços essenciais que o caracterizam como fenômeno específico: a busca do prazer, a vivência lúdica e da opção relativamente livre de escolha dos sujeitos durante seu tempo disponível.

Nesse sentido, e coerente com a abordagem anterior, o objetivo geral desse trabalho foi analisar a realidade social em que vivem os operários metalúrgicos da cidade de Pirapora, com um olhar particularmente voltado para as distribuições dos tempos destinados as obrigações e aqueles destinados ao lazer ou ao tempo de dispor de si, seja ao descanso, a atividade ou a contemplação.

Em termos específicos, os objetivos da pesquisa foram: a) estudar o tempo dos trabalhadores metalúrgicos destinado ao lazer; b) compreender as formas de manifestações e práticas realizadas nesse momento de suas vidas, assim como realizar levantamentos de interesses dos mesmos; c) analisar o perfil dos clubes de fábricas, a proporção de adesão dos trabalhadores a esses espaços de lazer e analisar o projeto político pedagógico implícito nos programas desenvolvidos; d) as formas de organização do trabalho no interior da fábrica; e) a jornada de trabalho e de obrigações; f) conhecer opiniões gerais desses trabalhadores sobre temas polêmicos; g) conhecer a religião e sua influência exercida no pensamento desses indivíduos; e, h) esboçar diretrizes gerais de um programa de lazer-educação junto ao Sindicato de Metalúrgicos de Pirapora.

Para FREIRE (1981) não pode haver contradições entre objetivos e métodos, nem a desvinculação de um referencial teórico libertador de uma prática libertadora. Em busca dessa coerência, a metodologia utilizada por essa investigação se apóia em um conjunto de obras que têm em seus fundamentos na posição política de compreender os homens como conscientes e produtores de cultura, portanto produtores de conhecimento (FREIRE, 1981; BRANDÃO, 1999; GABARRÓN Y LIBERTAD; LANDA, 1994). Nesse sentido, o pressuposto político e metodológico que moveu essa pesquisa desde sua concepção ao seu

desenvolvimento foi a compreensão de conhecer a realidade pesquisada “na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade” (FREIRE, p. 35, 1999), onde os sujeitos envolvidos na pesquisa, no caso, operários metalúrgicos de Pirapora, não são meros objetos dessa pesquisa, mas uma das partes cognoscentes envolvidas na pesquisa, onde a outra parte é o pesquisador desvelando em conjunto a realidade concreta (FREIRE, 1999).

Inicialmente, a base metodológica dessa investigação foi a pesquisa-ação proposta por THIOLENT (1985), onde a pesquisa social é vista como unidade que relaciona hipótese investigativa e intervenção na realidade, na qual pesquisadores e participantes desempenham papel ativo na elaboração, organização e implementação das ações propostas pela investigação. Nessa metodologia não há oposição antagônica entre geração de conhecimento e resolução de problemas ou de demandas coletivas relacionadas a diversos campos investigativos como educação, ação cultural, comunicação e outras. Para THIOLENT (1985) a pesquisa-ação inserida no âmbito das mais diversas formas de ação está sujeita a um vasto campo analítico de condicionamentos sociais que necessitam ser evidenciados. No lazer ainda mais, principalmente por ser complexo e repleto de contradições e relações de poder mimetizadas por características lúdicas. Todavia, com o decorrer do tempo, o desenvolvimento das condições circunstâncias da pesquisa não permitiram seguir rigidamente as diretrizes metodológicas da pesquisa-ação e por isso, decidimos delimitar o enfoque metodológico ao referencial da pesquisa-participante (BRANDÃO, 1999), investigação participativa (GABARRÓN Y LIBERTAD; LANDA, 1994) e a concepção de investigação social e enquete operária proposta por THIOLENT (1980).

THIOLENT (1980, p.21) é da opinião que para evitar que as pesquisas sociais não tenham um viés teoricistas nem empiricista é necessário combinar três elementos: a) as teorias sociológicas; b) as técnicas de pesquisa; e, c) a epistemologia ou metodologia geral. Dessa forma, articulada devidamente à teoria sociológica e filosófica, o uso de entrevistas e questionários diversos não são sinônimos de “empiricismo” quando essas técnicas estão sob forte controle metodológico (THIOLENT, 1980, p. 21). Além disso, considera ainda a suposta neutralidade das pesquisas e das técnicas nelas empreendidas não passam pelo rigor de uma análise mais detida e que reflita melhor sobre a sua estrutura interna para identificar, inevitavelmente, a permanente “imposição da problemática” do pesquisador sobre o sujeito pesquisado no momento da delimitação temática das questões e pelo desnível de comunicação entre ambos sujeitos da entrevista (entrevistador e entrevistado).

Essas premissas teóricas e orientações sobre a condução da pesquisa são elementos que, aliás, cada vez mais comuns a pesquisadores que se indagam para quem têm servido o

conhecimento produzido e acumulado por suas pesquisas e se esses conteúdos reforçam ou questionam as relações sociais e de hegemonia presentes na sociedade onde ela é desenvolvida (BRANDÃO, 1999). Essa concepção esteve muito presente nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, em pesquisadores que elaboraram formas metodológicas alternativas as concepções positivistas e buscavam colocar o conhecimento sistematizado pela ciência no mesmo patamar de importância do conhecimento popular produzido por trabalhadores da cidade e do campo, jovens, militantes e indivíduos que integram os movimentos sociais diversos.

Conhecendo melhor a distribuição dos tempos sociais da vida do operário através de seus próprios relatos nos permitiu oferecer um quadro geral empiricamente constatável em que situação concreta se desenvolve o lazer desses indivíduos, possibilitando um conhecer aprofundado dos fatores que incidem sobre a realidade dos trabalhadores para confrontar essa com a teoria elaborada no campo investigativo. O projeto de pesquisa foi apresentado e discutido coletivamente junto aos membros da atual diretoria do sindicato para possíveis modificações e contribuições gerais do grupo implicado na investigação. A partir desse espaço coletivo de elaboração geral dos procedimentos de pesquisa, as observações participantes, as informações coletadas e os levantamentos de dados compõem o quadro atual dos sujeitos envolvidos na problemática apresentada através de variadas técnicas de pesquisa, como entrevistas, observações participantes e fontes documentais que retratam experiências do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora ou de outras entidades sindicais brasileiras.

As entrevistas abordaram temas variados que envolveram a organização sindical, expectativas pessoais sobre o papel ideal da base de filiados em relação ao sindicato e percepções sobre a temática do lazer-educação. Foi realizado um levantamento de interesses com esses entrevistados, assim como de suas expectativas ideais em relação à forma como deveria ser a organização sindical, dos estágios de compreensão acerca das atuais campanhas políticas levadas a frente pela diretoria do sindicato e sugestões para a programação dos conteúdos culturais de lazer-educação, entre outros.

A pesquisa de campo foi realizada juntamente ao Sindicato dos Metalúrgicos, entidade que possui em sua base de representação aproximadamente 1300 trabalhadores distribuídos em três fábricas metalúrgicas de Pirapora (LIASA, MINASLIGAS e INONIBRÁS), além de pequenas empresas de reparação de veículos da própria cidade e de municípios vizinhos como Buritizeiro e Jequitaiá. Esse sindicato desfilou-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT) por divergências de ordem política na forma como a direção dessa central passou a conduzir a entidade após a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva ao poder central do país. Em 2004, no

Encontro Nacional Sindical realizado em Luziânia (DF) adere a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), agrupamento formado por diversos sindicatos nacionais que acumula forças para se tornar uma nova central sindical e popular de massas.

Como o interesse dessa pesquisa foi aprofundar os estudos sobre o modo como e em que condições de existência se manifesta o lazer dos operários metalúrgicos de Pirapora, realizamos entrevistas de profundidade com seis operários para levantar um conjunto de informações relacionadas a problemática investigada a partir de uma enquete operária baseada em THIOLENT (1981) e MARX (1880) para descobrir como ocorre o lazer na vida prática desses trabalhadores. Entrevistamos operários de vários perfis e que ocupam diferentes posições na divisão do trabalho e nos cargos na fábrica, membros e não-membros da diretoria do sindicato.

Por último, é importante ressaltar que analisar o lazer como uma problemática social implica trazer à tona os condicionamentos existentes em suas mais variadas formas de expressão na sociedade contemporânea, apesar da sua aparente neutralidade. Enquanto construção humana, o lazer é uma síntese de múltiplos interesses e necessidades das mais variadas dimensões, adquirindo características próprias de acordo com o momento histórico em que é gerado e do grau de desenvolvimento material atingido no momento de sua manifestação.

A pesquisa empírica, última etapa da investigação, sistematizou os dados levantados e, sem perder o nexo causal do trabalho, buscou confrontar as análises e hipóteses trabalhadas no decorrer do primeiro tópico, confrontando-as para deduzir se são válidas, fidedignas e se correspondem com a realidade dos indivíduos escolhidos nessa pesquisa. Dessa forma, o intuito desse tópico é descrever a realidade das relações entre os trabalhadores metalúrgicos e o lazer, assim como tecer mediações e desvelar determinações que perpassam nesse tempo.

Para cumprir com esses princípios e com o rigor científico exigido, foram estabelecidas como etapas metodológicas: 1) aproximação do pesquisador com os sujeitos envolvidos na pesquisa; 2) longo processo de observações participantes nos espaços onde operários do sindicato ou não estavam presentes, como porta de fábrica, espaços de lazer frequentados por operários, clube de fábrica, paralisações, reuniões da diretoria, festas e outros; 3) conhecimento da realidade social dos operários; e 4) sistematização das informações levantadas.

5. A formação econômica e social do Norte de Minas Gerais

Muito antes da descoberta do ouro em Minas Gerais, bandeirantes paulistas como Estevão Ribeiro Bayão Parente, Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho já haviam adentrado na área do Rio São Francisco para aprisionarem indígenas e vendê-los como escravos para trabalhar nas lavouras do litoral (RODRIGUES, 2000). Durante o período colonial brasileiro, D. João VI ordenou várias diligências a Minas Gerais em busca de metais preciosos e figuras importantes do poder na capitania de São Paulo deslocaram-se para empreender esse grande negócio.

No século XVII o sertão norte mineiro foi penetrado principalmente pela expansão da atividade açucareira. Nessa época existiam duas grandes propriedades fundiárias, a de Garcia Ávila (Casa da Torre) na margem esquerda do Rio São Francisco e a de Antonio Guedes de Brito (Casa da Ponte), na margem direita do rio. Bandeirantes como Antonio Figueira fundaram mais fazendas de criação de gado como a Olhos d'água (Bocaiúva), Formigas (Montes Claros) e Jahyba (Jaíba) ao custo de exterminar os índios Caiapós da região para prosseguir na marcha rumo ao “desenvolvimento” econômico da região, que fora dirigido para a atividade mineradora, principalmente a extração de ouro e diamantes das Gerais (RODRIGUES, p. 114, 2000).

A composição social dos habitantes do Norte de Minas nos séculos XVII e XVIII é basicamente o indígena - o habitante originário - o colonizador europeu invasor e o africano trazido para trabalhar como escravo. Segundo estudos, no vale do São Francisco em Minas Gerais existiram 22 etnias diferentes de povos indígenas, tanto originários da região quanto de outras áreas do país, fugidas da opressão do homem branco. Os intercâmbios entre esses povos podem ser observados ainda hoje, expressando-se nas sincréticas manifestações culturais tradicionais, como o Lundu, as Pastorinhas, o São Gonçalo e a Folia de Reis, que trazem as representações simbólicas dos povos indígenas e africanos, com uma forte influência católica, presentes na população das pequenas cidades ribeirinhas do rio São Francisco e nas comunidades de descendentes das tribos Xacriabás e comunidades quilombolas remanescentes de escravos.

No final do século XIX, a pecuária era a principal atividade econômica e as fazendas concentravam a maior parte dos trabalhadores nas áreas rurais, principalmente a atividade algodoeira (OLIVEIRA, 2000). Porém, esses setores econômicos funcionaram a base de uma organização arcaica tanto da organização da produção quanto das relações entre patrão e

empregados das fazendas (GERVAISE, 1975). O isolamento e as intempéries climáticas e geográficas do semi-árido, a alta concentração fundiária e o atraso econômico resultaram um desenvolvimento social fundado na dependência e na submissão aos coronéis/patrões para sobreviver nas áridas relações sociais do sertão. O modelo agrário exportador, a atrofia das forças produtivas e a formação de uma classe latifundiária com grande concentração de poder econômico, político e bélico são algumas das explicações para o surgimento de uma estrutura de poder de tipo “coronelistas” verticalizada, autoritária e opressora existente nessa região.

Essa marca está presente historicamente no desenvolvimento social dos trabalhadores e ainda permanece atuando na sua consciência, apesar das intensas transformações que ocorreram nas condições materiais de existência do povo sertanejo com o início do processo de industrialização. Área de transição entre o Sudeste e o Nordeste, os municípios que compõem o Norte de Minas Gerais têm semelhante perfil e indicadores socioeconômicos muito parecidos aos municípios do Nordeste do Brasil, apesar de encontrarem-se fisicamente na região Sudeste.

Seu desenvolvimento econômico recente deve-se essencialmente a iniciativa estatal de inserir no ano de 1959 as cidades do Norte de Minas Gerais na área de abrangência da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) - atual Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - que induziu o crescimento econômico da região com uma política de incentivos fiscais e a partir da criação de uma empresa pública para desenvolver particularmente o Vale do São Francisco: a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Para superar os entraves ligados a infraestrutura (energia, transporte e telecomunicações), o Estado investiu em grandes projetos de irrigação e as políticas de subvenções fiscais para a industrialização.

Composto por sete microrregiões, o Norte de Minas não possui o menor PIB do estado (4%), posto ocupado pelo Vale do Jequitinhonha e do Mucuri (2%). Por outro lado, as regiões mais industrializadas do estado, para efeito de comparação, são o Rio Doce (52,61%) e a Região Central (39,19%). No entanto, apesar do crescimento do PIB, a base simples da economia norte-mineira, o mercado incipiente, a integração produtiva e a pequena diversificação são fatores que explicam o subdesenvolvimento econômico da região, agravado pelas duras condições climáticas, características do semi-árido brasileiro (RODRIGUES, p. 142, 2000). O relativo crescimento econômico e a acumulação de capital convivem com altas taxas de pobreza, demonstrando que o crescimento capitalista ocorre na base de uma alta incidência de concentração de riqueza e um baixo poder aquisitivo da maior parte da população.

A empresa de fiação e tecelagem Cedro Cachoeira em Montes Claros inaugura o processo de industrialização no ano de 1880. Depois, a industrialização expande-se ao Norte de Minas Gerais para mais quatro municípios, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas, empresas que detêm uma estrutura produtiva voltada para fora. A produção têxtil, por exemplo, exporta para muitas regiões do mundo ao mesmo tempo em que ainda importam-se confecções para o consumo interno, assim como ocorre também na produção de cimento e metalurgia. Para não cair no desvio economicista, o trabalho de RODRIGUES (2000) nos evidencia que a formação econômica do sertão norte mineira gerou formas sociais e políticas particulares que possuem como características a dispersão espacial devido às altas taxas populacionais que ainda vivem nas áreas rurais e a histórica dependência dos latifundiários juntamente com a secular opressão dos coronéis aos trabalhadores rurais geraram e continuam a gerar certa passividade e a ausência de uma organização política classista. Podemos acrescentar ao quadro de possíveis fatos sociais que contribuem para a formação de comportamentos coletivos a ideologia religiosa muito forte no sertão norte mineiro.

Em síntese, a economia norte-mineira atualmente tem uma base produtiva mais diversificada, onde se combinam as técnicas de produção mais avançadas com estruturas tradicionais. O arcaico e o moderno coexistem. No entanto, as baixas condições de vida das populações que habitam nessa região demonstram que não há apropriação social do crescimento da economia na região, forma típica do desenvolvimento capitalista da periferia que provoca altas taxas de concentração de riquezas e uma profunda desigualdade social.

5.1 Pirapora: história, industrialização e características gerais

Incrustada no norte de Minas Gerais e na Região Mineira do Polígono das Secas, a cidade de Pirapora encontra-se na porção do Alto-Médio Rio São Francisco, território onde coexistem cinco tipos de coberturas vegetais, a saber, cerrado, cerradão, caatinga, matas secas e campo limpo (CARDOSO, 2000). O desenvolvimento histórico desse município é influenciado decisivamente pela relação que seus habitantes estabeleceram com o rio São Francisco e com a navegação já em 1911, fato que tornou a vila São Gonçalo das Tabocas em um importante centro comercial mesmo antes da chegada dos trilhos de ferro. Única via de comunicação entre a região Sudeste a Nordeste durante muitos anos, o início da navegação data de 1871, mas somente em 1902 foi que os vapores “Saldanha Marinho” e “Mata

Machado” iniciaram tráfego regular pela hidrovía do São Francisco (ALVARES DA SILVA et. al., 1999).

A empresa têxtil Cedro e Cachoeira construiu um armazém de estocagem de algodão e um posto de venda de tecidos na vila São Gonçalo das Tabocas em 1894. É o início da industrialização desse município e sua emancipação política, que passa a ter *status* de cidade, desvinculando-se do município de Curvelo e denominando-se Pirapora, que na linguagem cariri significa “salto do peixe”, nome atribuído por causa do período onde os peixes sobem o rio para se reproduzirem, popularmente chamado de Piracema, saltando as cachoeiras existentes nesse trecho.

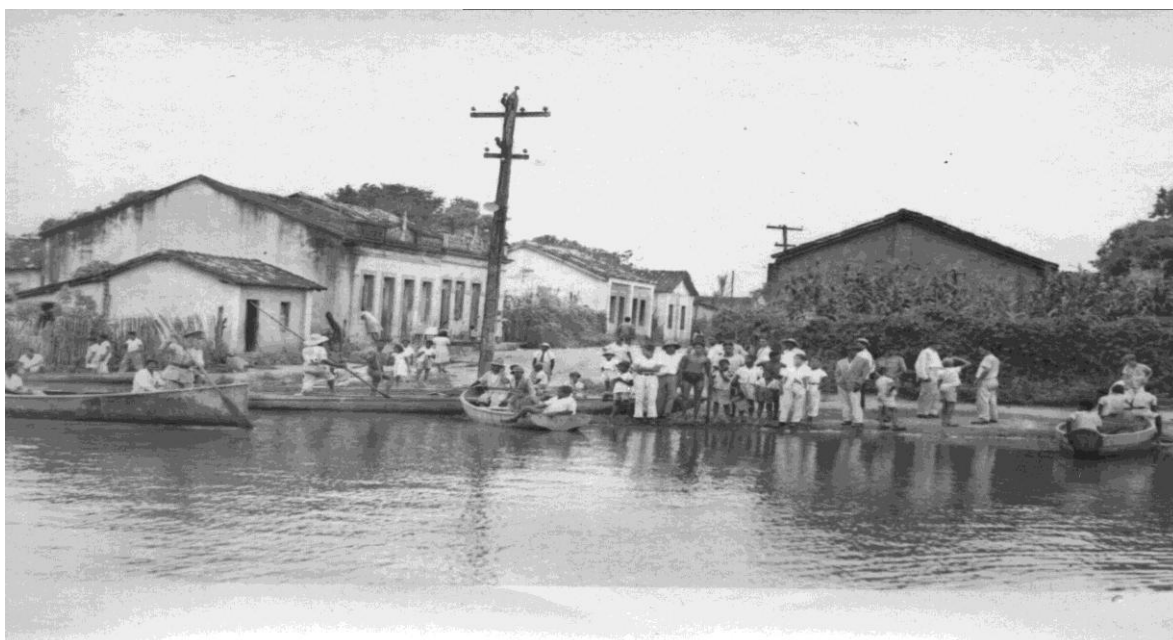


Ilustração 2. Foto da década de 1920 de Pirapora. Fonte: CD-ROM Piraporé.

Desde o período colonial havia planos da Corte portuguesa ligar o Rio de Janeiro a Belém do Pará. Esse projeto se concretizou somente no ano de 1922, quando os trilhos da ponte Marechal Hermes atravessaram o rio São Francisco, ligando o porto a estação e funcionando praticamente como o único meio de transporte de passageiros e de carga pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Em 1950, Pirapora contava com os Distritos de Buritizeiro, Guaicuí, Lassance e Várzea da Palma e com uma população de 30.000 habitantes.

Como pólo de desenvolvimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

(SUDENE) impulsionado pela onda nacionalista desempenhada pelo regime militar, as principais indústrias instaladas em Pirapora durante o processo de industrialização desse município se desencadeou em 1972, com a chegada da indústria Ligas de Alumínio Sociedade Anônima (LIASA S.A.), do grupo PATRUS, que foi fundada como produtora de ligas de alumínio, mas que logo em seguida do registro do nome resolve mudar a estratégia para produção de silício metálico, inoculantes e ligas de ferro. Em 1979 veio a Velonorte S.A. coligada com a Companhia Têxtil de Cachoeiras de Macacos e em 1982 vem para Pirapora a Companhia Ferroligas de Minas Gerais (MINASLIGAS) do grupo Delp., dedicada à indústria e comércio de ferro silício, cromo e manganês.



Ilustração 3. Fotografia de Pirapora da década de 1920. Fonte: CD-ROM Piraporé.

No ano seguinte, em 1983, instala-se a empresa nipo-brasileira Inoculantes e Ferro Ligas Nipo-Brasileiros S.A. (INONIBRÁS) do grupo Ozaka Special Alloy Co., que produz e comercializa inoculantes, nodulizantes, ferro ligas e peças fundidas. A Companhia Fiação e Tecidos Cedronorte implantou-se em 1984 e a seguir veio a Companhia Itacolomy de Cervejas, do grupo Antarctica, que foi desativada em 1998. Para RODRIGUES (2000), Pirapora sofreu com a diminuição intensa dos investimentos estatais desde os anos de 1980 que teve como consequência um processo de desindustrialização, principalmente com o

fechamento da fábrica de cervejas da Antarctica e o fim de aproximadamente 1000 postos de trabalho. Nesse sentido, a economia do município gira em torno do setor industrial, principalmente têxtil e metalúrgico, comércio e o setor agropecuário, com os projetos de irrigação e a pecuária de corte.

O município atualmente conta com 51.636 mil habitantes distribuídos numa área de 575 quilômetros quadrados. Com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), cerca de 30% desse número, totalizando aproximadamente 16.361 vivem com até três salários mínimos. Enquanto apenas 333 pessoas conseguem receber mais de 20 salários mínimos, aproximadamente 18.630 pessoas vivem sem rendimento por estarem desempregadas. Aproximadamente 21.371 pessoas possuem alguma espécie de rendimento e destes 12.107 são homens e possuem uma renda média de R\$ 563,99 e 9.264 são mulheres que possuem uma renda média individual de R\$ 333,01.



Ilustração 4. Vista aérea da cidade de Pirapora, Norte de Minas Gerais. Fonte: Disponível em <<http://www.velhochiconline.com>> Acesso em 08/04/2009.

5.2 A formação do proletariado e da classe operária fabril piraporense

A formação concreta da classe operária de Pirapora tem uma estreita relação com o desenvolvimento econômico e o processo de industrialização dessa cidade, mas também das suas configurações naturais como seu rico subsolo e a presença do rio São Francisco. Em virtude desse rio e pela relativa simplicidade para ingressar na atividade, sempre houve um grande número de pescadores artesanais e constituíram e constituem a maioria numérica do proletariado barranqueiro que, na verdade, são também trabalhadores rurais e vazanteiros. Esses trabalhadores são “representados” pela Colônia de Pescadores Z-01 de Pirapora, superestrutura construída pelo Estado para representar pescadores que, ao mesmo tempo, arregimentava os trabalhadores do rio para serem reservistas da marinha brasileira. Seu caráter jurídico foi modificado na Constituição Federal de 1988, que passaram a ter um caráter de representação sindical dessa categoria.

A organização da classe operária fabril, segundo ALVARES DA SILVA, et.al.(1999), sempre esteve ligada a igreja católica e remonta a fundação da Sociedade Beneficente União Operária em 13 de junho de 1913 composta por pedreiros, carpinteiros e pintores e dirigida pelos católicos. Com a aprovação do Arcebispo da Igreja de Diamantina, dom Joaquim Silvério, os estatutos foram alterados, transformando a sociedade operária em movimento orgânico a igreja e modificou o nome da entidade para União Operária São José em maio de 1923, 10 anos após sua fundação. Pirapora teve também um Círculo Operário em 1947 que foi fundado por iniciativa de frei Afonso Mure e de Antonio Cândido de Oliveira, transformado depois em Círculo de Trabalhadores Cristãos.

A forma de organização da classe operária do município surge na forma sindical com a criação em 1935 do Sindicato dos Fluviários, que naquele momento representava os trabalhadores da navegação do rio São Francisco, a maior categoria de trabalhadores existentes em Pirapora na época e que dois anos mais tarde perderia a legalidade de funcionar sob a ditadura de Getúlio Vargas. A primeira greve que dirigiu foi em 1935, mesmo ano de sua fundação, quando mobilizou sua base para reivindicar a derrubada do então diretor da navegação mineira, Saint-Clair Valadares Junior, conseguindo com êxito o objetivo reivindicado, pago com o preço de prisões e repressão aos líderes do movimento.

Depois de dois anos da re-fundação do Sindicato dos Fluviários, em 1960, houve uma greve de 106 dias para lutar que um acordo salarial fosse cumprido. Ainda antes de 1964 surgiram duas iniciativas de construir organizações sindicais de trabalhadores em Pirapora,

mas que não conseguiram êxito: a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e a Legião dos Camponeses do Vale do São Francisco. Depois de 1964 com o golpe de Estado e a instauração de um regime militar no Brasil as limitadas liberdades democráticas de organização política foram sufocadas e deram origem a um hiato de 20 anos onde os trabalhadores piraporenses não puderam construir seus organismos de poder político e econômico (ALVARES DA SILVA et.al., 1999).

Somente no processo de redemocratização do país é que as organizações políticas dos trabalhadores voltaram a atuar em Pirapora, principalmente pelo revigoramento da classe operária com o processo de formação de um proletariado industrial. Dos 876 trabalhadores que compunham a classe operária de Pirapora em 1968, 740 eram trabalhadores da navegação. No entanto, com a instalação das fábricas têxteis e metalúrgicas e a intensificação da industrialização em Pirapora a classe operária se expande e fornece as condições objetivas para a criação de um sindicato fabril. A fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora tem sua fundação em 1982, depois de se organizar na Associação dos Metalúrgicos fundada em 1979.



Ilustração 5. Sede social do Círculo Operário de Pirapora, década de 1940. Fonte: CD-Rom Piraporé

A classe operária piraporenses atual, segundo o IBGE (2000), é composta por 4075 trabalhadores e é aproximadamente 8% da população em geral, onde a maior parte está no setor têxtil e aproximadamente 1000 trabalhadores no setor metalúrgico, divididos em três empresas.

6. O perfil da política de lazer para os trabalhadores em Pirapora

*“Um lugar onde só tinham como atração, o bar e o candomblé pra se tomar a benção.
Esse é o palco da história que por mim será contada. Um homem na estrada”.*

Racionais Mc's

“A importância dada ao lazer e ao esporte sempre foi marca registrada dos piraporenses”. Essa sentença veiculada no sítio institucional da prefeitura municipal de Pirapora demonstra que há uma intencionalidade na gestão pública em afirmar a importância política do lazer e do turismo. O significado prático atribuído pelo poder público municipal a essa importância é buscar explorar economicamente a vocação turística natural do município pela presença do Rio São Francisco e consagrar as festas populares do calendário regular como eixos centrais da política pública municipal de lazer, como a Festa do Sol, Carnaval, Micareta, Encontro Nacional de Motociclistas e Festa Junina; eventos esportivos como Etapas do Campeonato Nacional de Bicicross e de Motocross, campeonatos de futebol dos municípios, torneios esportivos regionais e de diversas modalidades. É bem verdade também que alguns desses eventos não são realizados há muitos anos.



Ilustração 6. Barco movido a vapor chamado Benjamin Guimarães. Foto: João Zinclar

A política específica de lazer proposta pela prefeitura são os passeios pelos espaços e equipamentos de lazer ligados ao patrimônio cultural e natural da cidade, como os passeios no rio São Francisco no vapor Benjamin Guimarães, visitas a ponte Marechal Hermes, visita aos

carranqueiros e às cachoeiras da região. Ainda no rio, os torneios de pesca amadora, as pescarias e as modalidades de turismo de aventura são bastante frequentes. A orla é uma atração das mais populares, assim como o banho no Balneário das Duchas e na praia são opções bem difundidas no cardápio oferecido pelo município.



Ilustração 7. Carranqueira da Associação dos Artesãos de Pirapora. Foto: João Zinclar.



Ilustração 8 . Balneário das Duchas, Rio São Francisco, umas das principais atrações de locais de lazer da população de Pirapora. Foto: José Andrade.

O lazer esportivo conta com um número grande de espaços públicos um tanto precários para a prática e trata-se da modalidade mais acessível a população, seguindo a tendência brasileira em geral. Além dos esportes tradicionais de quadra (vôlei, basquete, handebol e

futsal) e o futebol de campo, há uma modalidade esportiva muito difundida no município que é o jogo de peteca, universalmente jogado nas muitas quadras específicas existentes na cidade para essa prática. Existem alguns clubes recreativos na cidade e os principais são os clubes sociais das empresas (CEL - Liasa, GREMIL - Minasligas, Cedro Norte Cachoeira e outros), um clube privado chamado Piracam e o clube do Sesi Minas de Pirapora. Em todos, com algumas pequenas diferenças, reproduzem a mesma estrutura para interesses físicos esportivos, como quadras e piscinas, bar para o consumo de bebidas e pouca infraestrutura para programações artístico-culturais.

Os bares, casas noturnas e restaurantes são espaços muito freqüentados, principalmente os localizados na orla da avenida Salmeron, onde há uma série de quiosques freqüentados por



Ilustração 9. Quiosques da Avenida Salmeron, na margem do Rio São Francisco, Pirapora/MG. Foto: José de Andrade

turistas e por moradores de praticamente toda a cidade e que têm como atrativo a vista do rio São Francisco. Um fenômeno que ocorre em grande parte das cidades do interior e que é marcante em Pirapora é o grande número de carros com equipamento de som de grande potência estacionar nas calçadas próximas aos bares para abrir o porta-malas e ligar o volume da música muito alto. Apesar das proibições, a poluição sonora continua sendo um problema que continua a ocorrer muito, principalmente na orla onde se encontram localizados os principais bares da cidade.

O desenvolvimento do lazer em Pirapora não oferece alternativas diversificadas como aquelas mais relacionadas aos interesses artísticos. Na verdade, eventos dessa natureza são promovidos com pouca freqüência e não há equipamentos específicos de lazer como cinema,

teatro e poucos espaços existem para apresentações musicais diversificadas. Atualmente, o único teatro, apesar de minúsculo, se encontra nas dependências do SESI, mas é mais utilizado por atividades escolares do que para a promoção de espetáculos teatrais ou musicais. Na década de 1960 e 1970 esses espaços eram mais comuns e Pirapora contou durante anos com um cinema na cidade, como ilustrado na foto abaixo.



Ilustração 10. Cine Paculdino de Pirapora, década de 1970. Fonte: CD-ROM Piraporé.

A forte influência da religiosidade no calendário das festas e manifestações da cultura popular barranqueira, juntamente às raízes sincréticas africanas, indígenas e européias do povo do norte de Minas Gerais, continua a se expressar com muita força na identidade cultural do piraporense. O Lundu, o São Gonçalo, as Pastorinhas e a Folia de Reis continuam preservados na tradição pela transmissão do conhecimento pelas gerações através da manutenção de diversos grupos folclóricos e para-folclóricos existentes em todo o alto-médio São Francisco, inclusive em Pirapora (ÁLVARES DA SILVA et. al., 1999). A cultura criada pela relação do homem/mulher de Pirapora com o rio é muito diversificada e possui uma dimensão simbólica muito enraizada na história desse município, revelando traços essenciais da formação histórico social desse povo.



Ilustração 11. Grupo Folclórico Santa Cruz, de Pirapora. Fonte: CD-ROM Piraporé.

Outro espaço de lazer para a população em geral de Pirapora é a feira popular que acontece todas as sextas-feiras na Praça dos Cariris, centro da cidade. Essa tradicional feira reúne principalmente barraqueiros que comercializam comidas típicas, bebidas e artesanatos da região e sempre conta com a apresentação de músicos piraporenses. Além disso, esse evento permanente acompanha o calendário mais geral de festas e se modifica de acordo com as datas e os feriados, como Carnaval, Festa Junina e outras.

Dentro de uma análise mais geral do lazer em Pirapora, podemos afirmar que há uma concentração sobre a prática esportiva e, mesmo dentro dessa, há disparidades no acesso a melhores equipamentos de lazer à medida que o local de moradia se afaste do centro. Os investimentos públicos municipais no lazer de Pirapora são pequenos e concentrados nos eixos principais da política pública, ou seja, na execução de eventos como carnaval e micaretas e a construção de espaços esportivos como quadras e ginásios. Portanto, a execução de uma política de lazer mais diversificada e abrangente é impossível sem uma mudança radical no rumo da gestão pública.

A perspectiva desenvolvida hegemonicamente é a voltada ao mercado, quer dizer, a busca é a eficiência na promoção de uma indústria cultural local para reforçar prioritariamente a cultura de massa (principalmente os eventos de carnaval e micaretas, sendo o “axé music” o

motor), onde a gestão desses eventos é terceirizada a empresas promotoras perdendo, assim, a possibilidade de execução de algum projeto político pedagógico alternativo a cultura de massa presente nesses eventos.

Essa forma de executar a política pública de lazer tem uma consequência imediata à população em geral, principalmente a classe trabalhadora e ao povo pobre das periferias e das áreas rurais, que é a ausência de espaços e acesso as alternativas de lazer diversificadas e descentralizadas. Na verdade, com algumas pequenas diferenças conjunturais, essa forma de administrar o lazer é histórica nos municípios pequenos do interior, principalmente nas regiões menos desenvolvidas como o norte de Minas Gerais. A implicação é a obrigatoriedade compulsória ao repertório esportes, televisão, bar e igreja e um distanciamento inclusive das alternativas mais interessantes existentes na cidade, como os passeios a bordo no Benjamin Guimarães ou os eventos pagos que ocorrem esporadicamente no município para turistas.

7. Alguns aspectos do modo de vida do operário metalúrgico em Pirapora

7.1 O tempo de trabalho e a produção dos metalúrgicos

Os trabalhadores metalúrgicos de Pirapora produzem principalmente ligas de ferro e silício metálico, matéria prima utilizada em mais de 3000 produtos, de pasta de dente a naves espaciais e até nos sofisticados “*micro chips*” de computadores de última geração. De modo semelhante, as três empresas produzem variedades de ferro silício, silício metálico e inoculantes e, nesse sentido, a organização da produção e seu funcionamento ocorrem de modo semelhante também³⁹.

Nenhum dos entrevistados afirmou taxativamente que não gostava do trabalho que fazia. Nem por isso, no entanto, os descontentamentos com o trabalho foram menores. A contradição existente entre o gostar do trabalho que faz e a insatisfação com a forma como

³⁹ “O Silício Metálico é empregado basicamente na fabricação de ligas de alumínio para fundição, utilizadas nas indústrias automobilísticas, aeronáuticas, etc. Na indústria química o Silício Metálico é utilizado na fabricação de inúmeras resinas, silicones e lubrificantes. É ainda utilizado na produção de silício de altíssima pureza para componentes eletrônicos usados em campos de tecnologia avançada como a computação, a comunicação espacial, os sistemas de defesa, geradores foto-voltáicos, etc.” Disponível em <www.minasligas.com.br> Acessado em 23/03/2009.



Ilustração 12. Fábrica metalúrgica Ligas de Alumínio S/A – LIASA, Pirapora/MG. Foto: José Andrade



Ilustração 13. Fábrica metalúrgica Cia. Ferro Ligas de Minas Gerais – MINASLIGAS, Pirapora/MG. Foto: José Andrade



Ilustração 14. Fábrica metalúrgica Inoculantes Ferro Ligas Nipo Brasileiros - INONIBRÁS, Pirapora/MG. Foto: José Andrade

exerce o trabalho esteve presente nos relatos de todos os entrevistados, sem exceção.

As críticas ao trabalho surgiram sempre em contextos específicos, como: “não quero mais trabalhar em metalúrgica porque não posso mais fazer o que eu fazia por causa da perda de uma falange do dedo num acidente de trabalho”; “me desenvolvi bem com as máquinas, mas depois que me transferiram de setor, pra empurrar carrinho, não gostei mais não” e “o futuro de quem trabalha a vida toda com a marreta na britagem é uma hérnia de disco e ganhar pouco”. Outro modo de manifestar essa indignação foi também em não desejar que seus(uas) filhos(as) trabalhassem em empresas metalúrgicas, opinião de três entrevistados, sendo que dois deles afirmaram não ter problemas com essa escolha e o outro relutou, mas respondeu evasivamente, deixando a escolha para a decisão futura dos próprios filhos.

A produção descrita pelos trabalhadores entrevistados nos permite dizer que o processo produtivo é organizado, esquematicamente, inicialmente pelo setor de matéria prima, que recebe e fragmenta o quartzo, material advindo de jazida natural, seleciona com base na análise do controle de qualidade estipulado pela direção da empresa e armazena nos silos. De acordo com a demanda dos clientes, esse material é levado aos fornos elétricos pela pá carregadeira para ser fundido e “vira larva de vulcão”, como relatou um dos entrevistados. Descreveu ainda que a fusão do quartzo com outros materiais, como amatita, carvão vegetal e kaleba é despejado nas ligoteiras, “formas” com capacidade para armazenar 20.000 mil litros de metal fundido, solidificando-se para depois ser quebrado novamente, de acordo com as medidas especificadas pelos clientes, transportados e vendidos em “bags”, malas contendo 1000 quilos do material solicitado.

Segundo informações dos entrevistados, a produção diária aproximada da LIASA girava em torno de 190 toneladas em aproximadamente 24 rodadas por dia, ininterruptamente. Na INONIBRÁS são nove corridas diárias (três corridas por turno), com uma produção diária de 14 a 15 toneladas por dia de semana e 18 a 19 toneladas dia por fim de semana. No caso da MINASLIGAS, a produção é de aproximadamente 70 toneladas por dia.

O “bag” com 1000 quilos custa em torno de R\$ 3.500,00 e a lucratividade das empresas nunca foi divulgada aos trabalhadores. No entanto, segundo o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI, 2008), a LIASA S/A faturou R\$ 191,2 milhões de reais em 2005. Segundo relatos, os operários conhecem os consumidores dos produtos dos quais se encarregam de produzir. Toda a produção da INONIBRÁS é voltada para a exportação, principalmente ao Japão, para uma empresa de propriedade do mesmo grupo dirigente da INONIBRÁS no Brasil, que compra toda a sua produção para abastecer a própria matriz japonesa. No caso da MINASLIGAS fornece principalmente para a ACESITA e a LIASA

(maior produtora de silício metálico da América Latina) tem também a sua produção voltada para o mercado externo, principalmente Japão e União Européia.

Todos os entrevistados, mesmo os mais resistentes a idéia, afirmaram a capacidade dos trabalhadores em controlarem a produção sem os patrões. Obviamente que, com diferenças profundas entre as compreensões a respeito dessa hipótese abstrata que levantamos nos roteiros das questões, os entrevistados afirmaram que esse controle já acontece na prática, ou seja, os operários entrevistados afirmaram acreditar que o conhecimento empírico sobre seu trabalho é capaz de controlar a produção sem a direção imediata do corpo técnico e, inclusive, do proprietário da fábrica, reconhecendo que haveriam dificuldades somente no processo de comercialização aos clientes e consumidores do produto produzido.

A jornada de trabalho do operário metalúrgico de Pirapora durante muito tempo foi de 6 horas em turnos variáveis, sistema de rodízios de horários que funcionava alternando uma semana no período diurno e a outra no período noturno. A partir de 1998 a jornada passou a ser de oito horas e o turno foi fixado, obrigando o trabalhador metalúrgico desde então a cumprir a sua jornada em um período único. Um dos operários entrevistados afirmou que trabalhou durante dois anos no mesmo turno que iniciava às 24 horas e finalizava às 08 horas da manhã.



Ilustração 15. Entrada dos trabalhadores do setor de produção de uma das fábricas metalúrgicas de Pirapora/MG. Foto: José de Andrade.

O turno dos operários da produção é diferente dos que trabalham no setor administrativo. O primeiro trabalha seis dias diretos e folga dois, sem serem necessariamente fins de semana e o segundo é de segunda a sexta feira, das 08 às 18 horas, com folgas regulares sempre aos sábados e domingos. O aumento do turno veio acompanhado de outras

modificações na organização do trabalho na fábrica que impactaram profundamente o tempo de folga e conseqüentemente também o de lazer dos metalúrgicos. O fim da folga de 80 horas que permitia ao trabalhador planejar uma possível viagem curta, a implementação das horas extras não mais como um mecanismo extraordinário, mas ordinariamente utilizado e o banco de horas opcional, esse último existente na LIASA S/A e MINASLIGAS por enquanto, foram modificações destacadas e muito sentidas pelos metalúrgicos entrevistados.

O banco de horas para um dos entrevistados foi bom por permitir tempo disponível em dias da semana para que o mesmo resolva pendências particulares, como afazeres bancários, por exemplo, apesar de reconhecer que não acha certo que essas horas pagas com folgas não incidam na contagem de tempo para a aposentadoria e nem sejam remuneradas, como nas horas extras.

Importante ressaltar como se expressa as relações entre capital e trabalho na concretude da realidade dos operários metalúrgicos no interior das empresas de Pirapora. Há um grande número de relatos de operários que sofrem com assédio moral e a direção da empresa mantém um verdadeiro estado de sítio dentro das suas dependências. É permanente a perseguição aos trabalhadores filiados ao sindicato e as ameaças de demissões àqueles que se interessam em aproximar-se da sua entidade sindical. Muitas vezes a direção das empresas não permite que os trabalhadores parem nas portarias para ouvirem os dirigentes sindicais, outras vezes os ônibus não abrem as portas impedindo a descida dos operários para pegar o boletim e outras ainda chamam a polícia para intimidar a ação sindical. Dentro e fora da empresa, a perseguição, o desemprego e o assédio moral desmobilizam a classe permanentemente e revoluciona constantemente a forma de organizar a produção em função de extrair a máxima mais valia, para obter sempre a maior lucratividade.

7.2 O lazer dos operários no tempo disponível

Os trabalhadores metalúrgicos em geral possuem pouco tempo disponível após o cumprimento da jornada de trabalho, de estudo, para alguns, obrigações sociais, políticas e religiosas. Os entrevistados, quando perguntados como ocupavam o tempo disponível livre das obrigações, a maior parte responderam que o tempo era muito curto para se fazer o que gostariam de fazer para seu desenvolvimento pessoal nesse campo. O tempo destinado para dispor de si mesmo para fazer aquilo que tem vontade é muito pequeno e quando há tempo, o

cansaço e as limitações financeiras desfavorecem as possibilidades de vivenciar experiências diversificadas de lazer.

Quando perguntados se existia lazer em Pirapora, todos os entrevistados ressaltaram a existência de poucas alternativas e a ausência de possibilidades diversificadas oferecidas pelo município. Entre as poucas alternativas, o Rio São Francisco apareceu como o principal espaço de lazer onde os operários entrevistados costumam frequentar sempre que podem e dispõem de tempo, seja para pescar, nadar ou somente para passear na orla ou fazer uma caminhada. Tanto que alguns operários possuem barco, pescam nos horários livres e mantêm até rancho (ponto de pesca) na barranca do São Francisco.

Segundo um dos entrevistados, faltam opções artísticas e culturais e a instalação de alguns equipamentos de lazer, como cinema e teatro. Destaca também algumas dificuldades em usufruir plenamente os espaços e ofertas de lazer já existentes:

“O que tem é muito rotineiro. O que tem é a feirinha de sexta-feira, que não pode ficar até tarde porque não tem carro e, para ter carro, precisa se enforçar em dívidas (...). Quando não tô na casa da minha mãe, ou na casa da minha sogra, eu tô andando de bicicleta com a minha família. (Peter, operário da Minasligas).

“Lazer, Pirapora não tem nada. Dou uma volta assim, mas nem paro. Tem a feirinha aí, mas é muito difícil de eu ir lá. (...) frequento lá a missa na igreja católica” (Josef, operário da Minasligas).

“Muita coisa. Gostaria de estar me aperfeiçoando na informática, curso de inglês, mas é muito corrido, a vida da gente é muito corrida, estudando, tem o trabalho, tem a família que precisa dar atenção. Existe lazer em Pirapora, mas pouco. Tem alguns clubes, como o GREMIL (Grêmio Recreativo da Minasligas), que a gente marca futebol toda semana” (Johnnatan, operário da Inonibrás).

Em termos de vivências de lazer, um conteúdo muito presente nas entrevistas dos operários foi a prática do futebol, demonstrando o quanto este esporte está enraizado na cultura operária e o poder de integração que possui. Com exceção de um entrevistado, que colocou essa prática numa escala secundária de importância, os demais operários afirmaram em seus relatos “jogar futebol” como a principal atividade de lazer no tempo disponível, seja nos clubes das fábricas, seja em campos de várzea ou ginásios poliesportivos espalhados pelos clubes e áreas públicas.

7.3 Sobre os clubes das fábricas metalúrgicas de Pirapora e o lazer dos operários

Cada uma das três empresas metalúrgicas possui seus clubes esportivos e recreativos. O Centro Esportivo Liasa (CEL), o Grêmio Recreativo da Minasligas (GREMIL) e Associação e Clube Esportivo dos Funcionários da INONIBRÁS (ACEFI) são todos financiados pelos trabalhadores. No caso da ACEFI, toda a gestão política, financeira e do patrimônio é exercida pelos trabalhadores que elegem diretores da associação, mas, segundo um dos entrevistados, não há muito interesse por parte dos trabalhadores em assumir a direção do clube, menor ainda é o interesse da direção da empresa em investir em benefícios sociais para seus funcionários. Cada trabalhador contribui mensalmente com R\$ 8,00 descontados na folha e o operário em questão não frequenta esse clube por causa da infraestrutura precária e pela possibilidade que tem de frequentar o GREMIL que, segundo ele, é mais estruturado e melhor para passear com a família.



Ilustração 16. Time de futebol prestes a jogar contra o time do sindicato no Centro Esportivo da LIASA. Foto: José de Andrade

As opiniões sobre os clubes de fábrica se dividem. Os operários mais ligados ao sindicato relataram que não gostam de frequentar os clubes das fábricas por se sentirem constrangidos pela presença de chefes e encarregados que também frequentam. Um de nossos entrevistados em seu relato conta que até gostava de frequentar o GREMIL para jogar futebol, mas parou de ir porque estava sentindo desconfortável na presença de chefes que o

perseguiam dentro da empresa. Essa opinião é compartilhada por outro entrevistado membro da diretoria que não acha apropriado conviver a semana toda sob as rígidas ordens de chefes e encarregados que exploram o operário e aos finais de semana ainda ter que ver essas mesmas pessoas. Segundo suas próprias palavras, o clube de sua fábrica é:

“(...) é um campo de futebol e um botequinho pra tomar cerveja. O povo gosta de ‘bater uma bola’ e depois ir lá tomar uma cervejinha. Mas, os funcionários das empresas em si não gostam de ir ao clube, só vão porque não têm outra opção. Porque no clube da fábrica normalmente os trabalhadores, hoje, são muito explorados, essa é a grande verdade. Então, por exemplo, você sai e tá de folga e você vai lá no clube da fábrica. Beleza. Aí, quando você pensa que não, chega aquele chefe que te explora o tempo todo, o dia inteiro, o mês inteiro, o ano inteiro, que te explora, que te suga, que te enche o saco, que te dá ‘balão’, que você não mata ele porque não pode, mas dá vontade de dar uns ‘tabefes’ nele, pensa que não, o cara tá lá no clube também, porque é da empresa. Então, você perde toda a liberdade. Agora, se você tivesse em outro lugar, tranquilo, só com seus companheiros ali, ‘batendo papo’, ‘batendo um pagode’ ali, aquilo ali que é bom de lazer. Agora, clube da fábrica, normalmente a pessoa não tem a liberdade de ficar à vontade (...)” (Orlando Silva, operário da LIASA).

“Empresário é empresário, e povão é povão, né? Empresário de um lado, trabalhador do outro. Então, não adianta querer misturar que não dá certo. Então, muitas vezes ela promove festa lá (no clube da empresa), aí contrata banda e tal. Mas você não pode ir com a família, só você. Muita gente não vai. É um absurdo, mas a empresa faz isso com a gente (...). Então, eu, por exemplo, prefiro mil vezes ir pra beira do rio, no boteco, tomar uma cervejinha lá com meus companheiros do que ir no clube da fábrica. (Batista Orleans, operário da LIASA).

Por outro lado, dois de nossos entrevistados não expuseram suas opiniões dessa forma, criticando apenas dificuldades relacionadas a estrutura dos clubes e as limitadas opções de lazer que são oferecidas, mas dentro de uma perspectiva mais prática e não mencionam em nenhum momento a falta de liberdade colocada pelos operários ligados ao sindicato. Um deles comenta que a fábrica onde trabalha não tem o menor interesse em investir nessa área e por isso frequenta o clube de outra empresa porque esse possui uma estrutura melhor que o da empresa em que trabalha oferece. Frequenta o clube sempre convidado pelos parentes, que são afiliados.

A estrutura geral desses clubes, com diferenças qualitativas de um para outro, reproduz

o esquema bar, quadra poliesportiva e/ou campo de futebol e no máximo piscina. Possui uma animação sociocultural esporádica, com atividades organizadas em datas tradicionais como o “Dia do Trabalhador”, “Dia das Crianças”, “Festas Juninas”, “Colônias de Férias” e “Festa de Fim de Ano”, quando há sempre uma confraternização onde a empresa dá brindes e oferece alguns ‘comes e bebes’. Por último, importante destacar que há os clubes de fábricas que são sustentados financeiramente pelos trabalhadores e que a adesão numérica é grande. Em uma empresa, no caso, a INONIBRÁS, o clube é dirigido por uma associação dos funcionários independentemente dos patrões, que administra também a estrutura patrimonial através da direção dessa associação. Nas outras duas fábricas, os trabalhadores pagam uma taxa mensal de administração que é descontada de seus salários, mas a organização e a propriedade do patrimônio são da empresa.

Apesar do reduzido tempo disponível, os operários entrevistados quando perguntados se dispusessem de mais tempo disponível o que fariam, as respostas giraram em torno de estudos e viajar. O interesse por conhecimento existe e se manifestou tanto nos operários que cursam graduação universitária por estudos complementares (fazer pós-graduação em cursos de sua área) como naqueles que cursaram o nível técnico por estudos complementares universitários. Mas são impedidos por diversos fatores para além da falta de tempo, como a baixa remuneração e as poucas alternativas de estudo que o município oferece foram fatores apontados como dificuldades.

Os interesses turísticos em viajar foram estiveram presentes na maioria dos relatos sobre a fruição do tempo disponível, mas são também as que encontram mais dificuldades para se realizarem na vida dos operários entrevistados. A questão do custo do transporte, seja para pagar passagens terrestres ou aéreas, ou mesmo o alto valor de um automóvel e o baixo salário do metalúrgico foram as razões alegadas porque conseguem realizar pouco esse desejo. Pouco tempo e pouco dinheiro trazem o incômodo de realizar mirabolantes planejamentos econômicos e temporais para conseguir viajar poucas vezes ao ano, quando isso é possível.

7.4 Sobre o sindicato e o lazer no sindicato

Apesar das divergências existentes, a compreensão comum dos entrevistados define o sindicato como uma ferramenta necessária para defender os direitos dos trabalhadores. Essa

compreensão geral da função social da entidade classista, no entanto, está longe de dirimir as diferenças sobre como se deve ser a atuação do sindicato nas questões econômicas cotidianas.



Ilustração 17. Participação de representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora em manifestação contra as reformas. Foto: Acervo do sindicato.

Dois motivos diferentes foram utilizados para justificar o fato de alguns dos entrevistados não serem filiados: um porque a empresa vê com desconfiança e persegue quem é sindicalizado e, pela necessidade do emprego, resolveu não se filiar e outro que não se filiou por não concordar com a forma de atuação da diretoria do sindicato e por essa não ter uma “política eficiente”. Os críticos do sindicato colocaram como principal problemática a forma supostamente agressiva dos diretores em sua atuação sindical cotidiana. Segundo eles, o sindicato perde a credibilidade, está distante da base e não sabe dialogar com os patrões, o que tem ocasionado derrotas nas campanhas salariais.

“O sindicato pra mim é uma necessidade do trabalhador. O trabalhador necessita da existência de um sindicato. Ainda que ele não seja eficiente, que não tenha uma política eficiente. Mas, o trabalhador necessita da existência dele, porque o empresário como controlador da única coisa que tem o trabalhador, que é a mão-de-obra dele, se deixar, ele faz do trabalhador um escravo”. (Richard, operário do setor administrativo da LIASA).

“(…) não sou filiado ao sindicato porque nunca ninguém me procurou, (…) nunca me propôs uma política eficiente” (Richard, operário do setor administrativo da LIASA).

“Ter um sindicato é muito bom, e o papel dele é tá tratando os nossos interesses com o nosso patrão e tá lutando pela classe. Porém, hoje eu

vejo que em Pirapora, (...) são pessoas despreparadas. (...) aqui eles são muito brigões, poderiam dialogar mais (...)” (Johnnatan, operário da Inonibrás).

“(...) eu não sou contra o sindicato não, só não sou filiado porque a Inonibrás ela, eles não admitem isso, mas ela parece que tem medo de que as pessoas filiar e querer entrar lá dentro, da diretoria. Tem caso lá que a pessoa filiou e no outro dia ela foi demitida” (Johnnatan, operário da Inonibrás).



Ilustração 18. Momentos de confraternização entre diretores do sindicato e festa na sede social do sindicato. Foto: Acervo do sindicato.

Para justificar essa crítica, avalia que a última campanha salarial não foi fechada e a empresa adiantou um reajuste abaixo do que a categoria reivindicava e simplesmente não houve convenção coletiva, prejudicando o acordo coletivo do ano seguinte. Conseqüentes com essas críticas consideram o boletim do sindicato “Boca de Forno”, em particular a coluna de denúncias “Boca Maldita”, muito ofensiva com os chefes e encarregados e, sob a ótica desses operários, esses são trabalhadores muitas vezes sindicalizados e que necessitam ser defendidos e não desmoralizados ou agredidos verbalmente e em público. Por último, avalia que os diretores são despreparados e necessitam de “treinamento” e capacitação técnica.

“Vamos supor, você é um supervisor de um setor. E você tem uma metodologia de trabalho lá, aí o sindicato não aceita aquela metodologia de trabalho. Eu acho que o sindicato tinha que chegar em você e pedir pra você mudar a metodologia de trabalho e não expor o cara no panfleto.” (Richard, setor administrativo da LIASA).

Outros entrevistados, reconhecendo da mesma forma a importância da entidade de classe, mas criticam a atuação do sindicato e dos diretores no marco da aprovação geral do método e da forma como age a diretoria da entidade. As divergências existentes no interior dessa diretoria têm se expressado com frequência. Existe, de certo modo, uma avaliação geral de que é necessário melhorar a atuação dos diretores do sindicato no interior da fábrica e uma opinião de que é necessário ter preparo e formação para enfrentar o patrão, e não apenas desejo de ser uma liderança sindical.

“O sindicato pra mim é uma entidade que foi construída e constituída por uma classe de trabalhadores, com o objetivo de defender e ampliar os direitos, os interesses da classe trabalhadora.” (Orlando Silva, operário da LIASA).

“Infelizmente não é todo mundo que pensa igual e nem pode ser também, né? (...) mas eu falo que tem três tipos de diretor: tem aquele que é combativo, tem aquele que tá ali, que não serve nem pra uma coisa nem pra outra, que não ajuda, mas também não atrapalha e aquele que atrapalha. Nós já tivemos muitos problemas com diretores, eu já tive que, infelizmente, que tirar alguns diretores que só traziam problemas”. (Orlando Silva, operário da LIASA).

“O sindicato é a principal ferramenta de luta do trabalhador, é a única coisa que o trabalhador tem pra se defender do patrão” (Roger, operário da Minasligas).

(...) essa gestão é muito, aconteceram coisas nas empresas que nunca tinha acontecido do tempo que eu tava lá. (...) os trabalhadores pararam na porta, o negócio mais doido, nunca tinha visto aquilo. Polícia, patrão passando debaixo da cerca. Cara, a gente olha assim, pô, os caras tão lutando pela gente. O aumento, seu eu for falar que o aumento foi espetacular você não vai acreditar!” (Roger, operário da Minasligas).

A relação do lazer com o sindicato apareceu em algumas entrevistas e evidenciou que há demanda para que a entidade promova mais atividades de lazer aos trabalhadores para que não ficassem reféns dos clubes de fábrica. O sindicato promove atividades de lazer, principalmente jogos de futebol, churrascos e festas de fim de ano, posses de diretoria, mas realiza com pouca frequência. Surgiu nas entrevistas também o desejo de que o sindicato pudesse ter uma sede social para ter um espaço bom para atrair os filiados e operários em geral, aumentando assim o número de associados e fortalecendo a entidade.

“Infelizmente o sindicato não tem, e eu acho que tem condições de ter, é um clube. Um lugar onde possa ter uma piscina, um campinho de futebol, porque se você vai no clube da empresa, está sujeito as leis da empresa, e eu já ouvi relato de companheiros que forma mandados embora porque brigou no clube. Então, se tiver um clube no sindicato na vai ter ninguém te olhando, pode brincar a vontade” (Roger, operário da Minasligas).

As assembléias da categoria são realizadas nos portões de entrada das fábricas, local onde ocorre a maior parte do diálogo do sindicato com a categoria, através de informes e panfletagens do boletim “Boca de Forno” na entrada e saída dos turnos e no interior dos ônibus que transportam os operários. Os trabalhadores não participam das assembléias na sede do sindicato e não existe comissão de fábrica em nenhuma das três empresas, mas há Comissão de Incêndio e Proteção a Acidentes (CIPAS) em todas elas, sendo que o presidente é indicado pela empresa e o vice é eleito pelos trabalhadores. Um dos entrevistados relatou que os cipeiros são importantes para a segurança dos trabalhadores, mas que existem limites impostos pelos patrões que constroem os cipeiros que exercerem uma fiscalização mais



Ilustração 18. Festa de confraternização em comemoração ao fim de ano, 2006. Foto: José de Andrade.

rígida no interior da fábrica. Segundo ele, em algumas questões os cipeiros sucumbem aos interesses da empresa por causa do medo de perder o emprego por enfrentar o patrão. Por mais que para um dos diretores, o papel da entidade classista não é de assistência social, o sindicato busca oferecer benefícios aos trabalhadores de sua base de representação.

Segundo ele, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) possui quase 100 cláusulas que beneficiam o operário metalúrgico. Além disso, os benefícios sociais que o sindicato oferece são: convênio odontológico, aulas de computação, assessoria jurídica, as campanhas salariais,

por reajuste do vale refeição e o valor da PLR (Participação nos Lucros e Rendimentos).



Ilustração 19. Momentos de confraternização entre diretores do sindicato. Foto: Acervo do sindicato.

7.6 Sobre questões polêmicas e religião

Um bloco de perguntas da enquete operária utilizada foi sobre temas polêmicos, para retratar a opinião geral e superficial sobre o aborto, a união homossexual, a discriminação de gênero e de raça. O que pode ser dito é que nas respostas das duas primeiras questões pode ser observada uma forte influência da doutrina religiosa como o argumento último de ser contra tanto ao aborto, quanto a união homossexual, por serem cristãos de diversas matrizes. As respostas negativas partiram de todos, com exceção de apenas um dos entrevistados, que relativizou essa homogeneidade das respostas, relacionou essas duas questões a doutrina religiosa e o único que colocou a dependência da situação e a questão que permeia o caso de aborto, aceitando-o em algumas condições como estupro. Nesse caso circunscrito, essa opinião coincide com um dos entrevistados que é absolutamente contra. As respostas mostram que essa forma de pensar é uma opinião homogênea e sem contradições.

“Aborto é um problema porque a religião bate muito em cima. Eu sou de religião católica, mas não sou praticante, não sou fervoroso. (...) Aborto vai depender da situação. (Richard, operário do setor administrativo da LIASA).

“Eu tenho pra mim que a própria religião fala que Deus deixou o livre arbítrio para o ser humano. Como nós somos o único ser racional, entre aspas, e a questão do homossexualismo ela sempre existiu desde os primórdios e vai existir sempre. (...) Quem sou eu pra julgar a união de duas pessoas (...)” (Richard, operário do setor administrativo da LIASA).

Em relação às questões de gênero, os entrevistados reconhecem que as mulheres são discriminadas e que são tratadas diferentemente dos homens, principalmente no trabalho, onde recebem menores salários por um mesmo serviço, sofrem abusos autoritários e assédio moral com mais facilidade. No entanto, marginalmente, aparecem outras formas existentes, como a discriminação no trânsito e a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres que trabalham e estudam. A violência contra a mulher e a relação da divisão dos trabalhos domésticos não foram tocados, talvez porque não houve uma intencionalidade da pesquisa em desenvolver esses assuntos, mas apenas retratar uma “fotografia” como esses temas reverberam na opinião dos operários.

A pergunta se o Brasil é um país racista foi respondida pela maior parte dos entrevistados afirmativamente, com exceção de um operário que considera ser inadequado afirmar o Brasil como um país racista, apesar de reconhecer que existe pouco racismo na sociedade e que nunca presenciou próximo a sua realidade uma manifestação de racismo. Para esse entrevistado, no nosso país não existem raças por causa da miscigenação características da formação étnica brasileira, argumento que outros dois utilizaram também, apesar das diferenças essenciais de pensamento sobre esse assunto.

A rejeição de um garçom em servir uma mesa ocupada por negros e as “famosas” “gerais” e “tapas de gambés” foram relatados, além de histórias particulares que presenciaram ou foram protagonistas. A discriminação racista, segundo as entrevistas, se expressa de diversas formas, como as econômicas com a desigualdade de remuneração e a rejeição no momento da contratação; as formas ideológicas como “o branco é mais inteligente” e até na igreja. Vale ressaltar algumas expressões dos próprios entrevistados:

“A lei discrimina o negro. (...) Quando as pessoas vão em busca da lei elas são diferenciadas. A própria lei discrimina. Tem lei contra racismo, no entanto as pessoas continuam racistas. A criação de lei contra o racismo já é racismo, pois se existe a obrigação da lei é porque existe racismo, é evidente”. (Richard, operário do setor

administrativo da LIASA).

“Em Pirapora, já tomei tapa de ‘gambé’ pra caramba. Em São Paulo tomei três ‘geral’, só porque tava de cabeça raspada, boné e de sandália. (...) Mulher negra nem se fala, os caras acham que mulher negra tem que ser escrava, tem que ser doméstica” (Peter, operário da Minasligas).

8. O elo mais frágil do capitalismo brasileiro: o sertão norte mineiro e o lazer dos operários barranqueiros

O processo histórico do desenvolvimento econômico e social do Norte de Minas Gerais e o de Pirapora, por consequência, é o que tem determinado as formas como o lazer se manifesta na vida dos trabalhadores sertanejos. Esse fundamento geral, causado pelas raízes de um subdesenvolvimento capitalista agrário configurado a partir da colonização do Brasil, um desenvolvimento industrial tardio e as relações de propriedade e de poder criadas por essa trajetória de desenvolvimento são as causas fundamentais que definem as particularidades do lazer no sertão. Todavia, essas premissas objetivas não operam sem subjetividades, o que seria, segundo FREIRE (1981), objetivismo.

O desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista (TROTSKY, 1988, 2007; LÊNIN, 1979; NOVACK, 1988) causa o convívio entre as formas técnicas e inovações tecnológicas mais avançadas geradas criadas pelo capitalismo, simultaneamente a imposição de formas de produção arcaicas e precárias relações sociais sob o ponto de vista do desenvolvimento humano. RODRIGUES (2000) utiliza esse conceito para ilustrar uma das possíveis explicações para a formação econômica e social do Norte de Minas Gerais, apesar de deixar claro a complexidade da questão. No entanto, esse cuidado não impede a autora revelar alguns fatores que, segundo ela, são os motores da dinâmica interna do desenvolvimento do sertão norte mineiro:

“(a) uma divisão internacional do trabalho, responsável pela articulação histórica e conjuntural das forças externas e (b) uma divisão doméstica do trabalho que expressa os ritmos e contradições específicas, articuladas nas sociedades locais, e no processo de sua convergência para um modo de produção único. E (c) a determinação

estrutural dessas disparidades pelas necessidades locais e globais do processo de acumulação/desacumulação de capital (...)” RODRIGUES, 2000, p. 108.

Esses princípios fundamentam a explicação essencial para o lazer dos operários de Pirapora como a síntese das circunstâncias objetivas de desenvolvimento da economia capitalista, em processo de acumulação e desacumulação do capital permanente, formam subjetividades e determinam limites para a manifestação da vida prática dos metalúrgicos sertanejos. Ao seguir as necessidades da produção e do mercado, a jornada de trabalho e os mecanismos que a regulamentam decretam a expropriação do tempo do operário que, em tese, poderia ser destinado ao lazer. Essa afirmação é confirmada pela estatística nacional apresentada pelo DIEESE (2006), onde afirma que no ano de 2003 aproximadamente 45% dos assalariados trabalhavam acima da jornada regulamentada pela Consolidação das Leis Trabalhistas, reduzindo esse número para 40% em 2005. Coerente com a situação nacional, a jornada de trabalho nas fábricas metalúrgicas de Pirapora descrita pelos operários evidenciam que ocorreram importantes mudanças e foram criados uma série de mecanismos que diminuiriam ou alteraram significativamente o tempo de lazer dos trabalhadores, modificando os dias de folga a revelia dos interesses dos trabalhadores, a revelia da cultura dos operários do sertão norte mineiro.

A tecnologia que possibilita abreviar o tempo de trabalho necessário a produção é interpretada de diferentes ângulos na literatura de acordo com o suporte filosófico utilizado para compreender a realidade. De forma geral e esquemática, de um lado estão às opiniões que interpretam as inovações como geradora de maiores possibilidades de liberação do tempo de trabalho, aumentando assim as possibilidades de lazer, além de relativizar a centralidade do trabalho da análise sociológica para explicar o lazer. De outro lado, onde se insere essa pesquisa, estão as análises que compreendem as inovações tecnológicas na produção submetidas à lógica de mercado e que continuam a impor, além do desemprego estrutural, uma jornada de trabalho precária que submete o trabalhador a uma desgastante e intensa fadiga, que restringe intensamente o seu tempo disponível e controla-o sob as necessidades econômicas do burguês a revelia da cultura (LÊNIN, 1979) e do tempo subjetivo do trabalhador, determinando assim uma forma particular e restritiva de usufruto do seu tempo disponível e de lazer.

O reduzido tempo disponível se agrava ainda mais pelas necessidades contemporâneas

do mercado monopolista exigidas para se obter um emprego, principalmente a ideologia de que a solução do desemprego estrutural esteja na busca pela maior capacitação técnica e não pela mudança na organização do mundo do trabalho. O preço pago pelos trabalhadores assalariados para se conseguir um lugar no mercado de trabalho é a redução drástica do tempo disponível para a fruição semelhante a níveis do início do capitalismo. Nos casos onde o operário e, mais ainda, a operária, estudam e possuem filhos (as) essa restrição é maior ainda. Mas, como se não bastasse, o arrocho salarial e o decrescente poder de compra dos salários determinam, a nosso modo de ver, uma forma muito precária de lazer em comparação com o universo de possibilidades criadas pelo repertório cultural da humanidade produzida sob o capitalismo.

No interior de toda essa riqueza, potencializada a níveis jamais vistos na história pelas inovações tecnológicas e o aumento do conhecimento científico adquirido, a parte que cabe ao operário sertanejo em geral, são as importantes, mas restritas práticas esportivas (futebol), visitas ao bar, passeio em integração com a natureza, a televisão, a igreja e outros poucos conteúdos culturais do lazer. As produções artísticas, o turismo, o acesso ao conhecimento e as inúmeras vivências diversificadas de lazer existentes são acessíveis a apenas uma camada populacional muito pequena se comparada a maioria da população que é assalariada no Brasil, principalmente no semi-árido mineiro, elo mais frágil do capitalismo brasileiro, onde as necessidades mais elementares para a sobrevivência humana não são garantidas nessas regiões.

Uma discussão mais profunda sobre esses processos mostra-nos que o mundo do trabalho organizado na sua forma assalariada, ou seja, baseado na extração da mais-valia e na alienação, não é capaz de libertar as amarras que impedem o desenvolvimento pleno do lazer a um patamar superior ao funcionalismo hegemônico sob as rédeas do capital. Nesse sentido, reafirmamos que, o lazer pleno não considerado como um instrumento de dominação é mesmo incompatível no capitalismo. O que queremos dizer exatamente é que a propagação do discurso da redenção humana pelo ócio criativo e pelo lazer como direito social no capitalismo é apenas um discurso inviável, pois as condições exigidas pelas atuais configurações monopolistas e as crises econômicas advindas desse sistema implicam maior concentração de capital e, portanto, aumento das desigualdades sociais. A consequência é a imposição de ritmos de trabalhos mais intensos e o arrocho dos rendimentos dos trabalhadores. A jornada de trabalho capitalista é definida pela dinâmica da economia que, mesmo em momentos de crescimento, tende a reduzir os custos da produção e aumentar a eficiência do trabalho, o que redundará em menos tempo e poder para usufruir do lazer, sem

dizer no desemprego estrutural. Já em momentos de crise, o capital se utiliza do discurso catastrófico ao menor sinal de perdas e despeja sobre os trabalhadores o desemprego, onde o tempo disponível em excesso passa a ser compulsório.

Os relatos dos operários entrevistados nos evidenciam essas relações, mostrando que os patrões não pensam os trabalhadores no tempo livre, mas apenas em relação ao tempo de trabalho (MARX, 2007), somente como mão-de-obra, como mercadoria, como mais um custo da produção, inviabilizando objetivamente qualquer espécie de parcerias atentas com os patrões como MARCELLINO (2000) propõe, porque há razões de classe e interesses antagônicos irreconciliáveis entre trabalhadores e burgueses. No caso dos operários metalúrgicos de Pirapora, os ataques ao tempo disponível pelo aumento da jornada de trabalho para oito horas, a fixação do turno, a semana de trabalho de seis dias e o banco de horas clandestino não podem ser compensados suficientemente com atividades de lazer esporádicas. A sobreposição do tempo de trabalho ao tempo do lazer, não somente para os operários de Pirapora, mas para todo o proletariado, somente será superada pela destruição do trabalho assalariado e pela construção de uma economia planejada para as necessidades humanas. Somente assim haverá de fato uma ampliação do tempo de não-trabalho e o lazer poderá adquirir uma dimensão libertadora e plena aos trabalhadores.

Todavia, a história mostra que momentos excepcionais de mudanças revolucionárias e multitudinárias na sociedade têm acontecido periodicamente, mas que seu desenvolvimento tem dependido de uma série de fatores objetivos e subjetivos estarem maduros. Os cuidados para correlacionar o lazer como fenômeno social a profundos processos políticos precisam estar bem delineados, visto que o chão conceitual do lazer é movediço e muitos pesquisadores indagam se o campo do lazer é capaz de contribuir com essa mudança ou que espécie de mudança ocorreria ao lazer caso essas transformações acontecessem. Será que valerá a pena o engajamento daqueles que desejam profundas conquistas para os trabalhadores no âmbito do lazer e do descanso nessa luta pela transformação social? Mas, conectado até o momento da transformação, o que pode ser feito agora?

Para os incautos que só enxergam a organização social baseada no capital, como se essa forma fosse eterna e imutável ou, na melhor das hipóteses, possível de ser transformada somente num futuro longínquo, criticam as análises que sugerem o lazer determinado pelo capitalismo como “críticas torpes e imobilistas”. No entanto, todas as revoluções que ocorreram na história se iniciaram através das contradições inerentes ao modo de produção social e pela criação de superestruturas específicas que questionem a ordem social vigente, regra que se comprova todos os dias, desde a Revolução Francesa (1789) passando pela

Comuna de Paris (1870), passando pelas revoluções socialistas do 1º pós-guerra, as revoluções políticas do leste europeu no segundo pós-guerra, até as recentes revoluções latino-americanas do final do século XX e início do século XXI.

Portanto, não se mostra incompatível uma firme atuação prática permanente no nível imediato e a defesa de um projeto estratégico de transformação social, mesmo que esse envolva o âmbito da particularidade da animação sociocultural e do lazer. As alternativas propostas são diferentes de acordo com as concepções teóricas em que se fundamentam e implicam escolher caminhos e vinculações práticas distintas também. Não partilhamos da convicção de que a vinculação dos pesquisadores de lazer as superestruturas da burguesia, como a atuação orgânica nas secretarias de Estado de lazer no interior do Estado burguês, aceitando complacentemente os seus limites e normas de funcionamento, assumindo cargos de confiança como gestores públicos de lazer que não questionam as limitações intrínsecas desse aparato para superar o viés funcionalista do lazer ainda existente em nosso país.

Por isso, seria incoerente com a própria teoria que fundamentou essa pesquisa, do referencial teórico ao metodológico, dar uma explicação social para as determinações de classe presentes no lazer dos operários metalúrgicos de Pirapora e dos trabalhadores em geral sob o capitalismo, atribuindo um nexos causal entre o modo de produção e a manifestação do lazer, e não propor alternativas práticas para transformar a realidade.

O lazer será, de fato, um direito social somente com a construção da sociedade socialista, ou seja, uma sociedade onde a produção e apropriação dos produtos do trabalho sejam sociais e planejadas para as necessidades humanas. Só com esse modo de produção os trabalhadores em geral terão condições materiais para transformar a vida limitada às necessidades biológicas da sobrevivência como é hoje no capitalismo e conseguir ampliar radicalmente o tempo livre e a generalização das formas de intercâmbio para os trabalhadores usufruírem e produzirem da cultura de forma plena e para ter acesso a todo o patrimônio imaterial da humanidade. Essa é a plenitude humana possível do lazer.

A luta por essa transformação social transcende o lazer e a cultura, mas em hipótese nenhuma essas dimensões estão ausentes desse processo transformador. Decorre dessa afirmação que é necessário superar a dicotomia presente em alguns trabalhos que delimitam a atuação do pesquisador, gestor ou animador sociocultural a superestrutura específica do lazer (MARCELLINO, 2001) e, particularmente a área cultural, e condená-los como hereges caso tenham uma intervenção que transborde a cultura. Apesar da interpretação reducionista desse conceito, as relações recíprocas entre estrutura e superestrutura são permanentes e se faz necessário compreender a luta pelo lazer como mais ampla do que a exclusiva atuação na

cultura, particularmente na promoção de atividades de lazer que veiculam valores educativos ou apenas construindo políticas públicas para o setor nas prefeituras.

Reivindicações como a redução da jornada de trabalho, a luta contra o banco de horas, as campanhas salariais, contra as horas extras e a luta por verbas públicas adequadas para a educação e para o lazer são lutas decisivas que afetam diretamente a promoção do lazer, mas que transbordam a esfera cultural e vão para a esfera da política. Diante disso, nós, pesquisadores ou animadores socioculturais, nos delimitaríamos exclusivamente ao nosso campo ou atuaríamos também nessas lutas mais amplas pela melhoria do lazer e de outras pautas? Justificaria se envolver nessas lutas em curso na realidade dos movimentos sociais sem perder a especificidade dessa área de investigação? Mas, então, qual seria o papel do lazer nas lutas por transformação social?

A partir da análise das determinações sócio-econômicas sobre o lazer é que se definem as formas de intervir na realidade. A vinculação de uma intervenção no lazer a movimentos sociais classistas se apresenta como uma alternativa de resistência aos ditames do capital nessa temática, permitindo possibilidades de uma re-apropriação do tempo-espaço de lazer dos trabalhadores, numa perspectiva emancipadora, como prática educativa, tendo como ferramenta pedagógica a ludicidade, o prazer, a sensibilização, a contemplação e as produções culturais em geral (MATOS, 2006).

O pressuposto fundamental dessa análise é a afirmação que “(...) na experiência fundamental da pedagogia marxista, a primeira realidade a tomar consciência é a luta de classes. A consciência crítica não significa, por si só, consciência de classe” (MASCARENHAS, 2003, p.21). Sem isso no horizonte, qualquer alternativa educativa mostra-se insuficiente para contribuir com genuínas transformações sociais. Além de uma simples elaboração programática, a vinculação dos conteúdos culturais do lazer estariam imediatamente ligados com ações transformadoras da realidade com esses movimentos.

“Nesse sentido, ainda que lazer-educação faça parte da educação não-formal, podemos afirmar que ele traduz-se por uma intencionalidade, uma temporalidade e uma organização. Portanto, aproximamo-nos de uma perspectiva de educação popular que se manifesta como um processo de capacitação e formação política orgânico aos grupos/movimentos sociais e populares (MASCARENHAS, 2003, p. 22).”

Pela abrangência e complexidade dos distintos movimentos sociais e populares e por ser um termo para definir diferentes tipos de organização das mais diversas origens sociais, acreditamos precisar que, no caso dessa pesquisa, objetivamos um movimento social específico de trabalhadores que possuem pautas de reivindicações e características organizativas próprias, distintas das classes proprietárias.

Compreendendo o lazer como espaço-tempo em que se educa e considerando a sobrevalorização do trabalho presente na sociedade organizada sob o capitalismo, que foi educada e disciplinada pelas instituições que o sustenta, o mesmo adquire um duplo aspecto educativo (MARCELLINO, 1987). Portanto, nos resta ressaltar que se torna fundamental adotar também a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora através de um projeto político-pedagógico classista. Para que seja uma posição coerente a ser assumida, não podemos deixar de considerar que as mesmas relações determinantes que se inserem no espaço/tempo de lazer dos trabalhadores se encontram também nas relações educativas dentro da sociedade capitalista e, nesse sentido, há uma necessidade premente de dar continuidade a criação de superestruturas da classe trabalhadora independentes da burguesia e de seus representantes.

Essa atuação orgânica junto aos trabalhadores e as suas organizações políticas deve se direcionar em dois sentidos, um com o objetivo de buscar a ampliação e a diversificação do repertório de lazer a que os trabalhadores têm acesso normalmente e outro no sentido de uma educação pelo lazer, ou seja, a promoção de atividades e vivências de lazer-educação que veiculem e propiciem experiências valorativas, estéticas e políticas problematizadoras organizadas pedagogicamente para que a apropriação desses conteúdos culturais do lazer sejam a mais eficiente possível. A luta pela ampliação do acesso às produções culturais e a ampliação do tempo livre são indissociáveis e se influenciam mutuamente.

Nesse sentido, a vinculação orgânica na luta sindical e política travada pelo trabalho cotidianamente contra o capital e suas diretrizes para organização do trabalho, que achatam os salários e reduzem o tempo disponível do trabalhador é tarefa essencial do intelectual orgânico a classe trabalhadora. Os patrões dos operários metalúrgicos intervêm não só no tempo de trabalho, mas também no lazer desses trabalhadores através dos clubes de fábrica, buscando promover uma política de lazer para aglutinar os trabalhadores em suas estruturas e superestruturas também no tempo disponível desses. Com isso, a patronal pode impedir o relacionamento do trabalhador metalúrgico com sua entidade de classe tanto no interior da fábrica - através de perseguições aos filiados e diretores, ameaçando de demissão quem vai ao

sindicato, impedindo que os ônibus permitam o acesso dos trabalhadores ao boletim - quanto durante o tempo disponível para tentar aproximar capital e trabalho. Por isso, o lazer desenvolvido como política para o sindicato da categoria pode ter um efeito aglutinador dos trabalhadores em torno do espaço físico da sede social ou até mesmo em torno de atividades em outros espaços e campos, como o turismo ou festas. Dessa forma, a frequência dos trabalhadores no sindicato pode aumentar e ser uma força auxiliadora para os trabalhos sindicais.

Se observarmos de perto como se manifesta o lazer em termos de política, ou seja, em organização e desenvolvimento planejado de ações, atividades, construção de espaços e experiências ligados a fruição do tempo de lazer, pode ser observado que ela adquire contornos específicos de acordo com os agrupamentos de classe e frações de classe que estão a frente dessa elaboração e execução.

Para tomar dois exemplos, um histórico e outro mais contemporâneo a nossa realidade. Na Alemanha, quando o socialismo nacionalista de Hitler estava no poder, por indicação direta dele, teve uma política de lazer particular “para manter estável a constituição dos camaradas nacionais”. Essa política estatal foi retratada na exposição “*Lazer no fascismo – como funcionava a política de lazer na Alemanha nacional-socialista e na Itália fascista*” no Centro de Documentação Prora, localizado na ilha de Rügen, no Mar Báltico, mas que um dia foi um dos maiores empreendimentos construídos pela organização nazista responsável pelo lazer chamada “Força através Alegria”(KdF), uma colônia de férias para aproximadamente 20.000 pessoas em um complexo de prédios que acompanhavam a baía. No entanto, desses 20 mil, o curador explica que o caráter socialista de tal política deixava bastante a desejar, pois só 20% dos passageiros nos navios da KdF eram de trabalhadores.

Outro exemplo, mais próximo e contemporâneo, é como a religião trata alguns lazeres do mundo como sendo “pecaminosos” e promovem alternativas mais sadias através da promoção de atividades musicais, acampamentos de férias e festas em louvor ao senhor. Programas televisivos de propaganda doutrinária, como a “Canção Nova” e programas da “Rede Record” elegem os lazeres contemporâneos da juventude, como “as baladas”, consumo de álcool e drogas, as festas eletrônicas e os eventuais acidentes que ocorrem com os frequentadores desse tipo de festas, como a perversidade e os perigos do mundo selado para os infiéis não tementes a Deus. Em outros programas, o lazer se reveste de “shows”, programas de auditórios e manifestações artísticas em geral e são parte de uma estratégia de sensibilização simbólica promovida pelas diversas igrejas para conquistar novos adeptos fiéis em tempos de êxodo e esvaziamento das igrejas.

Os dois exemplos ilustrativos, no meio de tantos existentes do gênero, foram utilizados para demonstrar que as superestruturas que são criadas também no lazer partem de compreensões acerca do mundo objetivo em que vivemos. Diante disso, se de um lado está a necessidade fundamental de ampliar o repertório de vivências de lazer para os trabalhadores, de outro está a questão dos valores veiculados por essas experiências e quais critérios para a seleção e escolha dos conteúdos culturais a serem desenvolvidos.

Se a dimensão educativa é assumida no lazer como um espaço e um tempo onde se educa, o projeto político pedagógico implícito é algo que se expressa já no início da escolha de quais conteúdos culturais serão promovidos. Isso porque no interior desses conteúdos diversos, como música, teatro, cinema, esportes, se manifestam também experiências valorativas que, de acordo com a vivência, refletem e interpretam simbolicamente a realidade, naturalizando ou questionando-a.

A necessidade de desenvolver uma política de lazer junto às organizações políticas dos trabalhadores coerente com as fundamentações teóricas apresenta o desafio de coesionar às concepções filosóficas e teóricas às concepções metodológicas. A síntese dessa relação, a nosso ver, é a valorização da pesquisa científica para conhecer a realidade a ser estudada dentro de uma ótica onde os sujeitos envolvidos na pesquisa sejam compreendidos como parte ativa da pesquisa e não apenas como meros objetos ou informantes da investigação.

A implicação prática dessa conclusão é a preocupação com o processo de aproximação do pesquisador com o universo estudado. No caso específico desse trabalho e no contexto do movimento operário sindical a vinculação orgânica do pesquisador ao sindicato dos metalúrgicos durante três anos, acompanhando as campanhas, participando das panfletagens nas portarias das fábricas, participando de reuniões da diretoria, participando de congressos e assembleias, de cursos de formação sindical e partidária, observando as polêmicas existentes, a estrutura de organização da direção do sindicato, freqüentando as casas dos diretores, enfim, caminhando cotidianamente junto às ações do dia-a-dia desses operários a frente da entidade classista foram as condições metodológicas fundamentais para compreender as relações que envolvem o lazer desses trabalhadores e fazem parte de um amplo escopo de referências ligadas as diversas matrizes de pesquisa-ação, de pesquisas participantes e de educação popular. Acreditamos que essa é uma das diretrizes que deve estar presente na elaboração da política de lazer de um sindicato operário.

Em relação a implementação, finalizada a etapa de pesquisa e conhecimento da realidade, a escolha dos conteúdos práticos e a sistematização geral em forma de programa seria o próximo passo. Os interesses culturais mais freqüentemente apresentados pelos

operários entrevistados seriam o ponto de partida para a execução das primeiras iniciativas em organizar atividades de lazer no sindicato. O acúmulo sistematizado de conhecimento gerado pela pesquisa, traduzida em versão mais objetiva e ilustrada, apresentada de forma didática para a diretoria ou grupo responsável pela parte cultural das diretorias sindicais, seria colocado em debate.

Essa proposta, inicialmente, teria como objetivo reproduzir e ampliar a oferta de atividades de lazer programadas e organizadas pela direção do sindicato com o objetivo inicial de integrar os trabalhadores através de atividades lúdicas desenvolvidas tanto na sede social do sindicato como em outros locais da cidade. Essas atividades seriam jogos de futebol beneficentes em clubes sociais da cidade, torneios esportivos em geral, festas em feriados comemorativos como Dia das Crianças, Festa Junina, Fim de Ano e outros. Atividades especiais que têm em si grande poder de atração da categoria desde que haja um envolvimento orgânico de um grupo de pessoas, talvez uma comissão mais ampla do que a diretoria, com simpatizantes e familiares de filiados ou de diretores, decisão organizativa que dependerá muito da realidade do envolvimento da diretoria com tal projeto.

A observação empírica de duas festas - confraternização de fim de ano em 2006 no Sindicato e Jogo de Futebol entre diretoria e time formado pela base - que foram promovidas pelo sindicato, sem uma organização planejada mais séria e com um envolvimento restrito de diretores conseguiram envolver a diretoria e seus familiares, e alguns filiados não diretores, o que já é em si, um número razoável de pessoas. Isso mostra as potencialidades mobilizatórias de atividades planejadas para o lazer, ao mesmo tempo em que revela a imensa demanda por lazer barato e diversificado existente entre os trabalhadores. Atividades relativamente simples, como passar jogos de futebol dos campeonatos nacionais e estaduais, além de eventos esportivos grandes podem aumentar o número de trabalhadores frequentes na sede do sindicato, estimulando a interação de alguma forma com a entidade de sua classe.

Um calendário freqüente com atividades de formação e cursos em geral, sessões de cinema popular (socialização de produções cinematográfica das mais variadas possíveis - documentários, ficções, produções comerciais e independentes) ou organização de caravanas turísticas dependem de mais equipamentos e planejamento, mas continuam sendo atividades que o sindicato pode periodicamente organizar e, de certa forma, já fazem, mais não de maneira planejada. Quando acontece de terem de participar de manifestações em Brasília, congressos sindicais em outros estados e outros movimentos que envolvem deslocamentos coletivos, muitas vezes reservam parte do itinerário para os participantes terem algumas horas para aproveitar livremente os locais visitados, fazendo uma espécie de turismo. A única

diferença com uma excursão turística é que essa caravana teria um objetivo específico, seja mais de interesse artístico-cultural (shows, visitas a museus e pontos turísticos, cinemas em cidades próximas), interesses de formação (feiras, congressos, visitas a outros sindicatos, etc) ou esportivos (assistir jogos, participarem de certames amadores, etc).

A importância dessa integração está na constatação de que os trabalhadores concorrem entre si no mercado de trabalho, contradição inerente as circunstâncias materiais de existência (MARX, 2007) sob o capitalismo. Essa relação é agravada pelo desemprego estrutural e altos contingentes de “soldados” do exército de reserva, conceito apropriado para descrever a realidade das inovações tecnológicas na atual conjuntura de desenvolvimento do capital. Dessa forma, a aglutinação dos operários em espaços alternativos aos clubes de fábricas dirigidos pelos patrões através de atividades organizadas pelo sindicato pode surtir um efeito mobilizador que, devidamente aproveitado como espaço educativo, pode desenvolver uma consciência de classe ou mesmo sindical, além do enriquecimento cultural dos operários e operárias.

Nesse sentido, as possibilidades de conteúdos e formas organizativas de promover atividades de lazer que consideramos adequadas para esse tipo de projeto são os Círculos Populares de Cultura (FREIRE, 1981) e experiências práticas já desenvolvidas na área específica do lazer como a de MASCARENHAS (2002). No sertão norte mineiro, particularmente em Pirapora, onde os níveis de escolaridade são baixos, as desigualdades culturais e educativas entre educadores e educandos não devem impedir que aconteça a comunicação autêntica no processo educativo.

9. Considerações finais

Analisar o lazer dos operários metalúrgicos como um fenômeno social conduz inevitavelmente a estabelecer nexos e reflexões mais gerais sobre esse fenômeno e correlacioná-lo a esferas mais complexas e determinações objetivas que afetam decisivamente a sua manifestação na vida humana e garantem uma apropriação diferenciada desse tempo/espaço para as classes sociais no capitalismo. Isso significa afirmar que esse modo de produção social e a sua organização prática na economia, no mundo do trabalho e nas relações sociais, em síntese, as condições materiais de existência, definem o traço essencial e geral da manifestação do lazer em nossa sociedade.

O fundamental da problemática está na forma como se distribui os tempos sociais destinados ao trabalho e ao lazer para as diferentes classes da sociedade em que vivemos. De um lado, os trabalhadores assalariados sob a férrea lei do desemprego estrutural, da excessiva jornada de trabalho e da exploração econômica dos salários se deparam com barreiras que impedem o usufruto mais universal do lazer, ocasionam a absoluta restrição de tempo disponível que resta após o trabalho e delimita objetivamente o acesso a conteúdos culturais e de lazer diversificados. De outro lado, a burguesia industrial, latifundiária e comercial, seus representantes políticos e toda uma classe média alta têm acesso às produções culturais mais sofisticadas, podem viajar frequentemente para conhecer as mais diversas culturas, acessam a maior parte de todo conhecimento e cultura produzida, assimilam e usufruem de todo o intercâmbio imaterial criado pela humanidade, têm disponibilidade de tempo para produzir cultura e possui alternativa para escolher aquilo que deseja dentro de certos limites muito mais amplos do que o proletariado.

As relações sociais capitalistas de produção impõem ao lazer um discurso redentor, de salvação, de recompensa pelo esforço doloroso que é dedicar-se ao trabalho. Esse discurso é construído e reforçado pelas letras dos pesquisadores e animadores sócio-culturais como sendo a vivência onde só há lugar para a felicidade. No entanto, essas referências não ganham significação na realidade, onde o tempo de lazer está sob as mais variadas influências valorativas de outras esferas sociais, que também organizam a vida humana e atuam os mais diversos interesses e sentimentos que vão além do prazer e do divertimento. As relações sociais no capitalismo, um sistema desorganizado e incapaz de universalizar os bens essenciais e culturais à toda a humanidade, não permite que a potencialidade educativa que tanto se prega sobre o lazer se desenvolva plenamente e se atrofie sob as circunstâncias

práticas da vida, causando toda espécie de distorções e reações violentas no tempo onde, em tese, a busca seria a felicidade, a harmonia, o prazer, a alegria e outros sentimentos angelicais. O tempo de lazer não é um tempo abstrato separado do espaço isento das relações sociais de produção que são dominantes. Portanto, no tempo de lazer se evidenciam as mesmas contradições existentes em outras esferas sociais, como o trabalho, as relações familiares, os dramas particulares e os sentimentos das massas, numa só palavra, na humanidade. Na sociedade dividida em classes e baseada na exploração e na violência de uma minoria sobre a maioria da população, obviamente que o tempo e o espaço de lazer seriam permeados pela interpenetração do prazer, da alegria e da felicidade, características fundantes marcantes desse fenômeno, com a violência, o preconceito, a desigualdades, a vaidade, a moral e outros sentimentos que permeiam hegemonicamente a sociedade capitalista. É a estrutura capitalista interagindo com a superestrutura burguesa.

O proletariado sempre foi capaz de criar as mais espetaculares formas culturais e de divertimento, mas pelas circunstâncias objetivas da vida, em muito das principais práticas de lazer dessa classe está presente de “mãos dadas” a violência e a opressão. As brigas de torcidas de futebol, nas saídas dos bailes, nos bares e shows para ficarmos em poucos exemplos. Na outra ponta, o lazer da burguesia adquire outros contornos, mas também estão presentes mazelas tanto piores. Um exemplo que pode ser bastante ilustrativo é o enredo do filme “Cama de Gato”, de Alexandre Stockler, que é parte do movimento Trauma (Tentativa de Realizar Algo Urgente e Minimamente Audacioso). Lançado em 2000, retrata a história de três jovens filhos da alta classe média paulista que em busca do prazer e do divertimento sem limites. Acabam por estuprar uma garota, matar a mãe de um deles e para resolver essas situações, acabam cometendo as maiores atrocidades, respaldados pela impunidade. Impunidade que reina em muitos casos que muitas não são divulgados na imprensa, semelhantes ao que ocorreu com o índio pataxó, que foi queimado por jovens de famílias ricas por ter sido “confundido com um mendigo” em Brasília, ou como no caso da morte de um estudante de medicina da USP que foi assassinado na festa comemorativa de seu acesso a universidade, afogado numa piscina. Exemplos como esses, onde “não se distingue violência e diversão”⁴⁰ não caberiam nesse trabalho. Apesar disso, pouco se analisa o lazer sob essa ótica e pouco se reflete sobre as razões sociais e culturais dessas problemáticas.

O traço essencial, portanto, do lazer no capitalismo é o seu caráter mutilado, instrumentalizado, mercadorizado e profundamente cindido pelas diferentes apropriações das

⁴⁰ Música “Tumulto”, do cd “Rappa Mundi”, do grupo O Rappa lançado em 1996.

classes sociais. A sua manifestação real na gestão pública, no mercado e na vida dos indivíduos, quer dizer, na forma como a burguesia organizou a sociedade e o seu modo particular de distribuir os tempos de trabalho e de tempo livre, a desigualdade de acesso ao patrimônio cultural humano, a instrumentalização ideológica e a especulação econômica desse fenômeno têm chegado a patamares crescentes na atual conjuntura.

Sem a derrubada material do capitalismo e a expropriação da classe que o dirige não há possibilidades de superar a contradição existente entre as infinitas possibilidades de lazer criadas pelo capitalismo e a ínfima apropriação social dessas possibilidades aos trabalhadores em geral. O direito pleno ao lazer está distante dos operários metalúrgicos e do restante do proletariado no século XXI, mesmo com o avanço técnico que permite a abreviação da jornada de trabalho e que tem o poder de ampliar o tempo livre dos que não vivem do trabalho alheio. Devido à tendência acumulativa e concentradora do capital, essa potencialidade não se desenvolve ou se desenvolve para uma apropriação restritiva do lazer, subordinada as mesmas regras do mercado e do âmbito ideológico burguês, obviamente com contradições, mas com premissas determinadas.

A instrumentalização burguesa do tempo de lazer nesses dois âmbitos é compreendida formalmente por muitas tendências que reconhecem tal realidade, mas que atribuem significados diametralmente opostos ao referencial de análise aqui adotado. Centralmente, a compreensão de que no capitalismo a plenitude do lazer não pode ser alcançada devido ao caráter de classe do Estado e das políticas públicas democrático-burguesas e a determinação dialética do lazer pelo trabalho assalariado são os fundamentos internos da teoria que se choca com as tendências reformistas, que acreditam em mudanças nas distribuições do tempo de lazer e trabalho por dentro da institucionalidade burguesa do Estado e pela melhoria progressiva das reformas sociais nas políticas públicas. Todavia, o desenvolvimento monopolista e a concorrência acirrada entre os capitais não permitem mais margens para reformas progressivas, apenas para contra-reformas, ou seja, mudanças que diminuem a proteção social dos trabalhadores e o aumento da exploração do trabalho.

A partir dessa análise e levando em conta a necessidade de mudar a realidade desde agora, não há nenhum projeto revolucionário viável através da espera passiva e complacente de uma transformação que venha até nós, espontaneamente. No entanto, é necessário agir decididamente no presente em conexão aos objetivos mais estratégicos. Necessariamente, essa ação deve se iniciar no agora, e, nesse sentido, o desenvolvimento de programas de lazer-educação vinculados aos movimentos sociais contestatórios e sindicatos podem se tornar a síntese entre a especificidade do campo de atuação do lazer e a luta contra o capital e a

burguesia que o dirige. Contudo, o engajamento desse sujeito, ou seja, do pesquisador ou do animador sociocultural na luta cotidiana dos trabalhadores por suas reivindicações mínimas deve ser uma das tarefas também de quem deseja lutar pelo direito ao lazer. O indivíduo como sujeito político não poder ser fragmentado.

O que queremos dizer é que a luta para a ampliação do direito ao lazer aos trabalhadores transborda a esfera cultural e passa para o campo político. Na verdade, a luta por cultura e pelo lazer deve ser vista por estudantes, professores, trabalhadores e pesquisadores em geral como parte de mudanças mais amplas. Para derrubar o capitalismo tudo vale: “paus, pedras e poemas” como diria o poeta curitibano Paulo Leminsky. A educação pelo lazer e para o lazer, por sua vez, conectada a um projeto de classe, pode ocasionar impactos e mudanças significativas para formação do trabalhador e para o desvelamento do mundo de opressão existente a partir da ampliação de vivências diversificadas que ampliem o repertório cultural dos trabalhadores e permita a experimentação de conteúdos culturais novos no tempo de lazer, estimulando assim novas sensibilidades que possam problematizar as relações sociais existentes através da busca do prazer, da cultura e do divertimento.

Todo esse debate não poderia ser diferente no campo da educação e, diante dessa relevância, na década de 1970 operou-se uma mudança paradigmática emblemática na sociologia da educação para a progressiva substituição do marxismo enquanto referencial teórico hegemônico, passando a um referencial mais centrado na etnologia e nos estudos culturalistas (DANDURAND e OLLIVIER, 1991). Nesse momento, as críticas que deram suporte a tal transformação colocavam que o paradigma marxista compreendia: 1) a educação e a escola como um espaço que só reproduzia a ideologia burguesa e nada mais, isto é, como um espaço que não merecia ser disputado; 2) as respostas macroestruturais não respondiam a complexidade das sociedades tecnológicas; e, 3) que o marxismo não acreditava na autonomia dos sujeitos, ou seja, concebia o sujeito somente como a resultante da reprodução das estruturas sociais, daí o termo reprodução social.

Diferente dessas concepções, a teoria clássica mais adequada a compreensão do lazer-educação contemporâneo nas sociedades capitalistas ocidentais é aquela que recorre ao sistema explicativo da clássica concepção de MARX (2004) e MARX/ENGELS (2007, 1978) e do núcleo básico da sua filosofia. Apesar de não haver um “tratado específico sobre lazer” em suas obras, a análise de Marx e Engels muitas vezes trataram da fruição do tempo livre e aspectos culturais partindo de uma base material para a análise desses fenômenos.

No plano teórico, nenhuma das reformas por dentro do capitalismo reduzirá a jornada de trabalho aos níveis de uma economia planejada voltada para as necessidades humanas, em

síntese, numa sociedade socialista. Essa importância vital se expressa clarivamente na fala de um dirigente sindical operário da construção civil de Belém, em discurso no I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas realizado em Betim em 2008, central sindical que o Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora é filiado e ajuda a construí-la:

“Portanto, companheiros e companheiras (...), nós queríamos finalizar dizendo a cada um, que quando nós falamos, de que depositar mais parcelas das nossas vidas, nós queremos dar a isso um significado muito profundo. Porque, nós aprendemos que falar de socialismo, de revolução, não é algo solto no ar, nem descolado da luta de classes, porque o mundo que nós buscamos, o mundo socialista e igualitário é simples de ser entendido. Porque ele se resume a poder dar descanso humano, físico, a nossas mãos. A poder ter tempo pro lazer, pra família, pra amar, pra cultura e pra tudo mais, e se, pra conquistar esse mundo for necessário, inclusive, a unidade e a violência revolucionária aqui está a camada geracional que acredita nessa possibilidade”. (Atnágoras Lopes, operário da construção civil de Belém do Pará).

Somente numa sociedade organizada onde as condições vitais para a sobrevivência humana sejam acessíveis a todos, onde o verdadeiro tempo humano seja o tempo livre, aquele onde seja possível desenvolver-se plenamente as mais diversas faculdades mentais humanas, que possa ser superada a cisão entre o prazer e o trabalho e a restrição de tempo livre, em suma, a conquista do socialismo, toda riqueza material e cultural produzida sob o capitalismo será incorporada pelo proletariado, que dará uma nova dimensão a todo esse patrimônio e elevará a cultura a patamares jamais vistos na história da humanidade.

De acordo com o já exposto, é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criação dos homens)” (MARX; ENGELS, 2007, p. 39).

Somente assim, de fato, será superado o permanente o caráter funcionalista do lazer que

se manifesta objetivamente no capitalismo. Mas essa superação necessita de uma teoria de transição que atue no momento atual onde se desenvolve para que no interior das contradições internas do capitalismo se construa alternativas em outras bases paradigmáticas, que superem o capital também no tempo de lazer dos trabalhadores como parte fundamental dessas transformações do vir-à-ser.

10. Referências Bibliográficas

- ÁLVARES DA SILVA, Brenno.; DINIZ, Domingo.; MOTA, Ivan Passos Bandeira da. **Pirapora: um porto na história de Minas.** Belo Horizonte: Interativa, 2000.
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, informação e Capitalismo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- BRASIL, Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação.** Ano base 2005, Exercício 2006. Brasília, MP, 2006.
- CAMARGO, Luiz Octávio Lima de. **O que é lazer?** São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Gestão municipal e política de lazer.** In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHARES, Meily Assbú (orgs.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer.** Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.
- CONSULTOR defende lazer para a transformação. Portal G1do Jornal O Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL425543-5605,00.html>. Acessado em 24 abr. 2008.
- DIEESE. **Estudo sobre a redução da jornada de trabalho e fim das horas extras no Brasil.** Nota técnica: Outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em 24 abr. 2008.
- DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB de 1928 a 1935.** Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Editora Perspectiva, SESC, 1974.
- ESPORTE e turismo perderão mais de 80% de suas verbas.** Valor Online, Disponível em: <www.valoronline.com.br>. Acesso em 24 abr. 2008.
- EMPRESAS investem em responsabilidade social.** Disponível em: <<http://www.empresa.oglobo.com>> Acesso 22 de jul. 2008.
- FERREIRA, A. **Lazer operário.** Salvador: Livraria Progresso, 1959.

- FOURASTIÉ, Jean. **Lazer e Turismo**. Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil S.A., 1979.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação**. In: Trabalho e Educação. Revista do Núcleo de Estudos de Educação e Trabalho (NETE) da Faculdade de Educação da UFMG, nº 9, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GARRABÓN Y LIBERTAD, Luis R.; LANDA, Hernández. **Investigación participativa**. Cuadernos Metodológicos do Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1994.
- GEBARA, Ademir. **Considerações para uma história do lazer**. In: BRUHNS, Heloísa Turini (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- GERVAISE, Yves. **A transformação Agrária do Nordeste Meridional: Norte de Minas**. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geo-Ciências/Departamento de Geografia. (Publicação especial nº 1), 1975.
- GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor A. **Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**. Porto Alegre: Revista Movimento, nº.19, 2003.
- GOMES, Cristiane Luce. **Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. Tese de Doutorado em Educação: Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- INDI. Perfil Industrial das regiões do Norte e Noroeste de Minas Gerais. Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/backup_site_29072008/Estudos/2008/PerfilIndustriaRegioesNortedeMinasJequitinhonhaMucurRioDoce.pdf> Acesso em 23/03/2009.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **O Estado e a Revolução**. São Paulo/SP: Editora Hucitec, 1983.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Livraria e editora Polis LTDA., 1979.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **El desarrollo del capitalismo em Rusia**. Editorial Progreso, 1979.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas/SP: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **O lazer e os espaços da cidade**. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHARES, Meily Assbú (orgs.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e esporte**. Campinas, SP: Editora Autores Associados (Coleção educação física e esportes), 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo em seus diferentes profetas (1845/1846).** - São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros escritos escolhidos.** 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino.** Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editora, 1978.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade.** Goiânia: UFG, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política.** Revista Movimento: Porto Alegre, v. 11, nº. 3, p. 155-182, setembro-dezembro de 2005.

MASCARENHAS, Fernando. **O lazer e o príncipe eletrônico.** Licere - Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação - CELAR, Educação Física da UFMG. Belo Horizonte, v. 4, nº1, 2001.

MASCARENHAS, Fernando. **O que é lazer? Um desafio paradigmático.** 2002.

MELO, Victor. **Lazer: intervenção e conhecimento.** In: CONGRESSO REGIONAL SUDESTE DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1, 1999, Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Economia, política e tempo disponível: Para além do capital.** In: Margem Esquerda: ensaios marxistas nº. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.** Brasil: Rabisco e Criação e Propaganda LTDA, 1988.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Veblen, o ócio como emblema social.** In: BRUHNS, Heloísa Turini (org.). Lazer e Ciências Sociais. São Paulo: Chronos. Diálogos Pertinentes, 2002.

OLLIVEIRA, Paulo de Salles. **Simone Weil: trabalho e lúdico entrelaçados.** Licere - Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação - CELAR, Educação Física da UFMG. Belo Horizonte, v. 4, nº1, 2001.

PADILHA, Valquíria. **A Indústria Cultural e a Indústria do Lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas.** In: DACOSTA, Lamartine; MULLER, Ademir (org.). Lazer e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PADILHA, Valquíria. **Se o trabalho é a doença, o lazer é o remédio?** In: DACOSTA, Lamartine; MULLER, Ademir (org.). Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

- PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- PEIXOTO, Elza. **O estudo do lazer e a apropriação da obra de Marx e Engels**: Maria Isabel Leme Faleiros. Revista Movimento: Porto Alegre, v.3, nº. 2, p. 197-218, maio-agosto de 2007.
- PEIXOTO, Elza. **O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil**. Londrina, PR: Pró-Posições, v.19, nº. 2, 2007.
- REQUIXA, Renato. **Cadernos de Lazer**: documento 1. São Paulo: SESC, 1976.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- RODRIGUES, Luciene. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente**. In: OLIVEIRA, Fabio Martins de.; RODRIGUES, Luciene.; CARDOSO, José Maria Alves.; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. (orgs.). Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais. Montes Claros: Editora da UNIMONTES, 2000.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1679). São Paulo: Marco Zero, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- TRIBE, John. Economia do lazer e do turismo. São Paulo: Manole, 2003.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Livraria e editora Polis LTDA., 1980.
- TROTSKY, Leon. Os problemas do desenvolvimento da URSS. São Paulo, Uinitas, s/d.
- TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa. Tomos 1 e 2. São Paulo, Sundermann, 2007.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. **A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo**. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e a emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964)**. Revista Conexões, v.1, nº2, 1999.